UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO

DEPARTAMENTO DE EDUCACAO – CAMPUS I

PROGRAMA DE PÓS-GRADUACAO EM EDUCACÃO

E CONTEMPORANEIDADE – PPGEduc

CURSO DE MESTRADO

GESTÃO E PARTICIPAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PINTADAS-AMEFAP, PINTADAS, BAHIA.

Salvador, Bahia

Novembro de 2009

SUZETHE DA SILVA ARAÚJO

GESTÃO E PARTICIPAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PINTADAS-AMEFAP, PINTADAS, BAHIA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, no âmbito da linha de Pesquisa III – Educação, Gestão e Desenvolvimento local Sustentável, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Profº Dr. Antônio Dias Nascimento

Salvador, Bahia

Novembro de 2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

GESTÃO PARTICIPATIVA: UM ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PINTADAS

SUZETHE DA SILVA ARAÚJO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, no âmbito da linha de Pesquisa III – Educação, Gestão e Desenvolvimento local Sustentável, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Dr. Antônio Dias Nascimento
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS
Doutorado em Sociologia
The University of Liverpool, LIVERPOOL, Inglaterra.

Drª. Ludmila Holanda Cavalcante
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.

Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em Educação.
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.

Ao meu eterno amor, Jesus Cristo.

A minha mãe Izabel Avelino da Silva, aos amores da minha vida, minhas lindas filhas, Sue Lara da Silva Araújo e Sara da Silva Araújo, e em especial a José Antônio da Paixão Santos, que acompanhou minha caminhada na Universidade Estadual da Bahia - UNEB.

AGRADECIMENTOS E HOMENAGENS

Aos agricultores (as) e monitores (as) da EFAP, em especial a monitora Julieta Trindade, por abrirem as portas, junto com os diretores e monitores a esta pesquisa;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Dias Nascimento, por motivar e apoiar a elaboração deste trabalho;

A banca examinadora, por contribuir na realização do sonho de inserir-me na vida acadêmica, Profª. Drª. Ludmila Holanda Cavalcante-UEFS e o Profº. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim-UNEB

A Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra-CEDITER, Instituição em que desenvolvo atividades profissionais;

A companheira Neusa Cadore, por motivar-me a estudar a história dos Movimentos Sociais de Pintadas e, gentilmente, ajudar a contar a história da EFAP;

As amigas: Sandra Regina Magalhães de Araújo, Simone dos Santos Ribeiro e Sônia Lima de Carvalho, por contribuírem diretamente na estruturação e finalização do trabalho;

Ao Professor Clodoaldo Almeida da Paixão, por motivar desde o inicio a minha entrada na vida acadêmica;

Aos Professores, Jerônimo Rodrigues Souza e Tatiana Velloso, por colaborarem com a minha formação docente;

Aos meue ex-sogros João Dias de Araújo e Ithamar Bueno Dias de Araújo, pelo apoio no processo de construção do trabalho;

Aos professores (as) e colegas do Curso de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da UNEB, por ajudarem nos momentos de trocas de experiências e orientações. Em especial, as amigas: Ana Lucia Martins, Rosaria Trindade, Ivonilda, Irene, Viviane;

A minha irmã Sandra da Silva Gonçalves e ao meu cunhado Antonio Carlos Gonçalves por contribuírem na minha caminhada e jornada de estudos, acolhendo-me durante as viagens à Salvador.

CREDO DO EDUCADOR[1]

Creio na Educação, porque humaniza,
busca o novo,
é geradora de conflito,
preparando para a vida.

Creio na Educação, porque acredito no homem e na mulher
como sujeitos de suas histórias,
capazes de construir sempre novas relações.

Creio na Educação que, quando libertadora,
é caminho de transformações,
para a construção de uma nova sociedade.

Creio na Educação que promove e socializa,
que educa criticamente e democraticamente,
levando o ser humano a conhecer a si mesmo e ao outro.

Creio na Educação Básica do Campo, porque recupera e propõe
a luta, a cultura, o trabalho, a vida e a dignidade
dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo.

Creio na Educação, porque sempre terei o que aprender e o que ensinar.

Creio na Educação como um processo permanente e dialético,
que acompanha o ser humano em toda a sua existência.

[1] Adaptado da IV CEDEC(Conferência Nacional por uma Educação básica do campo), 1995.

RESUMO

A pesquisa sobre a Escola Família Agrícola de Pintadas, contexto do semi-árido baiano, se fundamentou nos conceitos de gestão e participação. Este estudo possui caráter inovador pela escassez de trabalhos acadêmicos que tratam da gestão das EFAS. O estudo foi realizado em 2008, na Escola Família Agrícola de Pintadas, Bahia. De natureza qualitativa com caráter explicativo/descritivo, na modalidade de estudo de caso, cujo objetivo foi de entender a origem da EFAP e apreender as percepções sobre gestão e participação dos sujeitos sociais envolvidos no processo histórico da implantação e funcionamento da Escola, tendo como elemento norteador a Pedagogia da Alternância e a gestão como elementos diferenciadores das Escolas Famílias Agrícolas das escolas regulares urbanas ou rurais. Foram considerados alguns pontos a serem refletidos, entre eles, a trajetória histórica com o nascimento da EFAP, antes da criação AMEFAP, caracterizando um processo complexo de relações internas e externas da realidade local. A gestão e a participação coletiva mostraram-se indissociáveis para a efetividade da escola e o desenvolvimento da Pedagogia da Alternância enfrenta dificuldades em sua plenitude, devido a diversos fatores, entre os quais, a sustentabilidade financeira e metodológica.

Palavras-chave: Gestão – Participação – Educação do Campo – Pedagogia da Alternância – Escola Família Agrícola.

ABSTRACT

Research on School Family Agricultural of Pintadas, in context of the semi-arid environments, was based on the concepts of management and participation. This study has innovative character, as there is a dearth of scholarly works dealing with the management of EFAs. The study was conducted in 2008, in the School of Agricultural Family of Pintadas, Bahia. It's qualitative with an explanatory / descriptive character, in the form of case study, whose objective was to understand the origin of the EFAP and grasp the perceptions of management and participation of social subjects involved in the historical process of the establishment and running of the School, and as a guiding Pedagogy of Alternation and management as differentiating elements of Agricultural Family Schools from schools scheduled urban or rural. We considered a few points to be reflected, among them the historical background to the birth of the EFAP, before the creation AMEFAP, featuring a complex process of internal and external relations of the local reality. The collective participation and management proved to be inextricably linked to the effectiveness of the school, and the development of Pedagogy of Alternation faces difficulties in its fullness, due to several factors, including the financial sustainability and methods.

Keywords: Management – Participation – Field Education – Pedagogy of Alternation – Agricultural Family Schools

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os 4 pilares das EFAs 44

Figura 2 – O plano de formação e o projeto do aluno 45

Figura 3 – O desenvolvimento de um tema na EFA 46

Figura 4 – Mapa de Pintadas 69

Figura 5 – Construções físicas da EFAP 85

Figura 6 – Cisterna para armazenar a água 86

Figura 7 – Entre os conhecimentos teórico e práticos da ração animal 99

Figura 8 – Entre os conhecimentos teóricos e práticos da sanidade animal 99

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 – Síntese Demográfica 72

Tabela 2 – IDH de Pintadas 75

Quadro 1 – Perfil dos Fundadores 90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AECOFABA	Associação das Escolas e Comunidades das Famílias Agrícolas da Bahia
AIMFR	Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural
AMEFAP	Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas
ARCAFAR SUL	Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil
ASCOOB	Associação das Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia
CAT	Conhecer, analisar e Transformar-Projeto UEFS/MOC
CFRs	Casas Familiares Rurais
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDITER	Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra
CEDEJOR	Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural
CEFFAS	Centros Familiares de Formação por Alternância
CCSP	Centro Comunitário de Serviços de Pintadas
COOAP	Cooperativa Agroindustrial de Pintadas
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
DISOP	Instituto de Cooperação Belgo-brasileiro para o Desenvolvimento Social
DIRECs.	Diretoria Regional de Educação e Cultura
BNDES	(Banco Nacional de Desenvolvimento Social)
EFAS	Escolas Famílias Agrícola
EFASE	Escola Família Agrícola do Sertão
ECORs	Escolas Comunitárias Rurais
EAs	Escolas de Assentamentos
ETAs	Escolas Técnicas Estaduais
EFRs	Escolas Familiares Rurais- do Estado da Bahia

EPN	Equipe Pedagógica Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JAC	Juventude Agrária Católica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEPES	Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo
MFR	Maisons Familiales Rurales
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MST	Movimento dos Sem Terra
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSCP	Organização Social, Comunitária e Política
PRONERA	Programa Nacional de Educação de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROJOVEM	Programa de Formação de Jovens Rurais
PROCAP	Projeto de Criação de Caprinos e Ovinos de Pintadas
REFAISA	Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semi-Árido
RESAB	Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **14**

2 TRAJETÓRIA DA GESTÃO E PARTICIPAÇÃO NAS EFAS EM CONTEXTO DO SEMI-ÁRIDO BAIANO: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA A INVESTIGAÇÃO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA **20**
2.1 NAS TRILHAS DA PROBLEMÁTICA: O OBJETO E O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO **20**
2.2 A GESTÃO DAS EFAS: IMPORTÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO **26**

3 EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: INTERLIGAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS ENTRE O ASSOCIATIVISMO E A AGRICULTURA FAMILIAR **34**
3.1 DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O CAMPO: AS EFAS **34**
3.2 EDUCAÇÃO E ASSOCIATIVISMO: UM MODELO ESCOLA PARA O CAMPO **39**
3.3 A ORIGEM DAS EFAS: FRANÇA, ITÁLIA, BRASIL E BAHIA **47**
3.3.1 Nascimento das EFAs na França 47
3.3.2 Nascimento das EFAs no Brasil 51
3.3.3 EFAS na Bahia 55

4 AS OPÇÕES METODOLÓGICAS: O LOCUS DA PESQUISA E O CONTEXTO **58**
4.1 REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS – A PESQUISA **58**
4.1.1 Os métodos teóricos 61
4.1.2 Os métodos empíricos 63
4.1.3 Os passos da pesquisa 63
4.2. *LOCUS* DA PESQUISA: CONTEXTUALIZANDO PINTADAS **69**

5 ANÁLISE DE DADOS: A TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DA AMEFAP **77**
5.1 A ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PINTADAS – AMEFAP **77**
5.2 TRAJETÓRIA DA PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS NA AMEFAP **90**

5.3 A GESTÃO DA AMEFAP E A ESCOLA 93
5.4 ESTRATÉGIAS DE VIABILIDADE E SUSTENTABILIDADE 101
5.5 POSSIBILIDADES E LIMITES DA GESTÃO E PARTICIPAÇÃO DA AMEFAP NA EFAP 105

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 108

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 112

ANEXOS:
ANEXO A- ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS
ANEXO B- LEITURAS DAS ATAS DA AMEFAP
ANEXO C- ESTATUTO SOCIAL DA AMEFAP
ANEXO D- ANEXO QUADRO DE COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL
ANEXO E- ATA DE FUNDAÇÃO DA AMEFAP
ANEXO F - LEI Nº 11.352 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008
ANEXO G – FOTOGRAFIAS

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tratou da trajetória de implantação e das características das Escolas Famílias Agrícolas–EFAs no Brasil e, especialmente na Bahia. Apresento a pesquisa em Educação e Contemporaneidade que aborda a temática *Gestão e Participação: um estudo de caso sobre a Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas - AMEFAP,* em contexto do semi-árido baiano e de território de identidade da Bacia do Jacuípe, Bahia, Brasil.

O eixo investigativo deste estudo é sobre a gestão da Escola Família Agrícola de Pintadas e sua interface com o Associativismo e a Pedagogia da Alternância na Educação do Campo. Pesquisar a educação do campo, através das Escolas Famílias Agrícolas, buscou resgatar a história de construção deste modelo educacional na França, Brasil, Bahia em contexto marcado pela exclusão social.

Um dos desafios deste estudo foi a escassez de fontes, pois os estudos sobre educação e gestão e em especial a Gestão das EFAs no Brasil vêm se ampliando aos poucos no Brasil, o que era um tema pouco estudado, nos programas de pós-graduação em educação. Assim trata-se de um tema novo, pois na sua maioria, as pesquisas encontradas nas Universidades sobre a educação do campo, não focalizam a gestão das EFAs, mas a Pedagogia da Alternância. Portanto, o caráter inovador desse estudo.

O Brasil tem uma origem histórica, econômica e cultural eminentemente agrária, e a educação do campo foi colocada, em último plano, o que é revelado pelas Constituições brasileiras, que tratam da Educação Rural sem respeitar as especificidades da Educação do Campo. Este descaso evidencia a visão do Estado brasileiro ao longo de sua trajetória, as marcas das matrizes culturais centradas no trabalho escravo, na concentração fundiária, no controle do poder político pela oligarquia e nos modelos de cultura européia de caráter urbana e letrada.

A partir da Constituição de 1988, a Educação Rural foi mencionada, mas sem a prioridade que os movimentos sociais discutiram na época, sendo a correlação de força desigual na aprovação da lei. A Sociedade Civil, representada pelos

Movimentos Sociais relacionados ao Campo, não conseguiu imprimir marca do que realmente precisava para a Educação do Campo na última Carta Magna.

Nesta conjuntura histórica, a educação escolar brasileira teve como herança um quadro de precariedade no funcionamento da escola do campo[2]: em relação aos conteúdos, elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infra-estrutura e os espaços físicos inadequados. As escolas são mal distribuídas geograficamente, o que dificulta o acesso e a falta de condições de trabalho, salários defasados, ausência de formação docente continuada e adequada ao campo com uma organização curricular descontextualizada desta realidade. Assim existem grandes desafios a serem superados pelo Estado com co-autoria da sociedade civil

A Educação do Campo, enquanto objeto científico tem sido pouco debatido nos últimos anos nas universidades públicas. Na verdade, as Instituições de ensino superior não têm sido protagonistas em ações e discussões de alternativas para esta realidade, sendo assumidas por muito tempo pelas Organizações Não Governamentais Nacionais e Internacionais.

As experiências das escolas rurais tiveram início com os novos movimentos políticos, sociais e econômicos, que não tinham suporte educacional. Por isso, a Pedagogia da Alternância entra no Brasil, via Movimentos Sociais e Religiosos, em detrimento da academia preocupada com sua formação técnica e com características culturais 'urbanocêntrica'.

Neste contexto histórico, na década de 70, grupos católicos chegaram ao Município de Pintadas com objetivo de transformar a realidade de um local esquecido pelos dirigentes, no semi-árido baiano. A ação política desenvolvida começa a dar frutos na década de 90.

Em Pintadas foram desenvolvidas ações através de uma articulação denominada "Rede Pintadas", entidade jurídica que surgiu em 1999, com objetivo de pensar estrategicamente o desenvolvimento local, regional e territorial, através da mobilização das comunidades e da integração entre as entidades da sociedade civil e do governo local.

---

[2] ROCHA; PASSOS; CARVALHO (2004, P.1) II Conferencia Nacional de Educação do Campo, 2004. Texto Base. Luziania-GO.

A Rede Pintadas reuniu onze entidades do município, com o objetivo de desenvolver projetos para as organizações sócio-produtivas, educacionais, culturais e religiosas. São elas: Associação Cultural e Beneficente Padre Ricardo, Associação de Apicultores de Pintadas; Associação de Mulheres de Pintadas, Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP), Companhia de Arte Cênica Rheluz, Cooperativa Agroindustrial de Pintadas (COOAP), Escola Família Agrícola de Pintadas (EFAP), Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Cooperativa de Crédito (SICOOB Sertão), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas e a Rádio Comunitária.

A educação do campo, para a articulação Rede Pintadas, representou papel principal em suas estratégias de Desenvolvimento local Sustentável. Em resposta, as ações desenvolvidas, surgiu a EFAP.

O interesse do estudo sobre a gestão e participação da Escola Família Agrícola de Pintadas (EFAP), por meio da sua Associação Mantenedora, nasceu da minha prática profissional como educadora popular desde 1985 aos dias atuais na Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra – CEDITER. Também a conclusão em 2000 do curso de Pedagogia na UNEB, instigou-me a desejar pesquisar sobre esta alternativa de educação, quando percebi a lacuna na produção acadêmica sobre a problemática em torno da educação do campo, pouco abordada nos conteúdos da graduação, como também o pouco conhecimento da comunidade acadêmica sobre a Pedagogia da Alternância e as experiências das Escolas Famílias Agrícolas - EFAs no Brasil e na Bahia.

Durante minha trajetória acadêmica e profissional, busquei aprofundar meus conhecimentos em torno da educação do campo, particularmente sobre uma experiência inovadora e alternativa para os adolescentes, jovens e adultos que vivem e moram no campo, filhos e filhas de agricultores familiares: as Escolas Famílias Agrícolas com sua Pedagogia – A Alternância, objeto de estudo no curso de Mestrado neste Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Portanto, o objeto de estudo faz parte da trajetória profissional e de vida da autora que buscou compreender a concepção de gestão e participação de dirigentes

envolvidos na Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas (AMEFAP) e na Escola Família Agrícola de Pintadas.

Trata-se de um estudo numa abordagem qualitativa de pesquisa, entendendo como Ludke e André (1986), que a abordagem qualitativa possibilita o contato direto, pessoal com o objeto investigado, sua complexidade e permite não só a multiplicidade dos dados que foram coletados, como também a participação direta dos sujeitos envolvidos.

A pesquisa se debruçou no sentido de refletir as seguintes questões: como foi a trajetória de construção do modelo de gestão e de participação dos agricultores (as) na implantação da AMEFAP, no município de Pintadas? Quais as percepções dos sujeitos da AMEFAP e EFAP sobre as Escolas Família Agrícola e a sua gestão? Quais os principais desafios da gestão para a sustentabilidade da AMEFAP e EFAP?

A pesquisa que ora se apresenta, teve como objetivo geral compreender o processo de construção do modelo de gestão e participação desenvolvido na Escola Família Agrícola de Pintadas, por meio da sua Associação Mantenedora. Para o alcance do objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: buscar fontes que descrevam a trajetória de construção da escola e a percepção dos sujeitos sociais sobre a gestão e participação; levantar fontes de dados que identifiquem as estratégias de viabilização e sustentabilidade da EFAP; identificar as possibilidades e limites da gestão e participação na Associação Mantenedora da EFAP.

O estudo teve como objeto de investigação o processo de construção da gestão e da participação dos agricultores familiares na EFAP.

Nesta perspectiva, se inscreve a relevância deste estudo ao trazer para o debate e a reflexão um novo jeito de gestão por meio da participação dos sujeitos, em especial, dos pais, agricultores familiares e dos sujeitos locais envolvidos na AMEFAP.

A abordagem utilizada foi o estudo de caso e a coleta de dados, feita com base na realização de análise documental e registro das observações no caderno de campo.

Os autores principais trabalhados foram: Begnami (2006), sobre Pedagogia da Alternância; sobre participação Burghgrave (2003), Bordenave (1983) E DEMO (1999); Ferreira (2006) e Tenório (2000). Sobre Gestão, Zamberlan (2003), estudos a respeito de Participação e Relações de Poder; Cavalcante (2007), tese de doutorado sobre a EFA de Monte Santo na Bahia; Araujo (2003), dissertação de mestrado sobre a EFA de Angical e Coelho (2005), estudo sobre os Conselhos Municipais de Valente e Pintadas.

Deste modo, o trabalho está organizado em cinco sessões, que assim se apresentam. O segundo capítulo, após a introdução, foi intitulado: Trajetória da gestão e participação educacional das EFAs em contexto do semi-árido baiano: uma nova perspectiva de investigação chegou-se a conclusão que a concepção de gestão defendida se deu a luz do conceito de participação em uma complexa rede de significados diferente do pensamento técnico da administração.

. No terceiro capítulo, intitulada Educação e Pedagogia da Alternância: Interligações Sociais e Políticas entre o Associativismo e a Agricultura Familiar. Discutiu-se a trajetória histórica das EFAs e os princípios que norteiam a Pedagogia da Alternância na visão de que os agricultores são os sujeitos sociais responsáveis diretamente pela gestão da escola e da associação.

No quarto capítulo, As Opções Metodológicas: O *Locus* da Pesquisa e o Contexto, com o estudo qualitativo e a característica da modalidade de estudo de caso, ressaltando-se a importância da voz dos sujeitos na pesquisa, com complementos da análise documental.

No quinto capítulo na Análise de Dados: A Trajetória de Construção da Gestão da AMEFAP, encontra-se a percepção dos sujeitos sobre a história de criação e de gestão da AMEFAP e da escola. Concluindo que a aplicação da pedagogia da alternância o desafio fundamental é ir além dos conteúdos apresentados na escola, mas, sobretudo se pensar em desenvolver a gestão de forma mais participativa para todos os sujeitos envolvidos.

E, por fim, nas considerações finais o trabalho retoma suas questões de pesquisa onde pretendeu entender a gestão e a participação dos agricultores na AMEFA e EFAP. Foram considerados alguns pontos a serem refletidos: A trajetória histórica com o nascimento da EFAP, antes da criação AMEFAP, caracterizando um

processo complexo de relações internas e externas a realidade local; a gestão e a participação coletiva mostraram-se indissociáveis para a efetividade da escola e o desenvolvimento da pedagogia da alternância enfrenta dificuldades em sua plenitude, devido a diversos fatores, entre os quais, a sustentabilidade financeira e metodológica.

2 TRAJETÓRIA DA GESTÃO E PARTICIPAÇÃO NAS EFAS EM CONTEXTO DO SEMI-ÁRIDO BAIANO: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA A INVESTIGAÇÃO DA PEDAGOGIA DA ALTERNANCIA

> *"Se não fosse a EFA, a Pedagogia da Alternância, não teríamos melhorado a auto-estima; não teríamos percebido a relação que temos com a sociedade e com o espaço que está ao nosso redor".*
> *Wilson Fernandes. Ex-aluno e monitor de EFA na Bahia.*

Esta seção apresenta conceitos básicos trabalhados no desenvolvimento de referencial teórico que serviram de base para entendimento do objeto de estudo. A trajetória das EFAs possui foco fundamental para compreender o processo histórico e sociológico de um devir educacional diferenciado da educação com reconhecimento não somente formal, mas como resposta a uma gama de necessidades e lutas do que hoje se intitula agricultura familiar e desenvolvimento sustentável.

2.1 O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO E O OBJETO DE PESQUISA.

Para situar a revisão bibliográfica sobre o tema, Teixeira; Bernartt; Trindade (2008) em seu artigo "*Estudos sobre a Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa",* trazem um mapeamento da produção de teses e dissertações entre os anos de 1969 e 2006. Em 2004 foram identificados 63 trabalhos, sendo 7 teses de doutorado e 56 dissertações de mestrado.

Os autores colocam que destes, 17 são dissertações de mestrado resultantes do Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação, da Universidade Nova de Lisboa em Portugal, na Faculdade de Ciências e Tecnologias da Educação e da Universidade François Rabelais de Tours, França, no Departamento de Ciências da Educação e Formação em parceria com a UNEFAB – União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil.

De acordo com o levantamento bibliográfico de Teixeira; Bernartt; Trindade (2008), entre os estudos realizados nas pesquisas de dissertação e doutorado foram identificadas as linhas temáticas: 1) Pedagogia da Alternância e Educação do Campo; 2) Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento; 3) Processo de implantação de CEFFAs no Brasil; 4) Relações entre CEFFAs e famílias e 5) Pedagogia da alternância e Educação Ambiental. Desta forma, consideramos que os estudos estão direcionados para a Pedagogia da Alternância e a educação do campo e que há carência de trabalhos científicos que tratem da gestão das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil.

Apesar do pouco investimento na produção científica de pesquisas no contexto do semi-árido baiano, e principalmente pelas universidades nas políticas educacionais, tem havido uma preocupação nos estudos direcionados para uma educação contextualizada do/no campo.

Sobre Educação do Campo, as dissertações de mestrado apresentadas pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da UNEB têm sido referência importante, como a de Chaves (2003)[3], Araújo (2005)[4], Novaes (2006)[5] e Junior (2006)[6]. A tese de doutorado de Cavalcante (2007)[7], da

[3] O estudo tratou do Projeto Pedagógico do MST: a intenção e o gesto, neste trabalho buscou analisar o processo de implementação do Projeto Pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) nos Projetos de Assentamento Paixão e União, ambos situados no Município de Vitória da Conquista, localizados na Região Sudoeste da Bahia e criados, respectivamente, nos anos de 1991 e 1990. O objetivo consistiu em identificar os elementos importantes de resistência e de mudança que emergem do confronto entre uma proposta educativa que se pretende transformadora, libertadora e inclusiva, e a realidade local, estruturada segundo os padrões sociais e culturais que tendem a reproduzir a condição de dependência e de submissão e de exclusão.

[4] O estudo tratou sobre a "Escola para o trabalho escola para a vida: o caso da Escola Família Agrícola de Angical", no município localizado no extremo oeste do Estado da Bahia, com objetivo de compreender em que medida essa escola, orientada pelos princípios metodológicos da Pedagogia da Alternância, constitui uma escola viável para fortalecer a agricultura familiar;

[5] O estudo tratou sobre Práticas Educativas de Formação dos Movimentos Sociais: o papel sócio-educativo do MOC na região sisaleira da Bahia, analisando o papel do MOC na criação de novos movimentos e organizações sociais e para qualificação da prática das organizações e de Movimentos Sociais na região sisaleira da Bahia, enquanto instituição educadora.

[6] O estudo tratou sobre a Educação na Reforma Agrária: Uma proposta extensionista da UNEB para o PRONERA, com objetivo de avaliar a efetividade do Projeto de Educação e Capacitação de Jovens e Adultos em Áreas de Reforma Agrária, proposto pela Universidade do Estado da Bahia ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, implantado em Eunápolis e municípios circunvizinhos.

[7] O estudo sobre "A Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE): entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais" versa sobre estudo de caso sobre Escola Família Agrícola no Município de Monte Santo e busca discutir a relação Educação e Ambiente Rural em uma lógica socioambiental.

Universidade Federal da Bahia, apresentada na Faculdade de Educação da Bahia no Programa de Pós-graduação em Educação, constituiu em outra referência relevante.

As pesquisas desenvolvidas demonstram que os espaços acadêmicos têm oportunizado os estudos e reflexões com os sujeitos envolvidos na sistematização de suas histórias e, principalmente, apresentam os desafios que seus resultados proporcionam no desenvolvimento social, cultural e educacional. Oferecem ainda perspectivas de novos saberes aos povos do campo, que ao longo dos anos foram esquecidos pelos ambientes acadêmicos.

Estes novos olhares promoveram a inclusão de novos conhecimentos pautados na visão de novos sujeitos que desenvolvem as experiências de educação no campo.

As ações estratégicas que oportunizem a melhoria da qualidade da educação básica do e no campo nos remetem a problematizar e refletir em torno das práticas educativas desenvolvidas nas escolas localizadas em contextos rurais. E deste modo, nos leva a pensar em uma alternativa de educação e de uma escola enraizada na cultura local, no trabalho coletivo e na realidade dos sujeitos que vivem no/do campo.

O modelo de escola que trata esse estudo, objetiva integrar a formação geral e profissional dos seus educandos na perspectiva de propiciar ao jovem um projeto de vida para sua inserção sócio-profissional. Assim como pensa Begnami: “A formação integral da pessoa humana compreende a formação do ser como um todo, levando em considerações todas as dimensões da pessoa: a dimensão individual e social, afetiva/emocional e intelectual, profissional e lúdica, psicológica, ética, ecológica, espiritual, política, econômica”. (BEGNAMI, 2006, p. 44).

Nesse sentido, vale destacar a pesquisa desenvolvida por Coêlho (2005) intitulada “Conselhos Municipais de Educação: Resistência e Mudanças. Um estudo de caso dos municípios de Pintadas e Valente na Bahia” que nos orientou para a compreensão da dinâmica dos movimentos sociais e sua participação nos conselhos Municipais de Educação, vistos como instrumentos de alargamento da gestão democrática.

O referido estudo teve como campo empírico os municípios de Pintadas e Valente e suas múltiplas relações entre a sociedade civil organizada, Conselhos Municipais de Educação na figura do poder público local. Portanto, cidadãos, Estado e Sociedade Civil formaram os processos de mobilização social e participação na ocupação de espaços de disputas e de conquistas sociais.

Nesta direção, Cavalcante (2007) em “A Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE): entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais” analisou o conhecimento das EFAs em suas dimensões sociais, políticas, educacionais, econômicas, culturais, principalmente ao apontar os sujeitos que participaram do processo de construção deste novo modelo educacional, começando pela sua própria história e, também posturas que implicaram na construção, a saber: “a relação é de encadeamento: pertencimento, engajamento político, participação, ação, reflexão e mais pertencimento”. (CAVALCANTE, 2007, p.252).

As experiências de educação contextualizada no semi-árido baiano desenvolvidas por Organizações Não-Governamentais, como o Movimento de Organização Comunitária (MOC) com estratégicas na área de educação rural, fortalecimento da agricultura familiar no semi-árido, gênero, comunicação e políticas públicas foram suportes importantes no processo de ‘*pensar-fazer-pensar’* educacional. O Programa do MOC de Educação do Campo desenvolvido pelo CAT (Conhecer, Analisar e Transformar) em parceria com a UEFS, que teve como objetivo contribuir para a formação de professores municipais do campo, ajudou para a formulação e execução de políticas públicas educacionais para as escolas do campo. Essas experiências foram suportes importantes para formação da EFA e desenvolvimento do território de identidade.

Outra experiência estratégica que merece destaque é a Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro (RESAB) constituída como um espaço de articulação política regional da sociedade organizada, congregando educadores e educadoras e instituições Governamentais e Não-Governamentais, que atuam na área de Educação no Semi-Árido Brasileiro, com o objetivo de desenvolver ações que contribuam, de forma geral, com a melhoria da qualidade do ensino e do sistema educacional público do Semi-Árido.

A proposta da Educação para a Convivência com o Semi-Árido busca conduzir nos processos formais e informais uma prática educativa fecunda, com valores, costumes, idéias e sentimentos objetivados através da pluralidade das manifestações culturais que constituem a essência do povo do semi-árido baiano. Busca ainda o despertar da consciência e de autenticidade, tornando-o sujeito capaz de se relacionar com o mundo em sua amplitude e pluralidade a partir do seu próprio espaço.

A Educação para a Convivência com o Semi-Árido é um processo que inclui um modelo de currículo, formação de professores, gestão educacional, materiais didático-pedagógicos, entre outros aspectos, que instaura a coexistência das dimensões ética e estética e que educa para a totalidade da existência no fazer e fazer-se humano, numa consciência da cidadania com amplitude universal.

Nesta perspectiva de educação voltada pra realidade do semi-árido, vale ressaltar o trabalho com a educação popular desenvolvido pela Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER), ONG (Organização Não Governamental), que teve uma atuação no Estado da Bahia nas regiões da Chapada Diamantina, Vale do Médio São Francisco, Feira de Santana, Recôncavo e Sisal.

A CEDITER[8] filiou-se ao CER Brasil (Compartir Ecumênico de Recursos), ligado ao CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil) e ao PAD Nordeste (Processo de Articulação e Diálogo). Nas suas linhas de ação, esta entidade atuou junto ao movimento das Escolas Famílias Agrícolas, ligadas à AECOFABA, com sede em Riacho de Santana, e à REFAISA, passando a defender a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância.

No período do trabalho de campo, no Município de Pintadas estavam sendo desenvolvidos vários projetos por meio das Organizações Sociais que compõem a Rede Pintadas, com a perspectiva de criar condições de conviver com o semi-árido

[8] A CEDITER tem como missão "promover a melhoria das condições de vida dos produtores familiares, qualificando-os para a gestão dos empreendimentos produtivos sustentáveis no interior da Bahia". E concretamente: dar apoio e assessorar as seguintes Organizações de Trabalhadores Rurais: Sindicatos, Associações, Cooperativas, Pólos Sindicais, Associações de Escolas Famílias Agrícolas e outras; desenvolver um processo de educação popular, priorizando na sua atuação a jovens e mulheres rurais no sentido de integrá-los nas organizações sociais e econômicas, e propiciar a formação de novas lideranças para o movimento rural, especialmente a Reforma Agrária e formação política para o exercício da cidadania.

baiano. A partir de iniciativas da Secretaria Municipal de Educação de Pintadas em parceria com a ASCOOB, MOC, IRPAA e Secretarias Municipais de Educação de quatorze municípios, realizaram o I Fórum Territorial de Educação Contextualizada da Bacia do Jacuípe, em 17 e 18 de julho de 2009.

Nesse Fórum foi apresentado o Projeto de Desenvolvimento e implantação de Políticas Públicas de Educação Contextualizada do Campo, que contempla quatorze municípios do território, tendo como objetivo desenvolver e intensificar o processo de construção da consciência cidadã, crítica e criativa das comunidades rurais, por meio da implantação da disciplina Organização Social, Comunitária e Política (OSCP). Essa disciplina já se encontra na matriz curricular das escolas municipais de Pintadas.

Nessa perspectiva, a EFAP traz na sua essência a missão de promover a formação de jovens do campo, bem como a convivência com o semi-árido e de atender as demandas dos agricultores, que ocupam espaços diferenciados de trabalhos em comunidades locais, contribuindo para o planejamento sustentável.

Dessa forma, estudar a gestão e a participação nas EFAs e na Escola Família Agrícola de Pintadas foi um desafio para compreender os processos históricos, sociais e políticos da complexidade de sua trajetória e das relações sociais.

E, nesse contexto, Brandão (1999) afirma que:

> O pesquisador é um homem ou uma mulher com uma inserção social determinada e com uma experiência de vida e de trabalho que condicionam sua visão do mundo, modelam o ponto de vista a partir do qual ele ou ela interagem com a realidade. E é esta visão do mundo, este ponto de vista que vai determinar a intencionalidade de seus atos, a natureza e a finalidade de sua pesquisa, a escolha dos instrumentos metodológicos a serem utilizados. (BRANDÃO, 1999, p. 24)

O objeto de estudo tem como referência a gestão e a participação dos agricultores familiares nas Escolas Famílias Agrícolas - EFAs, que têm se destacado no Brasil, por desenvolver um trabalho comunitário, uma educação contextualizada e uma pedagogia inovadora com atuação dos sujeitos sociais nos seus territórios

2.2 A GESTÃO DAS EFAS: IMPORTÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO

Para Burghgrave (2004), as experiências das escolas apresentam "*como princípios fundamentais o associativismo, a alternância educativa e a formação integral dos jovens para alcançar o seu objetivo maior que é o desenvolvimento sustentável".* (BURGHGRAVE, 2004, p. 13). Todos esses princípios fundamentam-se na valorização e na participação dos sujeitos sociais e integram as necessidades de formação relacionadas ao mundo do trabalho e a transformação do meio rural na perspectiva de melhores condições de vida dos povos do campo.

A participação é um dos pilares essenciais para que as escolas famílias desenvolvam suas práticas de educação contextualizada e da pedagogia da alternância. "A participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal. Parece que só se aprende a participar, participando". (BORDENAVE, 1983, p. 74).

A concepção de gestão organizacional tem sido um dos temas pouco aprofundados e debatidos nos próprios movimentos sociais e no caso específico das EFAs. O que se observa, nas diversas fontes pesquisadas é a falta de teorias apropriadas à gestão para o desenvolvimento social e pouca literatura com este foco, o que de certa forma demonstra a necessidade da utilização de referenciais teórico-metodológicos originados da administração clássica, com conceitos elaborados para área empresarial.

A origem da palavra gestão para Houaiss (2001)[9], é "ato ou efeito de gerir; administração, gerência, mandato político. E de gestão social como período de administração de uma sociedade, na qual alguém desempenha a gerência por delegação dos outros sócios".

Para Ferreira (2006, p. 306) Gestão (*do latim gestio-õnis*) significa ato de gerir, gerência, administração. Para Holanda Ferreira (1999, p. 985). "Gestão é administração, é tomada de decisão, é organização, é direção". Para Libâneo (2005, p. 318) "a gestão é, pois, a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos".

[9] Dicionário eletrônico da língua Portuguesa, versão 1.0, dezembro de 2001.

Em oposição aos postulados acima citados, para este estudo, o que interessa é a visão do objeto enquanto estratégias para a política institucional, ou seja, participação efetiva dos sujeitos sociais e suas inter-relações e co-responsabilidades nos processos de tomada de decisões coletivas. Isto nos faz refletir que há uma tradição acadêmica de considerar a gestão apenas, como ferramenta administrativa.

É premente a necessidade de se debruçar sobre as experiências de gestão nas organizações sociais, no sentido de aprofundar e construir novos conceitos relacionados à realidade destas organizações, superando a utilização de conceitos advindos da administração clássica ou gestão empresarial, que são direcionados para as necessidades empresariais e desconsideram as relações sociais nos processos de participação das definições estratégicas da organização.

A concepção de organização vigente, que também corrobora com a concepção de gestão, está referenciada nos interesses individuais, que sobrepõem os interesses coletivos, de fato, as práticas gerenciais são utilizadas para garantir resultados muitas vezes financeiros, estruturais, para o bem “coletivo”.

Os processos de gestão aqui considerados têm como pressuposto a necessidade de: “Gerenciar é orientar a dinâmica da organização. Para que uma atividade seja bem-sucedida é preciso uma boa utilização dos recursos e o direcionamento desses recursos para atingir a finalidade proposta pelos membros da organização” (TENÓRIO, 2000, p.17).

A contribuição de Tenório (2000) para gestão de ONG’s vem no sentido de desenvolver as técnicas gerencias e na utilização de ferramentas burocráticas para alocar recursos com objetivos de conseguir resultados, dentro de uma visão administrativa, como se a Organização fosse meramente um instrumento de repasse de informações tecnicistas. Assim, outro olhar na concepção de gestão e de participação dos envolvidos nas Organizações Sociais deve refletir as políticas institucionais e interinstitucionais de envolvimento dos sujeitos.

A gestão das Associações mantenedoras das Escolas Famílias Agrícolas tem como princípio fundamental a participação efetiva dos pais no desenvolvimento sócio-educativo de seus filhos. Nessa perspectiva, os mesmos deveriam participar da gestão da escola da qual seus filhos fazem parte, embora muitas vezes a prática possa apontar para outras direções e sentidos. Isso depende basicamente da

participação e envolvimento dos sujeitos sociais nas instâncias hierárquicas que se apresentam nos espaços de políticas decisórias.

No caso do estudo nas EFAs, as Assembléias Gerais são espaços próprios para o exercício da participação e da gestão democrática, quando demoram de realizar essas assembléias, isso fica evidente que as decisões estão sendo tomadas por uma instância administrativa, como o órgão social que centraliza as informações.

A diretora, também realiza as reuniões conforme estabelece o estatuto social e as necessidades que surgem no cotidiano da escola. As necessidades de tomada de decisões acabam ficando com quem se encontra no espaço escolar, ou seja, são os monitores, que por conta da falta de realização das Assembléias Gerais e na ausência dos diretores gerenciam a escola.

O ato de participar é envolver-se e requer tempo no sentido de disponibilidade; compromisso; inteirar-se das informações; definir caminhos e contribuir para resoluções de problemas e conflitos. Assim, os pais e dirigentes ficam distantes do cotidiano escolar, tanto nos aspectos geográficos entre a distância de suas propriedades e a escola, quanto na limitação de sua formação, enfrentando dificuldades de participar de forma mais efetiva da AMEFAP e da EFAP.

Sobre participação, Bordenave (1983, p. 16) reflete que “a participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo”. O mesmo autor revela o sentido do ato de participar, como forma de se envolver gerando um comprometimento com a Organização a qual tem sentimento de pertencimento:

> [...] participar é fazer parte de algum grupo ou associação’, ou tomar parte numa determinada atividade’, ou, ainda, ‘ter parte num negócio’. Fazer parte. Tomar parte. Ter parte. De fato, a palavra participação vem da palavra parte. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte. (BORDENAVE, 1983, p. 21)

Para Demo (1999) participação é exercício democrático. Através dela aprendemos a eleger e a deseleger, a estabelecer rodízio no poder, a exigir prestação de contas, a desburocratizar, a forçar os mandantes a servirem a comunidade, e assim por diante. Sobretudo aprendemos que é tarefa de extrema criatividade formar autênticos representantes da comunidade e mantê-los como tais.

Na mesma direção, Demo (1999, p. 71) relaciona a educação e a participação: “a educação que não leva à participação já é nisto deseducação, porque consagra estruturas impositivas e imperialistas”. O aspecto comunitário da educação não é propriamente um aspecto, mas seu cerne, porque é este tipo de envolvimento que produz a qualidade formativa, partindo sempre da criatividade do educando e de suas famílias.

Segundo Souza (1993, p. 16), “Em nível dos movimentos sociais, o traço comum da participação é o exercício coletivo da tomada de decisões e da gestão das ações definidas e implementadas pela população comunitária”. Os processos de tomada de decisão passam necessariamente pelo projeto político-pedagógico da escola, que tem como fundamento, a ação-reflexão-ação em espaços diferenciados da escola-familia-comunidade.

Nesse sentido, Ferreira (2006) afirma:

> A gestão democrática da educação, enquanto construção coletiva da organização da educação da escola, das instituições, do ensino, da vida humana faz-se na prática, quando tomam decisões sobre todo o projeto político pedagógico, sobre as finalidades e objetivos do planejamento dos cursos, das disciplinas, dos planos de estudos, do elenco disciplinar e os respectivos conteúdos, sobre as atividades dos professores e dos alunos necessários para a sua consecução, sobre o ambiente de aprendizagem. (FERREIRA, 2006, p. 310):

Assim, apresentados todos esses elementos constitutivos, vale ressaltar que nas EFAs, a complexidade da gestão envolve os instrumentos e processos decisórios a luz da Pedagogia da Alternância, que tem espaços e tempos de estudos diferenciados no ambiente escolar e na comunidade. Por isso, a participação familiar deveria acontecer de forma mais concreta, a partir das práticas escolares desenvolvidas na família e na comunidade.

De acordo com o que se estabelece como papéis exercidos por cada sujeito na EFA, se observa limitações e dificuldades por parte dos monitores de exercerem o seu papel no acompanhamento pedagógico no *locus,* por motivo de poucos recursos financeiros para fazer os deslocamentos para as comunidades, e ao mesmo tempo, garantir um processo contínuo das atividades de sala de aula e outras práticas. Além de assumirem seus papéis, acabam assumindo funções

gerenciais que dizem respeito aos dirigentes da Associação Mantenedora, como elaboração de projetos e busca de parcerias para garantir a manutenção da escola.

Entender a concepção de gestão no olhar das experiências das EFAs é situar a participação dos sujeitos sociais que constroem essa história, e apreender da realidade a complexidade de ações políticas, sociais e administrativas, em que os instrumentos são meios para alcançar os objetivos, as definições das políticas da Organização construídas em bases de espaços participativos, de tomada de decisão.

Demo (1999) salienta que,

> [...] se considerarmos o desenvolvimento comunitário algo essencial para a política social, a identificação cultural apresenta talvez a motivação mais imediata à participação. A comunidade somente reconhecerá como seu aquele projeto que, mesmo tendo vindo de fora, é capaz de revestir de traços culturais do grupo. É preciso encontrar o eco reconhecido de algo que é seu, de algo que se encaixa na história vivida, de algo que aparece nas determinações do dia-a-dia. (DEMO, 1999, p. 57)

Sobre decisão Ferreira (2006) define:

> A palavra decisão (do latim *decisione*) significa resolução, determinação, sentença, julgamento. É definida comumente, como uma escolha entre soluções possíveis. Mas esse momento é um ato de decidir se assentam num processo subjacente, elaborado a partir do conhecimento e apreensão de informação necessária e da intencionalidade que lhe dá sentido. É, pois, um processo dinâmico e contínuo referente a um sujeito (individual ou coletivo) no qual o sujeito que decide, interage com o problema – para o qual é necessária a decisão. (FERREIRA, 2006, p. 310)

Os processos decisórios influenciam na gestão e na participação dos sujeitos das Organizações, são indispensáveis para os espaços nos quais são definidas as políticas estratégicas e as ações gerencias.

Assim, para Souza:

> “Decidir e gerir os encaminhamentos necessários ao enfrentamento dos interesses comuns significa, também, exercício de ampliação das condições de cidadania e é isso que se espera de um processo real e objetivo de desenvolvimento comunitário”. (SOUZA, 1993, p. 16).

Os espaços de discussões, debates, diálogos são inseparáveis no processo de gestão e participação nas EFAs, pois enquanto ambiente escolar desenvolve a participação dos alunos em todos os momentos das atividades: educacionais, campo, culturais, lazer, sociais, religiosas, domésticas. Assim, a escola e a família se integram no coletivo, no ambiente associativo, na gestão e na participação, como afirma Cavalcante (2006),

> A gestão participativa, passa pela proposta (*sine quae non*) de que as escolas sejam representadas pela associação de pais agricultores. É através da associação de agricultores que se formaliza a justificativa de existência desse espaço escolar, pressupondo-se que a mesma seja capaz de mantê-lo como patrimônio comunitário rural. (CAVALCANTE, 2006, p. 4)

Para participar e ou gerenciar a EFA, a família enfrenta muitos desafios e a Pedagogia da Alternância é o princípio norteador, que pressupõe uma concepção de gestão que seja exercida a luz de um contínuo processo educacional e de formação do exercício de cidadania, garantindo assim a inclusão efetiva de todos, que estão envolvidos no processo educacional.

Ao considerarmos que participação é integração entre os sujeitos sociais e seus ambientes, sejam comunitários, familiares e escolar, é necessário que os elementos que constituem esta gestão sejam os mesmos, que permitem compartilhar os saberes entre os envolvidos na Associação e na Escola. Essa troca de saberes permitirá que o ato de participar torne-se mais efetivo entre alunos, monitores, pais e parceiros.

As Associações devem representar de fato e de direito um meio para alcançar os objetivos dos agricultores e de todos os sujeitos envolvidos, pois ao mesmo tempo que são donos, sócios, dirigentes, conselheiros da Associação Mantenedora, são também usuários dos serviços educacionais oferecidos pela escola, contribuindo na aprendizagem dos seus filhos.

Portanto, necessário se faz estabelecer relações entre gestão e participação como um dos principais meios, para que os envolvidos assumam os papéis educacionais e associativos, considerando indissociável a escola-família-associação.

Nesse sentido, os membros da Associação Mantenedora exercem papéis ao mesmo tempo da participação na gestão da escola e na gestão associativa. A

gestão associativa traz na sua essência a concepção de gestão e participação, ou seja, integração entre os agricultores (as) familiares (os pais e mães) nos espaços de participação sócio-educativos, nas relações sociais e organizacionais de poder (papéis e funções gerenciais), na formação permanente da família e no exercício direto da cidadania. Cavalcante (2006) esclarece,

> [...] O nível de inserção e participação dos pais e da comunidade rural na dinâmica da gestão escolar, talvez seja um dos grandes desafios para a operacionalização de um bom trabalho nos estabelecimentos de alternância. E os processos de construção, implantação e manutenção desta proposta nas comunidades, são, na sua gênese, indicadores de avaliação da qualidade da gestão participativa da EFA. (CAVALCANTE, 2006, p. 4)

A gestão participativa nas escolas famílias é uma das formas de ocupação dos vários espaços e de relações de poder, entre eles, o ambiente escolar, a comunidade, as assembléias de pais, as reuniões de direção, as reuniões com os Movimentos Sociais. E a propulsora desse ambiente é a pedagogia da alternância com seus instrumentos pedagógicos que desenvolve a relação escola-família-comunidade.

Segundo Gadotti e Romão (apud LIBÂNEO, 2008, p. 330),

> Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela, e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida.

Nessa interação entre os espaços, ocorrem também as construções das relações de poder entre pais, alunos, monitores, comunidade, fruto da sua própria complexidade, que requer conflitos, diálogos, rupturas, solidariedade e sentimento de pertença.

De acordo com os pressupostos teóricos de Begnami (2006), a complexidade e diversidade, inerentes ao processo de construção das relações sociais nas EFAs é caracterizado da seguinte forma:

> Uma das complexidades da alternância está na diversidade de relações: com pessoas que colaboram com o processo da formação, com entidades parceiras, com espaços e tempos diferentes (tempo-escola e tempo-

> comunidade), com as diversidades culturais do campo; com os diversos campos de saberes: práticos, populares, empíricos e teórico-científicos, entre outros. (BEGNAMI, 2006, p. 33)

Os processos de tomada de decisão passam necessariamente pelo projeto político pedagógico da escola, que tem como fundamento a ação-reflexão-ação em espaços diferenciados entre a escola-familia-comunidade, e da pedagogia da alternância como gestão da complexidade.

Em síntese, a concepção de gestão das Organizações Sociais é definida a luz da participação presencial e em espaços de co-responsabilidades assumidos de forma coletiva, dentro de um espírito solidário e cooperativo no processo de tomada de decisão, principalmente com ênfase no envolvimento efetivo de todos os sujeitos na participação direta para as mudanças sociais e educativas do meio, no qual estão inseridos.

3 EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: INTERLIGAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS ENTRE O ASSOCIATIVISMO E A AGRICULTURA FAMILIAR.

"Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão" Paulo Freire

Nesta sessão são abordadas as discussões teóricas sobre os pressupostos sobre educação dos clássicos aos pensadores atuais.

Através dos teóricos contemporâneos situamos a Educação e suas transformações em contexto histórico marcado pelo individualismo e o advento de novas possibilidades entre a alteridade e o coletivo e, desta forma, apresentamos o olhar privilegiado sobre a concepção da Educação do campo como processo de formação de sujeitos ativos e participantes do mundo local e global, tendo em vista a educação em todas as suas dimensões.

3.1 DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: AS EFAS

A educação é um dos temas que traz abordagens históricas da humanidade em contextos vivenciados em diferentes tempo e espaços das sociedades, e nos faz pensar inicialmente como foi tratado esse homem quando se encontrava em seu estado natural e ao longo dos séculos ao passar por várias transformações entre as quais se fundamenta a humanidade na idéia de sociedade moderna.

O estudo do filósofo Rousseau (1989) traz na sua essência idéias voltadas para a natureza humana e analisa o homem em seu estado natural e sua sobrevivência no meio em que está inserido, e explica a sua origem, destacando esse ser a partir do estágio primitivo. Rousseau cita alguns autores como Hobbes, que compara o homem com um ser "selvagem" e a figura deste de atacar e combater, enquanto autores como Cumberland e Pufendof pensam em uma imagem diferente, e afirma o seguinte *"nenhum ser tão tímido como o homem em estado de natureza",* que aparece como homem frágil e com medo. (ROUSSEAU, 1989, p. 54)

Rousseau (1989, p. 49) afirma que nesse período, as relações são construídas a partir das duas desigualdades e essas diferenças são fundamentadas: “os que dirigem são *necessariamente melhores do que aqueles que obedecem”,* e é destacada a definição da relação de poder entre o que é *“justo e injusto”*, e do que é *“forte e fraco”,* nascendo assim os conceitos de autoridade e governo.

Os pressupostos teóricos de Rousseau sobre educação contribuíram para explicar a concepção das relações de poder que tem sido praticada na gestão das Organizações e Instituições da sociedade moderna. As relações de poder entre os homens ficam evidentes pelo modelo de sociedade hierarquizada e centralizada e, que temos até hoje, tendo suas raízes no processo histórico da forma como a humanidade vem construindo essas relações nos ambientes institucionais.

Nesse estudo, a educação é um espaço onde se estabelece normas, através de um contrato social com vistas a garantir os direitos da coletividade e expressa o significado existente entre as desigualdades entre os homens, em duas espécies: a natural ou física, que é estabelecida pela própria natureza; e a moral ou política, que depende do consentimento do homem.

Berman (1986) situa as transformações civilizatórias que as idéias da modernidade apontam para um ambiente de profundas mudanças ao longo dos séculos XVI a XXI e faz uma abordagem do tempo e espaço das experiências vivenciadas pela humanidade, destacando que as mudanças ocorridas são apresentadas como um turbilhão da vida moderna, inclusive, aqui incluindo a Educação como parte integrante da formação do individualismo inerente a sociedade capitalista, enquanto processo civilizatório. Portanto, “*Tudo que é Sólido desmancha no ar”* explica que a turbulência ameaça “*o que temos, sabemos e somos”*. (BERMAN, 1986, p.15)

O autor Giddens (1991) trouxe a realidade do século XVII na Europa, na reflexão sobre a modernidade associada aos costumes de vida ou da organização social e, como exemplo: as descontinuidades da modernidade através da história e transição entre as sociedades tribais e de estados agrários, enquanto conseqüências da modernidade. Sobre essa reflexão o autor afirma: “a separação entre tempo e espaço; desencaixe dos sistemas sociais; ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz de contínuas entradas de conhecimento”.

(GIDDENS, 1991, p. 25). Assim a modernidade provocou desastres irrecuperáveis nos indivíduos e grupos.

Nesse contexto, os teóricos contribuíram no estudo que fundamenta as raízes da sociedade moderna, ficando evidente que as desigualdades econômicas, políticas e sociais existentes decorrem do processo histórico da humanidade, e de fato isso implica para o conhecimento e a inquietação como parte de uma primeira reflexão do que se pretende investigar na área de gestão e participação educacional, a partir das relações de poder construídas entre as organizações sociais de controle e a escola como um instrumento de formação.

Ao estudar a práxis educacional nos aspectos das relações de poder, não podemos deixar de mencionar as contribuições dos teóricos, filósofos e socialistas alemães Karl Marx e Friedrich Engels[10], que no livro "*O Manifesto Comunista*" fazem a seguinte afirmação: "a história de todas as sociedades até o presente é a história da lutas de classes" (p. 25) Eles revelam as relações de poder entre burgueses e proletários, opressores e oprimidos, na incansável disputa de poder e do antagonismo entre as classes em relação ao capital.

Nesse contexto econômico, se desenrolou o desenvolvimento da indústria moderna como um dos fatores propícios ao surgimento e fortalecimento da burguesia e ao aumento do capital de sua classe, em detrimento da exploração da força de trabalho do proletariado submetida ao processo de produção como reprodutor, do controle dos instrumentos de produção, da estratificação social e da influência do modelo de produção burguesa em todas as nações.

Além disso, com a criação das cidades e a concentração das propriedades em poucas mãos, gera-se o aumento da riqueza entre os burgueses, ficando o campo submetido e dependente da cidade. Isso talvez explique a gênesis do êxodo rural e todas as conseqüências da divisão da propriedade e do trabalho.

Segundo Nascimento (2006), as tradições Modernas não foram totalmente desfavoráveis e foram absorvidos muitos processos e meios de transmissão social do conhecimento. No entanto:

> a escola foi o mais importante deles. Por certo a organização da vida em torno do lucro e do trabalho deslocou a atenção do homem de si mesmo,

[10] Texto se encontrado na REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS, Tradução de Marcus Vinicius Mazzari, São Paulo: SEPT/DEC., 1998

> para sintonia com esta ordem Moderna. Diante disto, a escola assume como função principal, preparar os indivíduos para inserção na sociedade, entendida como mercado de trabalho. Por certo, a inserção dos indivíduos no contexto social mais amplo que o da família e da comunidade exigiria uma formação ética, dialógica e política que apontasse tanto para a preservação das características pessoais como para vida coletiva. (NASCIMENTO, 2006, p. 52)

Neste contexto, onde tudo se fragmenta e se junta e se separa, Educação contemporânea convive com o tradicional, o novo e o devir a ser. Nesta direção, Nascimento (2007) faz reflexão sobre o momento atual da educação, intitulada como *Contemporânea*:

> A educação contemporânea parte, portanto, da convicção que os processos de transmissão social das culturas, das identidades e dos valores implicam no reconhecimento do contexto histórico, social, econômico e político mais amplo onde se dão, estando considerados aí, também suas tensões e consensos, de tal modo a transformar educadores e educandos em sujeitos ativos e participantes do processo educacional e conseqüentemente histórico. (NASCIMENTO, 2007, p.33)

Nesta direção, concordamos com Begnami (2006) sobre a Escola Família Agrícola ser um centro educativo que objetiva a formação integral em alternância dos jovens do campo, com ênfase na participação efetiva dos pais por meio da Associação Mantenedora numa perspectiva de solidariedade e integração entre os alunos, pais, comunidade para o desenvolvimento sustentável e solidário das localidades e territorialidades.

A história das Escolas Famílias Agrícolas tem suas origens nas lutas dos movimentos sociais em favor de uma educação diferenciada e contextualizada com a realidade dos povos do campo na perspectiva de garantir um ensino de qualidade para os jovens. E, mas precisamente, a partir da história das escolas rurais que, ao longo dos anos, tem demonstrado através do sistema de funcionamento, na sua maioria, numa situação de precariedade no que diz respeito à infra-estrutura, aos altos índices de evasão escolar, materiais pedagógicos descontextualizados da realidade, professores desqualificados e o alto índice de analfabetismo.

No plano das leis, o documento *Nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo* apresenta que “a educação rural nem sequer era mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando-se, de um

lado, o descaso dos dirigentes com a educação do campo".

A Carta Magna de 1891[11] também silenciou a respeito da educação rural, restringindo-se, no artigo 72, "§ e 24 respectivamente, a garantia da laicidade e à liberdade do ensino nas escolas públicas". Apenas em 1961, na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inicia-se a instalação de um sistema nacional de educação como instrumento de democratização da educação pela via da universalização da escola básica.

A Constituição de 1967 apenas limitava a obrigatoriedade das empresas, inclusive das agrícolas, com o ensino primário gratuito dos filhos dos empregados, entre sete e quatorze anos.

Em 11 de agosto de 1971, é sancionada a Lei nº 5.692, que fixam diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau e dá outras providências. Nessa lei é apenas citada a adequação do período de férias à época do plantio e colheita de safras e, quando comparado ao texto da Lei nº 4.024/61, a nº 5.6922 reafirma o que foi disposto em relação à educação profissional.

E a carta de 1988 apresenta "a educação como direito de todos e dever do Estado, transformando-se em direito público subjetivo, independente dos cidadãos residirem nas áreas urbanas ou rurais". Assim, apesar de não se referir diretamente ao ensino rural, possibilitou às Constituições Estaduais e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) o tratamento da educação rural no âmbito do direito à igualdade e do respeito às diferenças.

A Lei nº 9.394/96[12], LDB estabelece no seu artigo 28 a oferta da educação básica para a população rural. Os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente em seus incisos:

> I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização

[11] As informações desta sessão se encontram no Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, Instituído pela Portaria nº 1.374, de 3 de junho de 2003.

[12] (Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, Instituído pela Portaria nº 1.374, de 3 de junho de 2003, alterado pela Portaria nº 2.895, de 16 de setembro de 2004, publicado no DOU de 20 de setembro de 2004).

> escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Então, apenas em 2002 foi aprovada a resolução das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, na qual expressa a concepção de educação no art. 2º, § único, quando diz que:

> A educação do campo é uma concepção política pedagógica voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente, incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas.

Assim como a divisão de classes, que levou as desigualdades sociais e também a nossa história de escravidão, e políticas que sempre privilegiaram a cidade e os donos do poder; as leis brasileiras para educação como retrato da sociedade e seus costumes culturais relegaram a educação do campo a invisibilidade e o descaso, mas não sem lutas e resistências dos excluídos do processo educacional brasileiro.

3.2 EDUCAÇÃO E ASSOCIATIVISMO: UM MODELO DE ESCOLA PARA O CAMPO

O associativismo surgiu a partir das lutas dos povos do campo pela sobrevivência, tendo suas origens na organização para buscar alimentos e cultivar em comum a terra, utilizando ferramentas, utensílios, e na forma de organização coletiva nas relações de trabalho e de convivência social.

Segundo Albuquerque (2003),

> O associativismo é uma perspectiva democrática, a qualidade e o caráter associativo que se evidenciam ao redor de certas operações realizadas entre pessoas e/ou grupos explicitam um modo de exercitar a cidadania, independente dos resultados alcançados ou de maneira como os elementos estão agrupados ou associados, constituindo-se, assim, uma prática democrática. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 15)

O associativismo se caracteriza como fundamento e princípio organizativo para que a escola família alcance seus objetivos, e em tese, os agricultores são os sujeitos sociais responsáveis diretamente pela gestão da escola e associação. Nesse sentido, se fez necessário entender primeiro o significado e a essência do associativismo que traz na sua abordagem a idéia de junção de pessoas com objetivos comuns.

Os princípios e valores que orientam as EFAs - diferentes dos praticados pelas organizações escolares regulares, têm no Associativismo sua raiz histórica e constitutiva de novas relações sociais onde a participação, a democracia e a confiança são eixos fundamentais para que a instituição possa funcionar de acordo com seus objetivos propostos.

A Associação Mantenedora é um meio para que EFA alcance seus objetivos, e os agricultores são os sujeitos sociais responsáveis diretamente pela gestão da escola. Segundo Begnami (2006, p.27), “a associação além de gestora deve constituir-se em espaço democrático cotidiano de partilha do poder educativo e debate das questões que envolvem a qualidade de vida das pessoas.”

Nesse sentido, fez-se necessário entender primeiro o significado e a essência do associativismo que traz na sua abordagem a ideia de junção de pessoas com objetivos comuns. Segundo Albuquerque,

> O associativismo: afirma um modo do agir coletivo, segundo o qual os princípios da ação social se formam na experiência concreta e derivam do significado dado às intenções ou às idéias que fundamentam o grupo; e sinaliza um conjunto de ações realizadas por pessoas mobilizadas, a partir de um projeto, que busca superar dificuldades em função de um interesse comum e que, na maior parte das vezes, revela-se sem fins lucrativos. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 15).

Para Burghgave (2006), o associativismo representa elemento impulsionador da participação social na luta pela conquista da cidadania. Demo (2001, p. 117) frisa que “as experiências têm mostrado que a maneira mais apropriada de se começar um movimento participativo é a associação, contanto que essa responda a critérios de qualidade política, como a representatividade, legitimidade, participação de base, auto-sustentação”.

Um dos fatores importantes para a luta de organização social dos agricultores familiares se deu ao longo dos anos, principalmente em decorrência da situação de condições precárias, do esquecimento, por parte das políticas públicas governamentais em todas as suas dimensões, como: educação; terra; acesso ao crédito; formas de organização da produção agrícola; armazenamento e comercialização do excedente da produção para manutenção das famílias. Os agricultores enfrentavam um processo doloroso, como afirma Silva (1981, p. 130) “a produção camponesa no Brasil de hoje está sempre subordinada ao capital que se interpõe como comprador de suas mercadorias e como fornecedor dos meios de produção de que necessita”.

A Escola surgiu da necessidade de melhorar as condições de vida dos agricultores, principalmente, com a missão de manter os povos do campo em suas terras, evitar o êxodo rural e oportunizar uma educação contextualizada, voltada para uma formação integral, que considera o saber, o meio no qual está inserido, suas experiências de vida.

Para Gimonet (1999), o que faz diferente as Escolas Famílias Agrícolas da tradicional é,

> A Alternância, em comparação com a escola tradicional, inverte a ordem dos processos, colocando em primeiro lugar o sujeito que aprende suas experiências e seus conhecimentos, e, em segundo lugar, o programa. O jovem ou o adulto em formação não é mais, neste caso, um aluno que recebe um saber exterior, mas um ator sócio-profissional que busca e que constrói seu próprio saber. Ele é sujeito de sua formação, ele é produtor de seu próprio saber. (GIMONET, 1999, p.45)

Nesse contexto, a educação busca reforçar a identidade sócio cultural do agricultor e do meio rural no projeto de desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento defendido pela Escola Família Agrícola é o da Agricultura Familiar cuja prática valoriza a cultura e os conhecimentos necessários à sobrevivência do campo, respeitando a realidade e a vocação para as atividades agropastoris, as experiências, os valores, não desvinculando o jovem do seu meio e dos meios e modos de produção de sua família.

A Agricultura Familiar é responsável pela grande parte da produção de alimentos no Brasil. Conforme o Censo de Agropecuário 2006, existem no Brasil

5.204.130 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 354,8 milhões de hectares, gerando mais de 16,4 milhões de ocupações no campo[13]. Em 1996 eram 4.859.732 estabelecimentos, sendo a grande maioria, 85,2% (4.139.369) destes, da agricultura familiar, ocupando apenas 30% das áreas agrícolas (pouco mais de 107 milhões de hectares), enquanto 11% de estabelecimentos patronais existentes no Brasil em 1996 dispunham de mais de 67% das áreas (mais de 240 milhões de hectares).

Até 1999, ainda que ocupando parcela significativamente menor de áreas, reflexo de um modelo agrário concentrador de terras, a agricultura familiar era responsável por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, apesar de ter disponível apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura[14].

Neste mesmo período, a agricultura familiar brasileira tem sido responsável por grande parte da produção de alimentos que abastece o país, com destaque para a produção de mandioca (84% do Valor Bruto da Produção - VPB), feijão (67% do VBP), milho (49% do VBP), cebola (72% do VBP), fumo (97% do VBP), trigo (46% do VBP) além da pecuária de corte (54% do VBP), da pecuária leiteira (58% do VBP) e de 40% do Valor Bruto da Produção de aves e ovos[15].

Isso simboliza a representatividade que a agricultura familiar vem conquistando, e a construção das EFAs é resultado deste avanço e tem exercido influência não só na formação dos filhos dos agricultores, bem como em evitar o êxodo rural, uma vez que cria condições para que estes jovens tenham uma formação, elaborem o seu projeto de vida e seu projeto profissional e com isto permaneçam no campo.

Outra grande contribuição das EFAs tem sido no trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural realizado pelos jovens, não apenas para sua família, como para a sua comunidade, numa perspectiva da educação do campo na contextualização da agricultura familiar como um segmento estratégico de oportunidades de permanência dos agricultores e seus filhos no campo com metodologia e princípios pedagógicos adequados a sua realidade.

[13] Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006. Resultados preliminares.
[14] Fonte: INCRA/FAO. Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. Brasília, 1999.
[15] Fonte: INCRA/FAO. Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. Brasília, 1999

Segundo Cavalcante (2007), a Pedagogia da Alternância, enquanto princípio metodológico para as Escolas Famílias Agrícola, proposta educacional para os jovens da vida rural brasileira chegou ao Brasil, através de padres italianos nos anos 70, “e vem ao longo dos 30 anos, desempenhando um trabalho efetivo mediante seus 201 Centros Familiares de Formação em Alternância (CEFFA) distribuídos pelas cinco regiões do país”. (CAVALCANTE, 2007, p. 17)

Nas informações de Cavalcante (2007), identificamos a origem dos Centros Familiares de Formação em Alternância (CEFFA) que nasceram da:

> [...] articulação entre as diversas nomenclaturas que nacionalmente foram sendo criadas para a versão original da *Maison Familiales Rurale*. No Brasil nós encontramos as Escolas Famílias Agrícolas (EFA) e as Casas familiares Rurais (CFRs), os nomes diferenciados advém da história do processo de implantação da Pedagogia da Alternância no território Nacional. (CAVALCANTE, 2007, p.17)

A metodologia utilizada nesses centros foi da alternância implantada com a seguinte orientação: permanência dos alunos uma semana na escola, seguida de outra semana na família. Caracterizou-se esta fase pela expansão dos cursos de ensino médio e profissionalizante em agropecuária.

As EFAs têm como objetivo proporcionar o desenvolvimento do meio tendo como fundamento principal a Pedagogia da Alternância que é o diferencial hoje na educação, por ser uma pedagogia que desenvolve uma formação integral e personalizada do ser humano, na interação entre a escola-família-comunidade. Begnami (2006) afirma que,

> A pedagogia da alternância tem se mostrado como um sistema ativo, dinâmico e inacabado, que não se limita aos seus antecedentes históricos, mas se constrói num processo de crescimento contínuo em que o projeto educativo caminha na base de um movimento participativo, envolvendo famílias, comunidades, entidades e profissionais. (BEGNAMI, 2006, p. 33).

Calvó (2005) apresenta as características fundamentais das experiências brasileiras de formação da alternância apoiando-se em quatro pilares centrais que, por sua vez, podem ser identificados como sendo duas finalidades e dois meios, a

saber: a formação integral dos jovens e o desenvolvimento do meio onde vivem. Para alcançar estas finalidades, são utilizados os seguintes meios: a Associação local e a Alternância.

A complexidade da pedagogia da alternância que é apresentada por Begnami aproxima esta a sua concepção de gestão na seguinte citação:

> Uma das complexidades da alternância está na diversidade de relações: com pessoas que colaboram com o processo da formação, com entidades parceiras, com espaços e tempos diferentes (tempo-escola e tempo-comunidade), com as diversidades culturais do campo; com os diversos campos de saberes: práticos, populares, empíricos e teórico-científicos, entre outros. (BEGNAMI, 2006, p. 33)

Em síntese, podemos considerar como quatro pilares fundamentais dos CEFFAs: Formação Integral, Desenvolvimento do Meio, Associação de Famílias e a Alternância, como mostra o organograma abaixo:

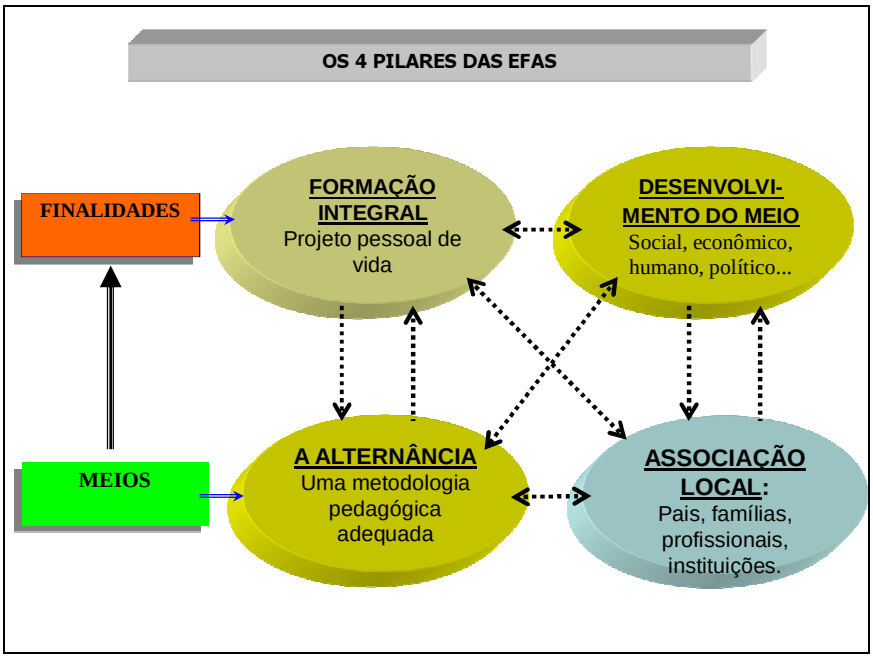

Figura 1 – Os 4 pilares das EFAs

Fonte: Calvó, 2005, p. 29

A família e a Associação de Pais são responsáveis diretos na formação em alternância dos jovens. Nunes (2002) diz que “A essência do método testado

consistia no princípio de que participar e se engajar em ações coletivas significam, em si, um processo de aprendizagem da cidadania" (Nunes, 2002, p. 07).

A formação geral e profissional é uma das principais preocupações abordadas no projeto político pedagógico e no plano de curso das EFAs, e traz contribuições significativas para a construção de novos conceitos e de novas práticas voltadas na formação cidadã do sujeito e de seu envolvimento no desenvolvimento local sustentável e na agricultura familiar, valorizando a participação popular, a vida política, social, econômica, cultural, escolar e religiosa das comunidades, dos municípios e dos territórios.

O eixo da formação é a vida do jovem e adolescente, integrando sua realidade familiar e sócio-profissional. O contexto sócio-econômico, político, cultural e geográfico constituem-se como o ponto de partida do processo ensino-aprendizagem e também no ponto de chegada, pois esta modalidade educativa objetiva resolver os problemas das pessoas e da comunidade.

O Plano de Formação do curso, apresentado abaixo no quadro de Calvó (2005), e os instrumentos metodológicos compõem as unidades de cada alternância e estão organizados no conjunto da proposta educacional dos CEFFAs.

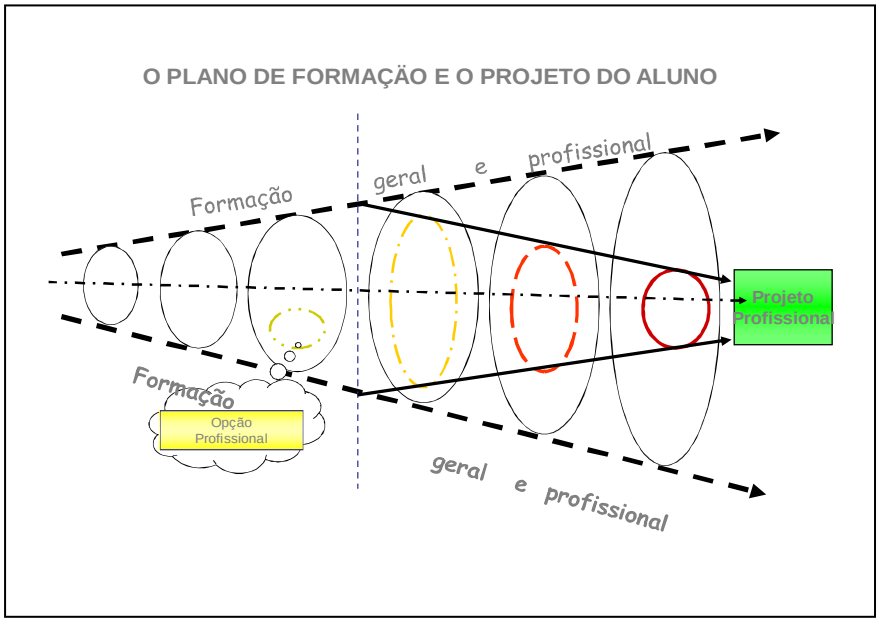

Figura 2 – O plano de formação e o projeto do aluno45

Fonte: (CALVÓ, 2005, p. 31)

Assim, Os instrumentos metodológicos permitem fazer essa interação entre os conhecimentos do meio, da teoria e a transformação da realidade. Entre os instrumentos, o plano de estudo consiste em pesquisa participativa do meio sócio-profissional.

A prática pedagógica da alternância, que norteia as EFAs, é resumida no quadro abaixo:

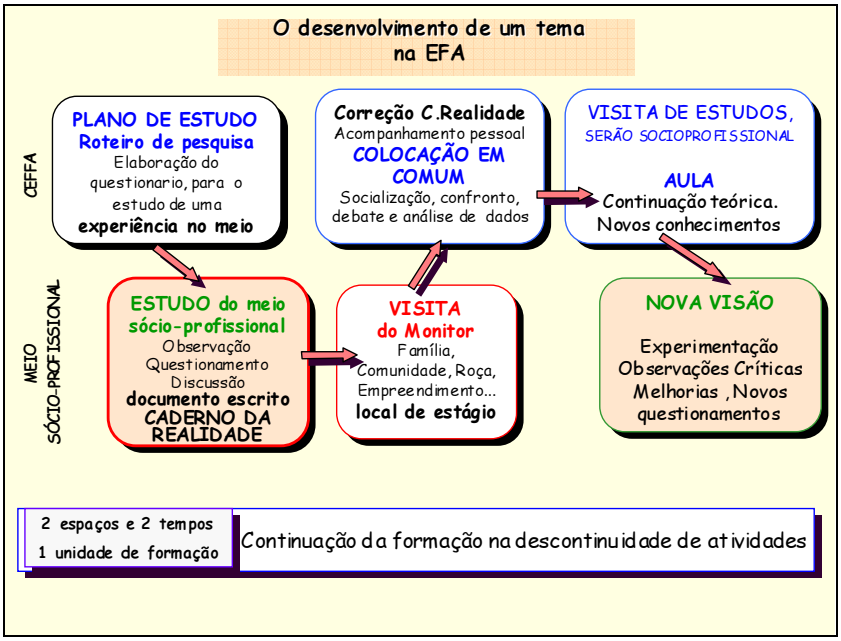

Figura 3 - O desenvolvimento de um tema na EFA

Fonte: Gráfico da UNEFAB, 2007.

As EFAs encontram dificuldades de fazer o planejamento e o acompanhamento das comunidades rurais, devido à falta de recursos financeiros e humanos suficientes para desenvolver os instrumentos da pedagogia da alternância.

Do ponto de vista pedagógico, é visível o esforço coletivo por parte dos monitores em viabilizar a utilização dos instrumentos metodológicos, que possam vir a garantir a qualidade do ensino no ambiente escolar.

A gestão nas EFAs é fragilizada pelas dificuldades de interação entre os monitores e a família, tendo como causas: a distância geográfica entre a sede da escola e as propriedades rurais; pouca freqüência dos pais dos alunos nas reuniões e decisões em assembléias gerais da Associação e nas visitas aos filhos na escola; pouca participação dos dirigentes na gestão escolar, ficando a cargo dos monitores mais uma tarefa.

Com isso, o trabalho de acompanhamento dos alunos nas comunidades por parte dos monitores fica prejudicado com a sobrecarga de funções e tarefas assumidas, revelando o não cumprimento de um dos principais objetivos do projeto político pedagógico das EFAs, que é a formação dos jovens.

3.3 A ORIGEM DAS EFAS: FRANÇA, ITÁLIA, BRASIL E BAHIA

3.3.1 Nascimento das EFAs na França

A compreensão da origem histórica das EFAs na França é fundamental para compreendermos, que no Brasil as experiências das escolas famílias Agrícolas possuem duas portas de entrada, sendo o modelo Francês, historicamente reconhecido na literatura como norteador do modelo brasileiro, tendo como contraponto o modelo italiano, que emerge de investigações como a de Cavalcante (2007).

A experiência das Escolas Famílias Agrícolas teve sua origem no interior da França em 1935 e foi denominada inicialmente de *Escola Camponesa*, e mais tarde foi batizada como *Maisons Familiares Rurales*[1] (MFR), esse conceito Maison (casa) foi concebido para diferenciar do termo escola que não representava a educação que atendia às necessidades do campo.

No período de 1920 a 1939, a Europa passava por transformações econômicas, sociais e políticas, principalmente no que diz respeito à agricultura, marcada por um processo de mecanização agrícola. A criação das MFRs na Europa tem suas raízes nas problemáticas que envolveram as lutas dos camponeses em suas dimensões ecológicas, políticas, econômicas, sociais, espirituais e culturais.

A primeira experiência educacional tem o seu surgimento em uma aldeia do interior na região de Lot-et-Garonne no sudoeste da França, no povoado de Sérignac-Péboudou por iniciativa de famílias dos camponeses que buscavam uma

[1] Maison Familiale Rurale significa em português Casa Familiar Rural, nomenclatura adotada na França.

alternativa no que se refere à educação para os seus filhos. Segundo Nosella (apud CAVALCANTE, 2007, p. 60), a trajetória do movimento iniciou,

> [...] desde 1911, o Abbé Granereau tinha fundado um sindicato rural no intuito de ajudar os camponeses a superar o isolamento e o individualismo através de algumas elites. Em 1914, ele chegou à conclusão que o problema agrícola nada mais era que um problema de escola, isto é, de uma formação capaz de preparar chefes de pequenas empresas rurais. Em 1930, deixou voluntariamente uma grande paróquia urbana para se instalar na pequena paróquia rural de Sérignac-Péboudou. Exatamente aqui, após muitas dificuldades, no dia 21 de novembro de 1935, quatro alunos se apresentaram à casa paroquial. O Abbé Granereau abriu possibilidades de mudança local a Igreja, o presbitério e a casa paroquial, focando a educação como estratégia, sublinhando que tudo aquilo tinha um aspecto e ruína e acrescentava: 'tudo isto é símbolo do mundo rural [...] se quiserem começaremos algo que mudará tudo. (NOSELLA, 1977, p. 20)

Como exemplo de superação de limites impostos pelo sistema educacional, Araujo (2005) aborda em sua dissertação de mestrado as MFRs, a história de um pequeno agricultor, presidente do Sindicato rural, o Jean Peyrat, que não se conformava com a falta de vontade do seu filho Yves de 14 anos, em continuar os estudos depois de terminar o primário. Dizia Yves: "Papai, eu te obedecerei em tudo, mas a escola superior terminou, eu não voltarei mais. Eu quero ser agricultor. *"Lá não se faz agricultores*". (GRANERAU, apud QUEIROZ, 2004, p. 66).

Além dos limites educacionais, o filho de Peyrat mostrou a valorização de uma atividade produtiva do ponto de vista não só econômico, mas como meio de preservar identidades e cultura do povo Francês.

Portanto, o surgimento das EFAs na França teve como base a fundação de um sindicato rural para ajudar os camponeses insatisfeitos com o sistema de ensino que, ao mesmo tempo, desejavam oferecer aos seus filhos uma formação diferenciada, humanista, profissional e geral, associada e integrada ao meio rural, que não necessitasse sair do campo para estudar na cidade,

Concordando com os trabalhos de Duffaure (1993) e Nové-Josserand (1998), desde a origem das Maisons, foram envolvidos os camponeses, a igreja católica e padres ativistas das causas sociais, lideranças do sindicato rural e pessoas da cidade e do campo, que partilhavam o mesmo objetivo de promover uma educação adequada para o campo.

Vale salientar, que havia o conflito entre identidades, cultura e organização familiar, comunitária e a necessidade de uma formação propedêutica, enquanto direito ao saber institucionalizado, mas com características próprias e adequadas à realidade do campesino. Logicamente que nesse período, os jovens que viviam no campo não tinham uma formação adequada e se confrontaram com sujeitos que se dedicavam aos estudos, mas não queriam estudar na cidade. Nové-Josserand (apud, ARAUJO, 2005) relatou as falas dos camponeses:

> As escolas urbanas servem para formar cidadãos para a cidade. Quantos verdadeiros agricultores você tem visto sair das escolas oficiais de agricultura? Para nós agricultores é sempre a mesma coisa, ou instruir-se e deixar a terra, [...] ou para não deixar a terra, ficar ignorante a vida toda! (NOVÉ- JOSSERAND, apud, ARAUJO, 2005, P. 84)

Na época, os jovens que moravam no campo e estudavam na cidade eram influenciados para migrar para as cidades em busca de atrativos. A escola ensinava e preparava os alunos para sair do meio rural para os grandes centros urbanos, pois as escolas urbanas não ofereciam uma educação voltada para os filhos dos camponeses. Nesse contexto, as iniciativas que as experiências das Maisons traziam ao longo da sua história eram no sentido de promover uma escola diferenciada e contextualizada com a realidade dos camponeses.

Segundo Zamberlan (2003), o Padre Granereau ajudou a criar um ‘sindicato rural’ o SCIR (Secretariado Central de Iniciativas Rurais), fundado em 10 de novembro de 1920, no qual alguns pais dos jovens que iniciaram os estudos em alternância faziam parte. A associação de famílias nessa época era um sindicato, ou seja, a primeira experiência de uma organização responsável e mantenedora das Maisons.

Queiroz (2006), cita que a discussão, a decisão e os encaminhamentos tomados pelos agricultores de Sérignac-Péboudou subsidiaram e determinaram a elaboração dos estatutos da seção recém criada. Desta forma, havia uma decisão manifestada desde o inicio do século de investir na formação dos jovens rurais e na organização dos agricultores.

Para Begnami (2003), a forma jurídica da organização da Associação foi pensada,

> A experiência inicial ficou amparada juridicamente na SCIR que criou uma 'seção de aprendizagem rural' com um estatuto vinculado ao Sindicato para dirigir a "Escola Camponesa". Em 1937 com oficialização da experiência, as famílias adotam um estatuto específico, criando uma Associação com o nome de *"Seção Rural da SCIR para a Cultura do Ameixeiro de Agen". Somente em 1941 criam um estatuto independente do Sindicato, institucionalizando a primeira "Associação Maison Familiale de Lausun"* (Nove-Josserand, 1988, p. 7-8). Esta fórmula associativa própria e autônoma é seguida até hoje como um dos pilares fundamentais que sustenta o sistema educativo por Alternância. (BEGNAMI apud, CAVALCANTE, 2007, p.61)

Esse marco histórico tem suas origens na França, sendo considerada a essência das experiências que se implantaram por meio das Escolas Famílias Agrícolas. Zamberlan (2003, p. 30) aponta que "A experiência educativa em alternância chegou às terras capixabas através do 'Movimento das Escolas-faamília Rurais' (SFR – Scuole Famiglie rurali) da Itália.

Após vários anos de experiências, o modelo de alternância se expandiu no mundo e sua estrutura organizacional está composta hoje, por: uma Associação Local, ou seja, que se filia às Associações Regionais nos Estados da Federação, e por sua vez, as Regionais se filiam a uma organização nacional, e nos países se agrupam na Associação Internacional do Movimento Famílias Rurais (AIMFR), com sede em Paris, na França.

Não sem conflitos, as EFAS são consideradas como uma entidade que representa as diferentes instituições promotoras de escolas de formação por alternância para jovens do meio rural, com a finalidade de apoiar, orientar, congregar e fortalecer os Centro Familiares que adotam a alternância no mundo, congrega mais de um mil e trezentos Centros Familiares de Formação em Alternância (CEFFAs[16]).

Esse movimento internacional, conta com o apoio teórico, pedagógico e financeiro da ONG belga (SIMFR) Solidariedade Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural com sede em Bruxelas, Bélgica.

[16] Segundo o PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO POR ALTERNÂNCIA PARA AGRICULTURA FAMILIAR (BRASÍLIA, 2006, p. 6), os CEFFAs é uma denominação recente e conta com um processo longo de articulações entre as Redes UNEFAB e as ARCAFARs SUL e Norte e Nordeste. A UNEFAB – União Nacional de Escolas Famílias Agrícolas do Brasil – agrega as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e as ARCAFARs agregam as Casas Familiares Rurais (CFRs).

Esta modalidade educacional se transformou em movimento mundial e o que unifica o movimento é a concepção de educação voltada para a formação integral do jovem, aliada a um processo de desenvolvimento local, dinâmica em que a família é co-participante de todo processo educacional**.**

3.3.2 Nascimento das EFAs no Brasil

Nos anos 60 no Brasil e no mundo, ocorrem transformações produtivas, políticas e sociais e, as EFAs aparecem nas emergências dessas transformações em uma sociedade repartida entre campo e cidade e, faz parte de discussões e atuações de ativistas católicos.

No Brasil, as EFAs começam a ser implantadas no final da década de 60, com as primeiras experiências realizadas no Estado do Espírito Santo nas cidades de Olivânia, Alfredo Chaves e Rio Novo do Sul, estimuladas pela Igreja Católica.

A primeira iniciativa de criação de EFA's no Espírito Santo desenvolveu-se com a finalidade de promover a melhoria da produção agrícola e da qualidade de vida dos povos do campo empobrecidos pela política intervencionista, econômico e estatal, expulsando a agricultura familiar em detrimento das grandes empresas agrícolas modernas. (CAVALCANTE, 2007, p. 68).

Essa experiência de educação por alternância foi implantada no Brasil, pela ação pastora do Padre Jesuíta Umberto Pietogrande com a criação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). Em 26 de abril de 1968, na cidade de Anchieta em 1968 transformou-se em entidade civil filantrópica, promotora e mantenedora e, atualmente tornou-se a regional que agrupa todas as EFA's daquele Estado. (ZAMBERLAN, 2003, p. 33- 37)

Para Begnami (2002),

> As EFAs no Brasil tem se definido com a missão de contribuir com o desenvolvimento local sustentável e solidário do meio rural por meio da educação integral de adolescentes, jovens e adultos, diferenciada com a adoção da pedagogia da alternância, cujo currículo, gestão e estratégias

> pedagógicas contextualizadas com a realidade do campo, no qual os princípios de cidadania e agroecologia. (BEGNAMI, 2002, p. 106)

Segundo Begnami (2002) as EFAs possuem perspectivas sobre o desenvolvimento rural. Nestes quarenta anos no Brasil passou por quatro fases, a saber: A primeira fase de implantação das EFAs se deu a partir de 1968, caracterizou por iniciativa do MEPES, organização cristã, de matriz católica, liderada pelo Padre jesuíta, Humberto Pietrogrande, da Igreja local de Anchieta no Espírito Santo e teve como inspiração as Escolas de alternância da Itália e, o apoio financeiro da Associação dos Amigos do Espírito Santo (AES) [17]. As primeiras EFAs se caracterizavam como escolas informais com curso livre e duração de dois anos, sem autorização legal.

A segunda fase tem início na década de 70, e tem como característica a passagem da escola informal para formalização, com unidades didáticas autônomas, com duração de três anos e direito ao diploma de conclusão de Ensino Fundamenta com Pré-qualificação Profissional em Agropecuária. Nesse mesmo período é criado o Centro de Formação em Piúma, ES, com objetivo de manutenção da identidade do projeto e no processo de expansão das EFAs no país. (BEGNAMI, 2002)

A terceira fase iniciada no final da década de 70 e início da década de 80 marcada pelo processo de expansão das EFAs no sul do Espírito Santo para o norte do Estado.

Em outros estados como a Bahia teve seu início em 1975. As principais características que marcaram esta fase foram: passagem do supletivo para os cursos de ensino regular de 4 anos (5ª a 8ª séria); continuidade dos cursos supletivos e presença do público de pré-adolescentes e adolescentes. (BEGNAMI, 2002)

A quarta fase compreende meados dos anos 90 aos dias atuais, com a busca das origens e do fortalecimento institucional da UNEFAB, regionais e associações locais, a principal estratégia foi da participação efetiva dos agricultores nas associações locais e na gestão das EFAs, regionais e nacional.

[17] ONG criada na Itália para ajudar no seu processo de implantação e manutenção

Essa fase é caracterizada pelo fortalecimento institucional-pedagógico: criação da equipe pedagógica nacional e equipes pedagógicas regionais; planos de formação (pedagógico inicial para monitores, formação das famílias e formação dos dirigentes das associações). Foram criados programas de pós-graduação com curso de mestrado para formação de formadores e articulação com outras forças sociais, como as Centrais Sindicais, CONTAG e FETAGs e articulação com as ARCAFAR. (BEGNAMI, 2002).

No Brasil, as duas redes UNEFAB e ARCAFAR se juntam com objetivo de agrupar os CEFFAs, unir forças, buscar apoio e reconhecimento das experiências em alternância junto aos órgãos governamentais, bem como traçar diretrizes em comum para execução de possíveis ações conjuntas. Dessa articulação surge a rede CEFFAs, denominados Centros Familiares de Formação por Alternância - CEFFAs[18].

A expansão desse sistema de educação por alternância provocou a criação da União Nacional das Escolas Famílias Agrícola do Brasil (UNEFAB)[19], que é uma organização não governamental sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, regida por um Estatuto Social aprovado em Assembléia Geral, no dia 11 de março de 1982, no município de São Mateus, norte do Estado do Espírito Santo, após ampla discussão entre as Associações mantenedoras das EFAs.

A missão da UNEFAB é de articular ações, parcerias, formular políticas, facilitar o intercâmbio e outras atividades afins a partir das demandas das associações locais e regionais, com vistas em promover, por meio das Escolas Famílias Agrícolas, o desenvolvimento sustentável e solidário do campo, através da formação dos jovens e suas famílias, dentro dos princípios da Pedagogia da Alternância.

Segundo Zamberlan (1991), tal missão é ratificada com a colocação abaixo citada:

---

[18] No Brasil contamos com sete experiências diferentes de CEFFAs: Escolas Famílias Agrícolas (EFAs); Casas Familiares Rurais (CFRs); Escolas Comunitárias Rurais (ECORs); Escolas de Assentamentos (EAs); Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais (PROJOVEM); Escolas Técnicas Estaduais (ETAs), três no Estado de São Paulo e Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR).

[19] Dados da UNEFAB (http://www.unefb.org.br/2005/principal.asp - 10/03/2009)

> Da idéia de juntar forças, adquirir peso político, trocar experiências, fortalecer o intercâmbio entre grupo de agricultores, de associações e outras instituições para desenvolver um trabalho na área educativa com a pedagogia da Alternância e também estimular a solidariedade entre regiões diferentes, surgiu a UNEFAB. (ZAMBERLAN, 1991, p. 8)

A UNEFAB (2009)[20] atualmente, está com 147 EFAs em funcionamento e outras 40 em implantação, ela atende diretamente cerca de 20.000 alunos e 100.000 agricultores e conta com 850 monitores trabalhando nestas EFAs. Estas escolas já formaram mais de 50.000 jovens dos quais mais de 65% permanecem no meio rural, desenvolvendo seu próprio empreendimento junto às suas famílias ou exercendo vários tipos de profissões e lideranças.

A Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR SUL), fundada em 08 de Junho de 1991, em Barracão, no extremo sudoeste do Estado do Paraná, está instituída como uma associação cultural e beneficente, que tem como objetivo a coordenação de um trabalho filantrópico a fim de promover, desenvolver e oportunizar aos jovens agricultores, de ambos os sexos, a permanência no meio em que vivem proporcionando uma formação integrada com a sua realidade.

Atualmente, a ARCAFAR SUL[21] abrange 204 municípios em todo o Sul do Brasil. São 69 Casas Familiares Rurais e 02 Casas Familiares do Mar, sendo que cada uma abrange em torno de três municípios. No Paraná, são 41 CFRMs, divididas em três setores; em Santa Catarina são 22 e o Rio Grande Sul compreende 08 CFRs.

A participação ocorre por meio da elaboração de projetos produtivos (apicultura, caprinocultura, fruticultura, agroindústria); da realização de visitas e acompanhamento sistemático de assistência técnicas às famílias de alunos e as comunidades; na formação de jovens imbuídos no processo de transformação da realidade, no apoio às iniciativas comunitárias, na organização de egressos das EFA´s e no incentivo à elaboração do Projeto Profissional do Jovem-PPJ.

[20] Dados da UNEFAB (http://www.unefb.org.br/2005/principal.asp - 10/03/2009)
[21] Dados da ARCAFAR (http://www.arcafarsul.org.br - 10/03/2009).

Atualmente, existem alunos espalhados nos estados do Brasil desenvolvendo sua profissão nos diversos espaços de atuação, tanto na área rural, quanto nas organizações sociais e nas empresas das áreas urbanas, além das escolas, que têm contribuído juntamente com a participação de alunos, ex-alunos, monitores, agricultores nos movimentos sociais locais, regionais, territoriais para o desenvolvimento sustentável do meio.

3.3.3 EFAS na Bahia

Dentro do mesmo princípio de promover o desenvolvimento do meio rural, criam-se as Escolas Famílias Agrícolas na Bahia na década de 1970. A primeira EFA criada foi no município de Brotas de Macaúbas, e sua expansão desencadeou a necessidade de se criar uma associação regional com objetivo de congregar as associações e instituições educacionais. (ARAUJO, 2005)

A primeira rede criada foi a Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA)[22] fundada em 04 de setembro de 1979, sendo o mentor o Padre Aldo Lucchetta. A rede atualmente congrega 21 EFA's distribuídas em todo território baiano. (ARAUJO, 2005)

A segunda é a Rede das Escolas Família Agrícola Integrada ao Semi-árido (REFAISA)[23] fundada em 1997, constituída juridicamente como sociedade civil, sem

[22] EFAs filiadas a AECOFABA: Escola Técnica da Família Agrícola da Bahia – Riacho de Santana Curso Técnico em Agropecuária; Escola Família Agrícola de Riacho de Santana - Curso Técnico em Meio Ambiente; Escola Família Agrícola de Santana Curso Técnico em Agropecuária; Escola Família Agrícola de Caculé Curso Técnico em Agropecuária; Escola Família Agrícola Mãe Jovina; Escola Família Agrícola de Quixabeira; Escola Família Agrícola de Angical; Escola Família Agrícola de Boquira; Escola Família Agrícola de Iuiu; Escola Família Agrícola de Licínio de Almeida; Escola Família Agrícola de Botuporã; Escola Família Agrícola de Tanque Novo; Escola Família Agrícola de Paramirim; Escola Família Agrícola de Macaúbas; Escola Família Agrícola de Itaetê; Escola Família Agrícola de Andaraí; Escola Família. Agrícola de Boa Vista do Tupim; Escola Família Agrícola de Ilhéus; Escola Família Agrícola de Anagé; Escola Família Agrícola de Tabocas; Escola Família Agrícola de Seabra.

[23] EFAs filiadas a REFAISA: Escola Família Agrícola de Pintadas; Escola Comunitária Família Agrícola de Cícero Dantas; Escola Família Agrícola da Região de Alagoinhas; Escola Família Agrícola de Antonio Gonçalves; Escola Família Agrícola de Correntina; Escola Família Agrícola de Valente; Escola Família Agrícola de Sobradinho; Escola Família Agrícola do Sertão; Escola Família Agrícola

fins lucrativos, com sede na cidade de Feira de Santana, no estado da Bahia, tendo como idealizador o belga radicado no Brasil, Sr. Thierry de Burghrave. Essa rede agrupa onze EFA's, sendo quatro de ensino médio integrado à educação profissional com 334 alunos matriculados em 2009, e sete do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série, com 412 alunos matriculados em 2009.

A missão da REFAISA é promover o desenvolvimento integral da pessoa humana no meio rural, através da formação educacional, num espírito de solidariedade, tal propósito é explicitado nos seguintes objetivos: 1) representar as EFAs junto aos órgãos públicos e privados, na defesa de seus interesses; 2) organizar em comum e em maior escala os serviços relativos às atividades administrativas, econômicas, técnicas, educacionais e assistenciais das associadas; 3) promover a integração, capacitação e formação continuada de suas associadas evitando o isolamento; 4) assegurar a fidelidade aos princípios filosóficos e metodológicos das EFAs; e, 5) desenvolver ações de cooperação e apoio com outras entidades do meio rural e urbano, comprometidas com o desenvolvimento da pessoa humana.

A REFAISA é composta pelos seguintes órgãos: Assembléia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, assegurando a participação da maioria de vagas para os agricultores e as agricultoras, além de contar com assessoria permanente indicada pela Diretoria Executiva e referendada pela Assembléia Geral.[24]

A Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas (AMEFAP) está articulada a nível local com as comunidades e as entidades de parceria, no regional na REFAISA, filiou-se no ano de 1996, e está nacionalmente ligada à UNEFAB e internacionalmente à Associação Internacional dos Movimentos de Formação Familiar Rural (AIMFR).

Os desafios para manter uma EFA no Brasil e na Bahia são muitos, especialmente pela falta de interesse do poder público local e estadual, e principalmente pela falta de recursos financeiros que garantam a continuidade das atividades pedagógicas no campo.

---

de Rio Real; Escola Família Agrícola de Irará e no Estado de Sergipe a Escola Família Agrícola de Ladeirinhas.

[24] Fonte: HTTP://refaisaba.blogspot.com/2009/02/refaisa-rede-das-escolas-famílias.html, 6/02/2009.

A busca incessante dos povos do campo para a implantação e financiamento e manutenção das EFAs na Bahia teve a participação das Redes REFAISA e AECOFABA. Sua aprovação pela Assembléia Legislativa com a Lei Nº 11.352, de 23 de dezembro de 2008.

Na Bahia, a Lei Estadual Nº 11.352 de 23 de dezembro de 2008 institui o Programa Estadual de Apoio Técnico-Financeiro às Escolas Famílias Agrícolas-EFAs e Escolas Familiares Rurais-EFRs do Estado da Bahia, com o apoio de entidades sem fins lucrativos.

Segundo Artigo 1º e seus parágrafos:

> Artigo 1º, parágrafo único – Para os efeitos desta Lei considera-se Escola Família Agrícola ou Escola Familiar Rural o centro educativo comunitário que atenda, cumulativamente, as seguintes exigências: II – seja gerenciada por uma associação autônoma sem fins lucrativos, composta de pais, pessoas e entidades comprometidas com o desenvolvimento sustentável e solidário da agricultura familiar; III – aplique os princípios e a metodologia da Pedagogia da Alternância, observando-se no calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas de cada região [...] (LEI ESTADUAL Nº 11.352 de 23 de dezembro de 2008, p. 1)

Com esta lei aprovada, a luta apenas começou, pois ela não assegura orçamento do Estado e recursos financeiros que possam garantir a manutenção e funcionamento das escolas no Estado da Bahia, que venham a garantir que as EFAs sejam administradas pela Associação Mantenedora. Com essa nova lei aprovada, os dirigentes da Associação necessitarão de formação específica para gerenciar os recursos públicos oriundos do Estado, em parceria com as DIRECs.

A luta apenas iniciou, a lei foi aprovada, mas se faz necessário incluir no orçamento do Estado recursos financeiros que possam garantir a manutenção e funcionamento das escolas no Estado da Bahia, que venham a garantir que as EFAs sejam administradas pela Associação Mantenedora.

De acordo com a proposta histórica do estudo, é necessário a construção de referenciais teórico-metodológicos, que possam dar conta das categorias estudadas e das categorias advindas do trabalho de campo, assim como análise dos documentos e falas dos sujeitos envolvidos.

4 AS OPÇÕES METODOLÓGICAS: O *LOCUS* DA PESQUISA E O CONTEXTO

> *Assim, os lugares reproduzem o País e o Mundo segundo uma ordem. É essa ordem unitária que cria a diversidade, pois as determinações do todo se dão de forma diferente, quantitativa e qualitativamente, para cada lugar. Miltom Santos*

Nesta sessão trataremos das opções metodológicas adequadas ao estudo qualitativo e a característica da modalidade de Estudo de caso, sendo de importância fundamental dar voz aos sujeitos, que contam sua história e experiência de uma escola diferenciada em pleno semi-árido baiano, marcado pelo abandono do Estado e pelo Movimento de resistência caracterizado pelo avanço dos Movimentos Sociais.

A ênfase ao local, a cidade de Pintadas, se justifica pelo exemplo para tantas Pintadas que existem no Brasil e, como sujeitos, mesmo excluídos dos processos de modernidade, destacando direitos, tecnologia, organização educacional, empregos, podem construir realidade diferente do que se espera e marcam como ‘destino social’.

4.1 A PESQUISA E AS REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS

Seguindo os caminhos da problemática, o primeiro passo importante para o pesquisador é afirmado por Quivy (1998, p. 89): “A problemática é a abordagem ou perspectiva teórica que decidimos adaptar para tratarmos o problema formulado pela pergunta de partida”. Aqui, fica explicito que na trajetória da pesquisa a pergunta de partida tem uma importância substancial, e deste modo, deve ser clara, apresentar exeqüibilidade e pertinência.

O estudo da problemática requer do pesquisador o aprofundamento teórico nos processos que delimitam o espaço e o ambiente em que a pesquisa acadêmica foi desenvolvida.

Ainda sobre o pensar em fazer pesquisa, Beillerot (apud Grife, 1995, p. 1-19) aponta passos, que implicam em três condições: “uma produção de novo conhecimento (critério nº 1); uma busca de investigação rigorosa (critério nº 2) e uma comunicação dos resultados (critério nº 3)”. Neste sentido, compreender a gestão e a participação, nas EFAs no Estado da Bahia, em especial na Escola Família Agrícola de Pintadas, requer cuidar da temática com o olhar teórico de observador inquieto que não se contenta apenas com o binóculo, mas é necessário ouvir, instigar, entender o processo e o envolvimento do sujeito em seu contexto.

Segundo Quivy, “Conceber uma problemática é escolher uma orientação teórica, uma relação com o objeto de estudo, o que implica a inscrição num esquema de inteligibilidade, como os descritos por Beillerot”. Assim, o investigador, deve orientar-se por dois elementos indispensáveis na pesquisa: o primeiro se definirá a pergunta de partida e o segundo, o seu objeto, considerando o ambiente em seu contexto histórico e social. (QUIVY 1998, p. 100):

Nesse sentido, a problemática em questão está implicada na noção de estudo de Morin, cuja compreensão da realidade e do entendimento do fenômeno se faz em espaços e tempos diferentes, bem como, refletir nas várias dimensões e complexidades da vida humana. Assim, “o conhecimento das informações ou dos dados isolado é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido” (MORIN, 2002, p.36).

Sobre a complexidade do pesquisar, que é adequado a este estudo, esclarece Morin (2002):

> *Complexus* significa o que foi tecido junto, o que não se separa. Há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o todo e as partes, as partes entre si. Por isso a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. (MORIN, 2002, p. 38)

O sentido de fazer pesquisa em ciências sociais e humanas com recorte histórico fundamenta-se na compreensão das relações sociais e a relação com o contexto marcado por complexidades inerentes a trama em que a EFA está

envolvida. Neste caso, pesquisar sobre a EFAP no contexto do semi-árido baiano é desafiante porque envolve a construção de novos conhecimentos apoiadas na prática do desenvolvimento sustentável e solidário no meio rural, baseado no conceito de educação integral de adolescentes, jovens e adultos.

A inovação trazida pela pedagogia da alternância, cujo currículo, gestão e estratégias pedagógicas são adaptados à realidade do campo, orientadas pelos princípios da cidadania e agroecologia são valorizados e praticados auxiliando no processo de desenvolvimento rural (BEGNAMI, 2002).

Portanto pesquisar e problematizar a história da educação do campo em contexto do semi-árido é extremamente relevante, pois pouco se tem pesquisado sobre o cotidiano das populações rurais, imbricadas com a cultura local e os saberes dos sujeitos, assim como pouco se tem pesquisado sobre gestão e participação nas organizações sociais.

Em consonância com a concepção de pesquisa adotada, o estudo, de natureza qualitativa, toma pressupostos de Bogdan e Biklen (apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.11), como suporte a um conjunto de elementos que estão intimamente relacionados a tal modalidade de investigação.

Em primeiro lugar, a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra, através do trabalho intensivo de campo; em segundo, os dados coletados são predominantemente descritivos; o terceiro, a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; o quarto refere-se ao fato de que o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador, que se preocupa em capturar a perspectiva dos participantes.

Por fim, segundo Carvalho (2002), o quinto ponto toca à análise dos dados. Os pesquisadores tendem a não se preocuparem com a busca de evidências que comprovem hipóteses definidas antes do inicio dos estudos.

Para dar conta da investigação, se fez opção pelo *estudo de caso com características explicativo*[25]. Esta é uma das formas de estudo qualitativo que ganhou espaço no campo da educação, pelo seu potencial para estudar as questões

[25] Segundo PEREIRA; COSTA. (2008, p.175) a classificação explicativo direciona a informação para relações do tipo causa e efeito, explicando quais as causas que produziram os efeitos.

relacionadas à escola[26] e a sua relação com o entorno. Além disso, a potencialidade de fazer emergir a trajetória histórica das EFAs e seu cotidiano, dando voz aos sujeitos envolvidos no processo, é largamente utilizado em trabalhos que necessitam radiografar a realidade.

A escolha do estudo de caso se justifica pelas seguintes vantagens: possibilidade de aprofundamento; ao longo da pesquisa, o pesquisador pode mostrar-se mais criativo; tem mais tempo de adaptar os instrumentos; pode modificar sua abordagem para explorar elementos imprevistos, precisar alguns detalhes, rever teorias e construir uma compreensão do caso que leve em conta tudo isso. Ao mesmo tempo há que se apontar que as críticas também foram importantes na sua escolha e, de maneira geral, a principal censura feita é de resultar em conclusões dificilmente generalizáveis.

Concordando com Laville e Dione (1999, p.156), “as conclusões de tal investigação valem de início para o caso considerado, e nada assegura, a priori, que possam se aplicar a outros casos. Mas também nada o contradiz”. A solução encontrada, além da escolha de um caso, foi optar por recorte histórico com apoio de análise documental e características sociológicas, onde o aspecto organizacional e concepções dos sujeitos sobre gestão emergiram do campo, sendo a escolha da amostra intencional.

Acompanhando a linha de raciocínio de Carvalho (2002), para dar conta dos objetivos traçados, o trabalho lançou mão de métodos teóricos e empíricos.

4.1.1 Os métodos teóricos

Para explicitar melhor os aspectos históricos, explicativos e descritivos, que concernem à preocupação com o contexto histórico e local, enquanto partes do todo que configurou este estudo de caso, foi recorrido a autores cubanos, seguidos pelo trabalho de Carvalho (2002).

Os métodos teóricos, segundo Cerezal Mesquita e Fiallo Rodriguez (apud CARVALHO, 2002, p 45), “possibilitam a partir dos resultados obtidos, sistematizá-los, analisá-los, explicá-los, descobrir o que tem em comum, para chegar às

[26] Ver em Ludke e André (1986, p.13)

conclusões confiáveis que nos permitam resolver o problema". Os métodos teóricos são utilizados para a construção das teorias científicas e elaboração das premissas metodológicas da investigação e também na construção das hipóteses científicas ou perguntas científicas.

As especificidades do estudo suscitaram a opção *pelos métodos histórico e lógico e análise/síntese*. Do ponto de vista mais geral, a opção resultou da necessidade de proceder a uma análise histórica do objeto e, ao mesmo tempo, descrever a trajetória da formação das EFAs, em contexto teórico, geográfico e sócio-político.

Segundo Cerezal Mesquita e Fiallo Rodriguez (apud CARVALHO, 2002, p.45) os métodos histórico e lógico se complementam e se vinculam mutuamente: "O histórico está relacionado com o estudo da trajetória real dos fenômenos e acontecimentos no decorrer de uma etapa ou período e o lógico se ocupa de investigar as leis gerais do funcionamento e desenvolvimento do fenômeno, estuda sua essência".

A escolha dos métodos análise e síntese justificam-se pela estreita correlação entre eles que, a exemplo do histórico e o lógico, também se complementam no processo de investigação. Para Cerezal Mesquita e Fiallo Rodriguez (apud CARVALHO, 2002, p. 45), a análise, "permite estudar o comportamento de cada uma das partes, assim como definir os elementos e aspectos, que exercem uma influência decisiva, nas outras partes do objeto de investigação, e determinam seu comportamento" sem fragmentá-lo.

Seguindo os mesmos autores, a síntese "leva a formulação de leis, teorias e hipóteses que explicam a conduta do objeto de investigação no momento atual, seu comportamento futuro, assim como favorecer o poder de predizer seu desenvolvimento em condições específicas". (CEREZAL MESQUITA E FIALLO RODRIGUEZ apud CARVALHO, 2002, p.45). Desta forma, a síntese se produz sobre a base dos resultados prévios da análise

4.1.2 Os métodos empíricos

Seguindo as trilhas metodológicas de Carvalho (2002), os métodos empíricos são utilizados para descobrir e acumular um conjunto de fatos e dados, como base para verificar as hipóteses ou dar respostas às perguntas científicas da investigação, mas segundo Cerezal Mesquita e Fiallo Rodriguez (apud CARVALHO, 2002, p. 46), não são suficientes para aprofundar as relações essenciais que se dão nos processos da gestão, participação e aspectos pedagógicos relevantes no processo de construção das EFAs. Para tanto, os métodos teóricos e empíricos se diferenciam entre si, mas se completam no processo investigativo, neste caso exemplar.

A escolha dos métodos empíricos partiu-se de algumas preocupações fundamentais: aproximação do campo, na intenção de cercar os sujeitos sociais, até chegar à profundidade esperada com 'saturação' dos dados.

A pesquisa foi encaminhada para um momento mais específico, aprofundando as informações com a aplicação das *entrevistas semi-estruturadas*[27], gravadas em gravador digital. A respeito do potencial da entrevista semi-estruturada, Minayo (1999, p.122) destaca a possibilidade de descrever o caso individual, de compreender as especificidades culturais mais profundas dos grupos e de comparar casos diferentes. Além disto, permite emergir "o dito e o não dito", por isso, adequado para resgatar as concepções sobre gestão, participação e educação.

São considerações que vão ao encontro das idéias de Bourdieu (apud MINAYO, 1999, P.111), quando diz que a pesquisa não-estruturada é significante e, mesmo sem intenção de significar, exprime uma realidade objetiva que *exige apenas a reativação da intenção vivida daqueles que as cumprem.*

4.1.3 Os passos da pesquisa

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário a construção dos instrumentos e técnicas de pesquisas, fundamentais para responder as questões

[27] A orientação para as entrevistas aplicadas de outubro a dezembro de 2000 seguiu a orientação também de RODRIGUEZ FERNANDÈZ (1997, p. 52).

que orientaram este trabalho, a saber: caderno de campo com o objetivo de registrar as observações ao longo da trajetória do estudo; análise de documentos como técnica de pesquisa, por meio das analises das Atas de Assembléias da Associação Mantenedora; as Atas da Comissão Pró Escola-Família, Relatório de Atividades Administrativo-Pedagógicas, Estatuto Social da Associação Mantenedora, entrevistas semi-estruturadas com diretores, pais de alunos, alunos, egressos, monitores, representantes de movimentos sociais e a ex-prefeita do município de Pintadas e Deputada Estadual.

Os instrumentos de pesquisa, a exemplo do caderno de campo tiveram como objetivo sistematizar as falas dos sujeitos envolvidos nas pesquisas, bem como analisar situações do cotidiano da EFAP, como a história de criação da escola e sua gestão.

A análise documental de relatórios, livros de atas, documentos da AMEFAP, entre outros já mencionados, contribuíram com a análise da participação dos sujeitos envolvidos com a gestão da associação. Tal análise possibilitou também perceber a atuação dos monitores e dos parceiros (Prefeitura Municipal), na gestão da EFAP.

As entrevistas semi-estruturadas foram gravadas e transcritas com objetivo de responder a problemática levantada nesta pesquisa, constituindo deste modo uma fonte extremamente rica, pois fornece informações chaves sobre o objeto da pesquisa, a partir do olhar dos sujeitos da história e da gestão e participação da AMEFAP, sobretudo da pesquisadora.

A pesquisa de campo teve início em 2008, os primeiros contatos foram com os diretores e a monitora da escola, onde foi realizada uma reunião para apresentar a relevância da pesquisa para o município de Pintadas e as contribuições que a mesma poderia oportunizar com a sistematização do contexto histórico do surgimento da escola e da trajetória da gestão na AMEFAP. Foi também informado que a pesquisa poderia ser planejada juntamente com os sujeitos envolvidos.

Nesse momento, além da monitora, participaram da reunião quatro diretores executivos (presidente, vice-presidente, primeiro e segundo tesoureiros) da Associação Mantenedora. Essa reunião foi de suma importância para situar a

pesquisa no *locus*, conhecer os diretores da AMEFAP e fazer um cronograma de visitas juntamente com os diretores e membros do conselho fiscal.

O primeiro passo foi de fato esse encontro realizado na sala do Centro Comunitário de Pintadas, visto que a sede da escola encontrava-se distante do centro da cidade. Apresentamos, o projeto de pesquisa aos presentes, colocando a importância do estudo para a AMEFAP. Na oportunidade, os diretores se pronunciaram falando dos trabalhos realizados pela escola e da existência de poucos documentos sistematizados sobre a história da Associação.

No segundo momento, realizamos uma visita à escola para fazer uma pesquisa exploratória de todos os documentos possíveis para leituras e levantamento de informações sobre a história e a gestão da AMEFAP.

Durante a pesquisa, descobrimos que havia os seguintes documentos: projetos para reforma do espaço físico da EFAP, relatórios de atividades, dois livros de atas, sendo um livro que registrou toda a história de mobilização e as atividades antes da fundação da AMEFAP. Esse documento relata todas as atividades desenvolvidas pela Comissão Pró Escola. O segundo livro de ata traz o registro das Atas de Fundação (anexo V) e das atas de assembléias gerais ordinárias e extraordinárias. Em posse deste material, fizemos leituras e sínteses das atas com objetivo de analisar os assuntos discutidos nas reuniões e descrever a história da escola e da associação.

Outro documento importante para analisar a gestão da AMEFAP é o Estatuto Social (anexo IV). No estatuto analisamos a lei que direciona as ações da AMEFAP, bem como os objetivos e os processos de tomada de decisões entre os órgãos: Assembléia, Diretoria e Conselho Fiscal e comparação entre o estatuto social e as decisões contidas nos livros de atas, principalmente, da eleição da diretoria executiva e membros do conselho fiscal.

A pesquisa documental se deu no espaço da escola e no CCSP onde encontramos dados sobre o município de Pintadas. Nesse mesmo tempo do levantamento de documentos para informação, fizemos uma agenda de entrevistas com informantes que colaboraram no sentido de agendar individualmente cada entrevista.

As entrevistas foram realizadas em vários momentos diferentes. Primeiro com os diretores e um membro do conselho fiscal abordando questões referentes à história e a gestão da AMEFAP (anexo A).

Na busca de fontes secundárias, encontramos no CCSP, no seu acervo bibliográfico, documentos sobre o município de Pintadas, em especial um documento elaborado pelo MOC, Baptista (2004), que apresenta dados secundários do município.

Outra pesquisa importante foi no contato com a Agência Social[28], que disponibilizou do seu acervo vários documentos e pesquisas do Município de Pintadas, entre outros, os dados estatísticos do município.

Realizamos as entrevistas na casa dos diretores, na sua maioria moram na sede do município, só o presidente mora na propriedade rural, na qual tivemos a oportunidade de conhecer e observar o planejamento de produção da sua propriedade.

Em 2008, em visita a EFAP, vivenciamos dois dias na escola para observar o seu funcionamento e conhecer os alunos. Foram observados todos os momentos do planejamento da escola, desde o acordar, até as tarefas domésticas da limpeza, e outros momentos como da oração, antes do café-da-manhã, as aulas. Também foi realizada entrevista coletiva com os alunos para que falassem sobre a importância da EFAP na vida deles com utilização de gravador digital.

Os relatos apresentados expressaram que na escola família o curso é diferente; a forma de aprender as questões técnicas com vistas na melhoria das condições de vida das famílias; melhor nível de formação dos professores e monitores; rotina de vida diferente entre outros aprendizados para a vida e a cidadania.

As entrevistas com os pais de ex-alunos e alunos atuais foram realizadas na escola ou nas residências, a pesquisadora explicou o objetivo para que todos fossem informados e ficassem à vontade para falar sobre as histórias de vida, da organização e sua participação na escola e na associação.

[28] Agência Social – Projeto de Avaliação, Gestão e Responsabilidade Social, Salvador, Bahia.

No segundo momento, entrevistamos os monitores e ex-alunos que residem em Pintadas, e ex-monitores, ex-alunos, uma representante dos movimentos sociais e a ex-prefeita. Embora essas entrevistas tivessem sido agendadas, foram divididos em dois momentos, primeiro por conta do tempo de cada um e segundo por conta dos contratempos de agendas dos entrevistados.

A pesquisa de campo se deu através de um processo demorado devido a vários fatores, tais como: distância geográfica, quantidade de entrevistados, leituras de referências bibliográficas e pesquisas a acervos em Pintadas e Salvador. Foi um esforço por parte da pesquisadora, pois a mesma realizou todos os momentos do trabalho de campo, desde a agenda de contatos por telefone e pessoalmente, a reuniões, visitas e entrevistas em *locus.*

Os informantes da pesquisa foram quatro diretores da Associação Mantenedora da EFAP, um membro do Conselho Fiscal; dois pais de alunos, três ex-alunos; quatro monitores, uma representante do movimento social e a ex-prefeita e atual Deputada Estadual Neusa Cadore[29].

Os sujeitos sociais, que fizeram parte da pesquisa e ao mesmo tempo contribuíram com a criação da AMEFAP, contaram a sua história de vida relatando a importância da EFAP para a comunidade e colocaram as dificuldades e desafios enfrentados para a gestão e participação do movimento escola família.

Devemos esclarecer que, de acordo com os pressupostos teóricos estudados, os dirigentes da associação e membros do conselho fiscal da AMEFAP são agricultores e agricultoras que participaram do processo de criação e gestão da EFAP e escreveram suas histórias de vida, por meio da participação na gestão e no funcionamento das EFAP.

A revelação do que é teórico/prático, do dito e não dito, do que no cotidiano acontece se deu através das entrevistas e observações de campo.

Os monitores de acordo com a Pedagogia da Alternância são sujeitos do processo de educação responsáveis pela rotina das EFAs. São eles que permanecem maior tempo no espaço escolar e desenvolvem atividades didáticas de campo e devem visitar as famílias e as comunidades rurais, acompanhando a

[29] O nome de Neusa Cadore foi mantido sem anonimato, devido a sua condição de ex-prefeita e atualmente Deputada Estadual, portanto pessoa pública que foi parte importante da história política do Município.

jornada de estudo dos alunos e, por isso, são informantes privilegiados.

Os ex-alunos trazem suas experiências nas vivências pessoais e profissionais, apresentaram os desafios encontrados ao longo da sua formação como um aluno da EFA e revelam tanto as dificuldades como as aprendizagens que contribuíram para as transformações na vida social e profissional.

Os documentos da escola e da Associação (pastas de matrículas, atas, estatuto, relatórios) foram de grande utilidade como registro histórico do processo de implantação da EFA e as relações sociais e organizativas da gestão, identificando o universo e a amostra da pesquisa. O acesso a estes documentos, nas primeiras visitas à escola foi importante para caracterizar a organização burocrática da escola.

A análise documental como técnica de trabalho de campo, dado o recorte histórico e pela possibilidade de múltiplos métodos de análise para triangulação dos dados em estudo de caso, seguiu a orientação de Costa (2008), quando coloca suas características próprias para um estudo qualitativo:

> A análise documental é importante no âmbito da pesquisa qualitativa, não só por que os documentos são meios de fácil acesso e de baixo custo, mas principalmente, pela informação que proporcionam. (COSTA, 2008, p. 183)

De acordo com Costa (2008), os dados documentais podem não estar disponíveis na forma oral. Nesta direção, as análises dos dados documentais e orais procuraram extrair os sentidos para facilitar a compreensão, ou seja, torná-los falantes, segundo modelo de análise de conteúdo de Laville e Dionne (1999).

Com aproximação do trabalho de Carvalho (2002) a partir da pesquisa de campo, as informações coletadas foram objeto de uma primeira análise. Os dados foram organizados em blocos temáticos que passaram a guiar a análise dos dados. Buscou-se nos depoimentos a concepção de gestão, educação e participação, tendo como fio condutor o Associativismo, através da participação.

No segundo momento, as categorias se desdobraram em subcategorias, permitindo a análise dos sentidos que permearam os dados. Por estas características, e por ser mais adequada para analisar as concepções advindas dos

sujeitos, no trabalho de campo, a opção se fez pela *análise temática dos conteúdos*[30].

4.2. *LOCUS* DA PESQUISA: CONTEXTUALIZANDO PINTADAS

Pintadas, "mesmo perto do fim nosso sertão tem melhora"

Tadeu Coelho[31]

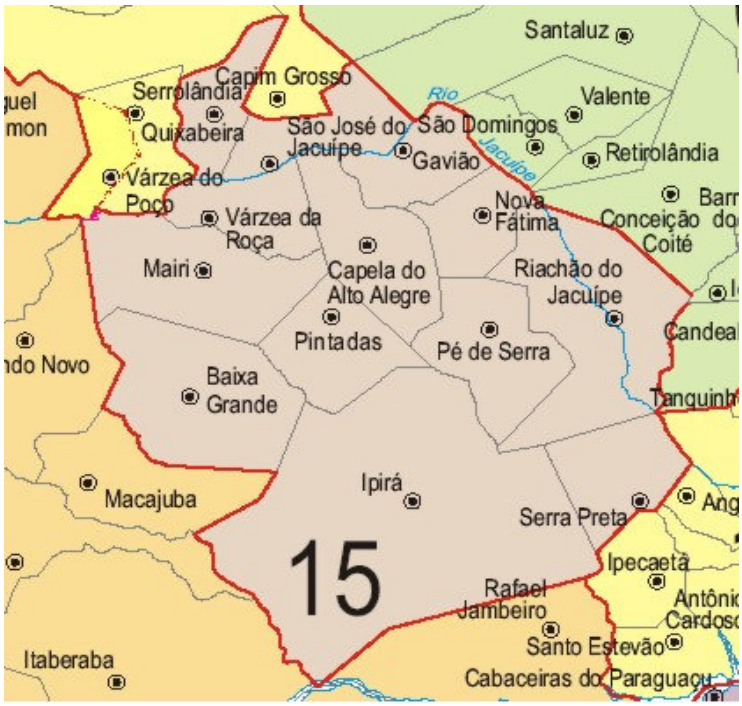

Figura 4 – Mapa de Pintadas

Fonte: Anuário Estatístico da Bahia, 2008.

A origem de Pintadas tem sido resgatada através da tradição oral, pela escassez de documentos escritos sobre ela. Segundo relatos de moradores mais antigos, tudo começou com o casal Manoel Gonçalves e Anastácia que se chegou à Fazenda Lagoa das Pedras, depois surgiram novos habitantes como Honorato Gonçalves, Manoel Vicente e Manoel do Canto. Eram criadores de gado,

[30] Segue o modelo de Laville e Dionne (1999, p.214)

[31] Citado por CÔELHO (2005) como slogan presente na entrada da cidade e que simboliza as lutas e resistências de uma comunidade isolada geograficamente e das políticas sociais.

preferencialmente vacas pintadas que malhavam no mesmo local. Malhador das Vacas Pintadas foi o primeiro nome do município, hoje apenas Pintadas[32].

O processo de emancipação de Pintadas se deu primeiro na condição de Distrito, através da lei Estadual 1205 de 31 de setembro de 1937, ocorrendo a instalação em 1º de janeiro de 1939. Originada do município de Ipirá, e teve sua emancipação política em 09 de maio de 1985 pela Lei nº 4.450/85.

No mesmo ano de sua emancipação política, o município de Pintadas teve 16 famílias expulsas, que habitavam a Comunidade do Lameiro. Tal fato chamou a atenção das organizações governamentais e não-governamentais, gerando negociações, debates, manifestações e confrontos, para a resolução da problemática. Nesse período o Governo Federal desapropriou 250 hectares de terras para que estas famílias fossem assentadas.

O fato histórico citado acima evidencia que em todo processo de emancipação de Pintadas, a participação popular foi constante, principalmente na década de 80 com muitas mobilizações. Em janeiro de 1985, ocorreu a posse solene do primeiro prefeito e vice-prefeito, senhores Eufrásio Gonçalves de Almeida e Expedito Lima de Almeida.

Deste trabalho surgiu o Conselho Pastoral das Comunidades e do Conselho Pastoral de Jovens. É interessante frisar o protagonismo juvenil neste conselho pensado para a inclusão da juventude nos espaços de luta.

Segundo Cunha (2003), duas tradições populares merecem destaque porque tiveram papel importante de fortalecimento das lutas do povo pintadense:

> Baseando-se em tradições populares voltadas ao trabalho solidário e apoio mútuo – tendo expressões significativas, como o “boi roubado” (lavrador beneficiado com a atividade coletiva oferece um almoço matando um boi, com festa ao longo do dia de trabalho) e a “Baleia” (em que durante um turno do dia se carpe a roça de um dos integrantes da comunidade) e o “boi comunitário” – a igreja encontrou um terreno fértil para fortalecer a prática da solidariedade, gratuidade e partilha por parte dos trabalhadores rurais, fundamentos do espírito cristão, segundo a Teologia da Libertação. O mutirão convertia-se assim, em um instrumento de trabalho a serviço da comunidade. (CUNHA, 2003, p. 1)

[32] (Documento histórico, http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/pintadas.pdf)

É válido citar a importância das missionárias: irmã Valzevi Stolz e Neusa Cadore que chegaram ao município no ano de 1984 e contribuíram com os trabalhos desenvolvidos pelas CEBs e, nos movimentos de mobilizações, motivando a luta dos trabalhadores rurais pela terra.

O município de Pintadas localiza-se na região Nordeste da Bahia, a 255 km de Salvador e 47 km de Ipirá, semi-árido baiano, na micro-região de Feira de Santana, na Bacia do Rio Jacuípe, ocupando uma área de 529,21 km 2. O município geograficamente limita-se com os municípios de Capela do Alto Alegre a 25 km, Baixa Grande a 58 km e Pé de Serra a 44 km, Mairi a 36 km e Ipirá a 48 km.

A região onde está situado o município de Pintadas apresenta solos rasos e pedregosos, com baixas capacidades de retenção de umidade e baixo teor de matéria orgânica, evaporação situando-se em torno de 2.000 mm/ano, alta potencialidade para erosão e temperaturas variando de 23 a 28º C. Estas características, associadas à instabilidade climática, representada mais pela irregularidade das chuvas que por sua escassez (precipitação média de 400 mm/ano), têm se constituído no principal obstáculo à estabilização da produção de alimentos na região.

O trópico do semi-árido brasileiro corresponde mais da metade da região Nordeste, atingindo os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, a região setentrional do estado de Minas Gerais e o território de Fernando de Noronha. Porém a Bahia tem mais de 60% do seu território localizado no semi-árido, compreendendo uma área total de 369.198 km², que corresponde a 45% do semi-árido brasileiro.

O município de Pintadas possui uma população de 10.551 habitantes, segundo o IBGE de 2007, e observa-se que a população rural tem decrescido em decorrência do êxodo ocasionado por períodos em que parte da população migra para os grandes centros urbanos para garantir trabalhos temporários, principalmente em São Paulo. Entre os anos de 1991 a 2007, migraram da área rural 2.650 pessoas, conforme apresenta a tabela sobre síntese Demográfica de Pintadas, apresentada abaixo.

Tabela 1 - Síntese Demográfica

ANO	1991	2000	2007
População Total	10.405	10.927	10.551
Masculina	5.149	5.487	5.264
Feminina	5.256	5.440	5.272
Urbana	2.303	4.076	5.099
Rural	8.102	6.851	5.452
Taxa de Urbanização	22,10%	37,30%	48,30%

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Censos Demográficos, 1991, 2000 e estimativas de 2007.

Na economia da região era muito presente a agricultura familiar, mas o forte mesmo era a pecuária. As principais produções são: milho e feijão, entre outras lavouras permanentes, a exemplo do cultivo do sisal, do coco-da-baía e da laranja. Das lavouras temporárias a mais importante é a mandioca, seguida do sorgo gramífero, da mamona e da batata-doce. No extrativismo vegetal e silvícola, destaca-se a extração do ouricuri (popularmente conhecido por “licuri”), e da madeira para a produção de carvão vegetal.

Nas práticas agropecuárias o município apresenta um potencial favorável para a criação de caprinos e ovinos, mas como principal atividade econômica, desenvolve-se a criação da pecuária bovina de corte e leite. Bazin (2002) traz um importante elemento de potencialização da ovinocrapinocultura no município, o PROCAP:

> É interessante verificar se o atual desenvolvimento da ovino-caprinocultura, estimulada pelo Projeto de Criação de Caprinos e Ovinos de Pintadas (PROCAP), corresponde apenas a uma diversificação dos sistemas de criação, destinada a aproveitar o potencial de capitalização rápida que o baixo investimento e a alta prolificidade destes rebanhos permitem. (BAZIN, 2002, p. 6)

Ressalta aqui o papel da Cooperativa Agroindustrial Pintadas (COOAP), que foi fundada em 05 de setembro de 1999, com a participação de 43 cooperados, que participam de várias organizações que compõem a Rede Pintadas para o desenvolvimento da produção da ovinocaprinocultura.

Segundo Araújo (2006)

> A COOAP tem se destacado na região por conta da implantação de um frigorífico com potencial produtivo de abate de 100 animais/dia, e com a presença de câmaras frigoríficas de primeiro mundo, como também de animais de qualidade, que vem sendo criados de modo ecologicamente correto, em mananciais de caatinga. (ARAUJO, 2006, p. 10)

Segundo Bazin (2002) outras medidas para garantir a subsistência dessas famílias foram tomadas pelo BNDES em parceria com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia (CAR), que investiu neste projeto US$ 1,5 milhão que visava atender a 300 famílias com uma experiência de organização e autogestão da produção agrícola. Foram organizados grupos de sete a dez famílias, cada família recebia 3 ha e a produção era feita coletivamente.

Segundo esse autor, o trabalho na terra pelas famílias foi realizado coletivamente, permitindo a escolha das melhores áreas para construir o açude e plantar mandioca. Em 1989, 90 e 91 foram criados respectivamente 15, 12 e 7 grupos, chegando a 32 grupos no total. Com metade dos recursos destinados às famílias constituíram um fundo rotativo, que continua beneficiando a comunidade e viabilizou a construção da sede do Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP).

Como órgão fomentador dos programas e projetos de desenvolvimento local, inclusive o projeto citado acima, o Centro Comunitário de Serviços de Pintadas foi fundado em 1988, com o apoio da Igreja Católica, através da Diocese de Ruy Barbosa, da Paróquia de Pintadas e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município.

O CCSP é uma organização não governamental, sem fins lucrativos de apoio e assistência técnica aos pequenos produtores, grupo de jovens e mulheres, formado exclusivamente de trabalhadores rurais. Com o tempo o centro passou a ser um fórum de desenvolvimento municipal e de discussão das ações de interesse público.

Para Bazin, (2002) CCSP se tornou um fórum de discussão sobre o desenvolvimento do município, que chegou a congregar 274 famílias, o que ajudou

não apenas a reforçar os laços entre pessoas, famílias e comunidades, mas também a forjar os elementos de um projeto de desenvolvimento conjunto.

Na busca por apoio técnico e financeiro para geração de emprego e renda, de produção e convivência com o semi-árido, o CCSP passa a ter o papel de articulador com organizações de outros municípios, estados e países. Tem desempenhado um importante trabalho de fomento às organizações sociais do município, apoiando na sua formação inicial. Os profissionais voluntários elaboram os projetos, articulam fontes financiadoras, assessoram na implantação de projetos, monitoramento e avaliação.

Convêm ressaltar a relevância da criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O STR liderou a organização dos trabalhadores rurais, mobilizando as lideranças, além de contribuir com a criação de associações comunitárias e outros movimentos sociais, como afirma a representante do movimento social:

> [...] construímos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fomos debatendo, e em 1987, 1988, a gente conseguiu um projeto e criamos uma associação, que era a Associação dos Pequenos Agricultores, criamos o que chamávamos de Centro Comunitário, atendia vários agricultores. Nessa época, conseguimos construir mais de 200 cisternas, cada família tinha uma cisterna, conseguimos construir represas em cada comunidade, todo um processo de assistência técnica para convivência com o semi-árido, e avançar e estruturar melhor os agricultores. Então, foi dentro desse debate de trabalhar com os agricultores, enfrentamento para estruturar e para conviver com o semi-árido. Foi ai que nós começamos a perceber que teria que ter uma Escola de Família Agrícola, preparar técnicos dos filhos dos agricultores, para conviver com o semi-árido, a gente percebeu que educação é fundamental para esse novo jeito de trabalhar [...] (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008)

A população de Pintadas na década de 90 apresentava condições precárias de vida, ocasionando anualmente o êxodo de trabalhadores rurais, predominantemente homens, em migração sazonal para trabalhar no Sudeste do Brasil. Com o êxodo dos homens, na sua maioria casados, as esposas permaneciam na zona rural e passavam a assumir a gestão da propriedade. As mulheres sempre estiveram presentes de forma expressiva nas lutas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Em 1993, surge o Movimento de Mulheres de Pintadas, movimento organizado que buscava conquistar espaços através do diálogo, das participações

comunitárias e sociais. Dessa forte articulação, em 1996 elegem a primeira Prefeita Neuza Cadore pelo Partido dos Trabalhadores no Município de Pintadas. O movimento cresce e se fortalece, conseguindo reeleger a prefeita por mais um mandato em 2000.

Com o crescimento desse movimento, sente-se a necessidade da criação da Associação das Mulheres Pintadenses, entidade jurídica responsável pelo desenvolvimento social e econômico, através da geração de trabalho e renda, como a implantação da padaria comunitária.

A maior parte da população que habitava a zona rural possuía baixa quantidade de terras. De acordo com Quintella (2004, p. 27), a situação da distribuição de terras no município é de estabelecimentos com área inferior a 20 hectares que correspondem a 68,1% do total, mas ocupam apenas 15,1% das terras; no outro extremo estão as propriedades com área igual ou superior a 100 hectares: elas correspondem a apenas 5,7% do total de estabelecimentos e ocupam mais da metade das terras, ou seja, 59,6%.

De acordo com o que foi citado acima ficou evidenciado que a quantidade de terra para o pequeno agricultor era insuficiente, prejudicando a produção e sobrevivência familiar. Nesse contexto de concentração fundiária e do uso inadequado dos recursos naturais, do baixo nível de renda e da falta de emprego, ocorre grande migração de camponeses pintadenses, principalmente para São Paulo, na busca de oportunidade de trabalho nas usinas de álcool e em serviços temporários.

Em relação aos indicadores de desenvolvimento social, Pintadas é considerado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) como baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), revelados pelos indicadores abaixo citados:

ANO	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano	0,387	0,625
Educação	0,358	0,724
Longevidade	0,577	0,641
Renda	0,226	0,511

Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A história da educação no município de Pintadas teve seu início marcada pela presença de professores leigos, assim denominados por não terem a formação profissional exigida pelas leis educacionais. Atuavam principalmente na zona rural multiplicando os conhecimentos adquiridos, com a pouca formação acadêmica e pela experiência de vida.

Foram organizadas classes multisseriadas da alfabetização à 4ª série, as aulas aconteciam nas residências dos alunos ou professores. Nessa primeira fase foram construídas a Escola Rural de Pintadas (construída na década de 40) e na década de 60 passou a chamar-se Escola Santo Antonio e Escola Delorme Martins. A partir de 1974, através de convênio firmado com a CENEC, o ainda distrito de Pintadas recebe seu primeiro ginásio (5ª a 8ª séries), em 1982 foi fundada a Escola Normal de Pintadas destinada ao 1º e 2º graus[33].

O atual sistema educacional em Pintadas compreende 46 estabelecimentos escolares de Ensino Fundamental e uma escola de Ensino Médio, conforme dados do INEP, evidenciando a predominância do sistema público de Ensino com 41 Escolas de Ensino Fundamental, mantidas pela rede municipal de ensino e 04 escolas de Ensino Fundamental e 01 de Ensino Médio, mantidas pela rede Estadual de Ensino. Pela iniciativa privada existe apenas 01 escola de Ensino Fundamental.

Os investimentos no sistema público de educação no município de Pintadas têm sido considerados satisfatórios, por contribuir na diminuição do índice de analfabetismo passando em 1991 de 50,5% para 32,18% em 2000, conforme os dados do censo de 2000 (IBGE).

Em síntese, o contexto educacional do município de Pintadas, na Bahia, desenrola-se juntamente com as questões mais amplas que focam o desenvolvimento local. Aqui é importante salientar a forma de integração dos diversos setores da sociedade que emergiram das lutas dos movimentos sociais, por meio de mutirões, entre os quais a articulação das entidades que compõem a Rede Pintadas, ao promoverem debates, reuniões e articulações sociais, econômicas, políticas, culturais e educacionais.

[33] Plano de Desenvolvimento, Prefeitura Municipal de Pintadas, 2001.

5 ANÁLISE DE DADOS: A TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DA AMEFAP

> *"Ao buscar a unidade, a liderança já busca, igualmente, a organização das massas populares, o que implica o testemunho que deve dar a elas de que o esforço de libertação é uma tarefa comum a ambas" Paulo Freire*[34]

Apresenta-se aqui a análise dos dados coletados em entrevistas semi-estruturadas, análise dos documentos e leis, como também, ilustrações com fotos, quadros e mapas, que representam as atividades da EFA de Pintadas. A observação do pesquisador como primeiro instrumento de pesquisa e o caderno de campo completam as ferramentas de triangulação dos dados, tendo como base os referenciais teóricos trabalhados para compreender, nas falas, gestos, ditos e não ditos dos sujeitos as concepções de educação, associativismo, gestão, participação e agricultura familiar.

5.1 A ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PINTADAS – AMEFAP

A criação da Escola Família Agrícola surgiu da necessidade de promover uma educação contextualizada para os jovens do campo, como também de buscar soluções para os problemas enfrentados com a convivência com o semi-árido, na melhoria de vida dos agricultores familiares do município de Pintadas.

Nesse sentido, havia toda uma mobilização social em torno da criação da EFA, que acontece paralelo à criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as Associações Comunitárias, como explicita representante dos movimentos sociais.

> [...] a Escola Família Agrícola, ela surgiu da proposta, logo no início dos anos 90, a partir de um debate que gente vinha travando, desde os anos de 1985 e 1986, e mais forte em 1988 com a criação do Centro Comunitário, a

[34] FREIRE (2000, p. 175) em "*Pedagogia do Oprimido".*

> gente tinha uma proposta de convivência com o semi-árido, que na época dizia que era acabar com a seca, vivíamos uma situação de abandono, sem água, sem armazenamento de alimentos para os animais, sem nenhuma estrutura, para enfrentamento dos períodos de estiagem. Nós começamos o debate, dessa questão de começar estruturar para conviver com o semi-árido, o movimento social era formado, basicamente pelas Comunidades Eclesiais de Bases, seguia o debate da Teologia da Libertação, e aí nós tínhamos trinta e três comunidades eclesiais de bases, que discutia a bíblia, a luz da realidade, do evangelho, que era aquela metodologia: ver, julgar, e agir. E a partir daí construímos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais [...] (Pesquisa de Campo, 2008, representante dos movimentos sociais)

Em abril de 1990, com a criação de uma comissão intitulada Comissão Ampliada Pró-Escola Família, no município de Pintadas, foram desenvolvidas várias frentes de trabalho no sentido de viabilizar a escola neste município. Uma primeira tarefa da comissão foi visitar a Escola Família Agrícola de Alagoinhas, com o objetivo de conhecer o funcionamento de uma EFA.

Encontramos na fala da representante dos Movimentos Sociais, o relato que explica uma das experiências que inspirou, na época, a construção da concepção das EFAs:

> [...] entramos em contato com algumas entidades, principalmente com a Escola de Família Agrícola de Valente de Alagoinhas, nós percebemos que era justamente isso que a gente realmente queria. Nós já tínhamos um trabalho com as famílias de convivência e muita coisa já era concreta, mas que precisava criar uma nova mentalidade, e nada melhor do que a Escola da Família Agrícola, porque estava justamente ligado aquilo que nós acreditávamos que era possível, trabalhar o agricultor com assistência técnica, infra-estrutura de água e armazenamento de alimentos, porque em Pintadas as propriedades são pequenas e necessitam de melhor estruturação [...] (Pesquisa de Campo, 2008, representante dos movimentos sociais)

No mês de maio do mesmo ano, a comissão de estudo levantou os documentos necessários para a constituição da escola, que teve como base, os documentos da EFA de Alagoinhas. Nesse período, desenvolveram estudos e vários encontros comunitários, com objetivo de conhecer, refletir a situação educacional no município de Pintadas, bem como, divulgar e mobilizar as comunidades de base no processo de criação de uma EFA.

De acordo com os depoimentos citados, e retomando o contexto histórico colocado, foi confirmado que a Escola Família Agrícola de Pintadas (EFAP), inserida

no contexto do semi-árido baiano, teve o seu nascimento nos movimentos populares, principalmente incentivados pela formação das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), com a participação das lideranças vindas da Igreja Católica em comunhão com os sonhos dos agricultores.

A EFAP foi parte do *Projeto Pintadas* e tinha como objetivo orientar as famílias nas questões técnicas-agronômicas. No desenvolvimento das ações ficaram evidentes as dificuldades que os agricultores tinham em aprender novas técnicas agrícolas. A partir destas experiências surgiu a idéia de preparar os filhos dos agricultores, através de uma escola contextualizada com a realidade do semi-árido, como também a necessidade de uma formação profissional para atuarem nas atividades do campo.

O perfil do modelo educacional resultou de diversas discussões filosóficas em Conferências, Encontros, Seminários, que discutiam a Educação do Campo como estratégia de Desenvolvimento, baseado nas pessoas e nos locais onde vivem, assim como afirmam Fernandes; Cerioli; Caldart (1998): “sobretudo deve ser uma educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando uma humanidade mais plena e feliz” (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 1998, p. 7).[35]

O surgimento da EFAP foi um dos grandes desafios para os movimentos sociais do município, como também para as comunidades rurais, que tinha sua liberdade de expressão e de luta ameaçada pelos grandes fazendeiros. Apesar disso, houve amplo crescimento dos movimentos de mulheres e jovens ligados à Igreja Católica, através do incentivo das lideranças sindicais. Sobre este momento histórico Nascimento (1985) traz a seguinte reflexão:

> [...] os camponeses organizavam-se não somente para protestar, mas também para exigir a mudança desse estado de coisas. Não tendo eles quaisquer ‘direitos’, o simples fato de organizar-se e reunir-se era considerado pela classe proprietária como ato de sedição, a ser reprimido pela violência. (NASCIMENTO, 1985, p. 51)

[35] FERNANDES; CERIOLI; CALDART (1998, p. 7) Citação presente nos textos básicos da Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do campo, Brasília, 1998.

O processo histórico da criação da EFAP apontou para a intensidade do trabalho coletivo, no esforço da realização de vários mutirões, pela luta do direito à terra e a busca incessante da conquista dos direitos sociais, a exemplo do acesso à água para as famílias, na conscientização das comunidades para a importância de uma educação do campo contextualizada.

A construção do espaço físico da Escola Família Agrícola foi viabilizado, a partir não só da organização dos agricultores familiares, mas com grande influência de colaboradores, parceiros, lideranças de outras entidades sindicais, associativas e grupos informais, como afirma representante dos movimentos sociais nas entrevistas:

> [...] Então foi dentro desse debate, de trabalhar com os agricultores e no enfrentamento de estruturar para conviver com o semi-árido, que nós começamos a perceber que teria que ter uma Escola de Família Agrícola, para preparar técnicos, os filhos dos agricultores, como conviver com o semi-árido. A gente percebeu que educação é fundamental para esse novo jeito de trabalhar [...] (Pesquisa de Campo, 2008, representante dos movimentos sociais)

Sobre este processo foram encontrados registros nos livros de atas das Reuniões da Comissão Ampliada Pró Escola Família (Anexo B). Entre os assuntos debatidos, citamos trechos de leituras e sínteses do Livro de Atas I, de 30 de outubro de 1994, que contém o seguinte:

> Ata da Reunião Ordinária da Comissão Ampliada Pró Escola Família, foram debatidos os seguintes assuntos: Construção da presa e da cerca na área da EFA; compra de terra na AJUP; mutirões; criou uma equipe de divulgação da Escola; definições de papéis para controles de gestão da EFA, como: tesouraria, contra-partida e secretaria para documentar as reuniões. (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008).

Em outra ATA, documento de 11 de dezembro de 1994, a Comissão Ampliada Pró Escola Família discutiu sobre os critérios para a fundação da Associação Mantenedora, segundo os pontos citados na ata,

> Ata da Assembléia sobre EFAP, traz os seguintes pontos pauta: Reflexão bíblica e dramatização da Parábola dos bichos; Memória da Assessoria de

> Thierry; Discussão de critérios e a função da Associação Mantenedora: realizar reuniões periódicas na EFAP; serviços burocráticos; viagens sempre que necessário; discussão de projetos; convênios; administração dos bens, serviços e patrimônios; acompanhamento aos empregados, reuniões com pais e as comunidades; realizações de assembléias; controles financeiros como: conta bancárias e prestação de contas; organizar grupos de trabalhos; definir pessoas com qualidades para assumir as responsabilidades (pessoas disponíveis, responsáveis, de conhecimento, de atuação nos movimentos, de coragem, ética, ser de confiança e compromisso com a comunidade e que permaneçam na região) e número de pessoas da Associação. (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008)

A Assembléia discutiu junto com a Assessoria da REFAISA os critérios e funções que uma Associação Mantenedora deverá ter para desempenhar seus objetivos organizacionais, afirmando a importância do associativismo, dos princípios e definições de papéis dos sócios e dirigentes.

Nesse período, o contexto sócio histórico de Pintadas foi permeado pela luta dos camponeses na busca incansável por direitos sociais, econômicos, educacionais e políticos que viessem a contribuir para a mudança de vida da população do povo pintadense, principalmente com a diminuição do êxodo rural que foi intenso, por falta de condições favoráveis para trabalhar na terra e de uma educação voltada para manutenção dos povos do campo. Assim fala o Diretor 1 da AMEFAP,

> Foi surgindo idéias para ver como é a escola do campo para o agricultor, um aprendizado diferente da zona urbana, por ter necessidades diferentes. [...] na escola tem um aprendizado diferente porque o que o filho aprendeu na escola, ensinou a gente também [...] aprendi a fazer silagem, plantar palma, fazer feno, aprendi a fazer uma pequena área de irrigação, surgiu um trabalho melhor pra gente. (Pesquisa de Campo, 2008, Diretor 1 e pai de alunos da EFAP)

De acordo com o diretor/pai de aluno, a escola família é importante na educação dos filhos, a integração entre os conhecimentos teóricos e práticos a partir da realidade do contexto no qual estão inseridos, na valorização do saber, na troca de aprendizagens entre os pais. Outro olhar da escola família pode ser percebido na fala do diretor 1 e pai de alunos. Fala de uma escola que traz ensinamentos práticos e técnicos para a melhoria da propriedade agrícola familiar. O Diretor 1/pai continua comparando a sua vida e da comunidade antes e depois da EFAP, como divisor de águas. Ele afirma que:

> No nosso tempo a gente não tinha esse saber, não tinha quem ensinasse. Mas agora tem, nosso filho aprendeu coisas novas para trabalhar diferente, as técnicas que ele aprendeu, eu sempre gosto de aprender e também ensinar. (Pesquisa de Campo, 2008, Diretor 1, pai de alunos da EFAP)

Desta forma, a escola família agrícola é percebida pelos sujeitos envolvidos no processo, a partir de uma perspectiva de educação que pudesse ser capaz de transformar a sua realidade, desde a formação das novas gerações, mudanças sociais e, também, renovação das técnicas de produção agrícola e vivência de novas formas de convivência com/no semi-árido. Isto significa que este projeto pedagógico teria que ir além da manutenção dos agricultores em suas propriedades e diminuir o êxodo rural.

Cabe à escola não apenas tentar impedir que os jovens migrem para outros espaços, principalmente os urbanos, mas ressignificar o espaço rural com todas as suas possibilidades de vida, trabalho e estudo, mas acima de tudo como um espaço onde se pode construir dignidade e cidadania. Neste sentido, para Arroyo,

> A escola é mais um dos lugares onde nos educamos. Os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, ou na família, na vivência cotidiana. E a escola, o que tem a fazer? Interpretar esses processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade. A escola e os saberes escolares são um direito do homem e da mulher do campo, porém esses saberes escolares têm que estar em sintonia com os saberes, os valores, a cultura e a formação que acontecem fora da escola. (ARROYO, 2008, p. 77, 78)

Portanto a EFA nasceu com o propósito de ser resultado das lutas dos Movimentos Sociais, historicamente construídos por uma teia complexa de significados, percepções e concretizações de pensamentos e ações estratégicas de ressignificações da idéia de viver do/no campo.

Neste processo de construção do seu próprio modelo, foi necessário conhecer experiências existentes. Por isso, Logo depois da visita a EFA de Alagoinhas e Valente pelos monitores da EFAP, que se deslocaram para o estado do Espírito Santo, com o objetivo de participar do curso de capacitação em Pedagogia da Alternância no MEPES (Movimento de Educação Promocional do

Espírito Santo), assim conta o fato histórico, que marcou essa formação, nos relatos do Monitor 1:

> Em 1995, [...] fomos para o Espírito Santo, fazer um curso de formação para monitores, no MEPE em Piúmas, fazendo essa vivência de como trabalhar a Escola Família, já que não conhecia a experiência, agente só conhecia assim, de ir na escola, visitar um dia e voltar, então foi muito importante, porque a gente estudava um mês lá no centro de formação, e depois um mês e quinze dias, a gente ficava vivendo na escola lá fazendo a experiência prática de como funciona e de como era o dia-a-dia, na escola família, isso aí deu base para começar a Escola de Pintadas em 1996. (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008)

A importância desta capacitação dos monitores nos coloca diante da posição privilegiada dos monitores, desde o nascimento da EFAP, em detrimento dos dirigentes da Associação Mantenedora formada pelos agricultores, que, dentro do projeto político pedagógico se acreditava teoricamente sujeitos privilegiados, no processo de formação educativa.

Paralelo à formação dos monitores, a comunidade realizava um intenso trabalho de mobilização para arrecadar fundos para a construção da escola. Vale ressaltar o significado dos mutirões realizados, estes simbolizavam uma participação muito concreta na construção do projeto da EFAP, antes de está pronta para iniciarem as aulas.

No entanto, os agricultores foram fragilizados, na relação política deste processo, pela necessidade de dar inicio as atividades, antes mesmo de começar o funcionamento da escola. Os saberes acadêmicos apesar dos esforços de integração cultural e político se sobrepõem aos saberes populares. A entrevista do Monitor 1 revela a divisão de funções na multiplicidade de atividades realizadas:

> [...] Agora o interessante era assim, enquanto a gente estava em Piúmas estudando, tinha uma equipe aqui também que continuou fazendo esse trabalho comunitário, e assim no início eram feitas várias atividades para arrecadar dinheiro para manter a gente lá. Então, na época as comunidades da CEBs contribuíam mensalmente e o pessoal fazia rifa, leilão, festinha, doações. E outra coisa que acho importante foi à questão da construção mesmo, a escola foi quase toda feita em mutirão: cercas, alicerces, quebras de pedra, levantamento de parede, tudo aquilo que era possível fazer em mutirão foi feito, então houve um grande envolvimento comunitário no início da EFA. (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008)

Como foi descrito, a trajetória do processo de criação envolveu ao mesmo tempo muitas atividades, isso ocorreu em ambiente descrito pelos informantes como solidário. Em suas falas não revelam claramente os conflitos na divisão das atividades e afirmam a concepção de que todos tinham o mesmo objetivo: contribuir para uma escola diferenciada no município de Pintadas.

As dificuldades dos monitores em assumir as suas despesas para estudar e se preparar para desenvolver as atividades pedagógicas da alternância, fazem-nos sujeitos com importância, que ia além dos outros sujeitos, mobilizando a comunidade por meio da comissão pró-escola, que organizou várias campanhas para arrecadar recursos financeiros para custear as despesas dos monitores até o Espírito Santo.

Esses esforços para a concretização de um objetivo considerado em comum para a implantação da EFAP contribuíram para sua concretização, através das vivências de experiências de trabalhos coletivos. Destas experiências, destaca-se várias reuniões nas comunidades de bases, com objetivo de conscientizar os agricultores sobre a importância da criação e do funcionamento de uma Escola Família Agrícola.

Desta forma, os agricultores passaram por processos de convencimento da importância da criação e desenvolvimento da EFAP, revelando que havia um grupo que pensava sobre e outro grupo que precisava ser motivado a pensar sobre o mesmo objeto e viabilizar sua infra-estrutura.

A multiplicidade de papéis assumidos pelos monitores, diante da realidade encontrada pós-curso de formação, é revelado pela entrevista com Monitor 3:

> Então a gente tinha o papel de ser professor e como monitor ser as pessoas responsáveis pelo acompanhamento do trabalho no dia-a-dia com os alunos, a gente fazia um pouco o papel de pai, de médico, às vezes levar ao médico se for o caso, dar uma assistência a família, a comunidade. Criou inclusive uma expectativa muito grande acerca da formação dos jovens, a gestão da escola, a gestão pedagógica feita pelos monitores, por uma diretoria, e a gestão das propriedades dos núcleos de produção do campo, também feita por nós monitores e com a participação dos alunos, e das famílias, pais dos alunos. (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008).

Desta forma, os monitores assumiram os papéis educacionais, a Pedagogia da Alternância e seus instrumentos, entre outras funções, sendo considerados

sujeitos principais do processo de construção do projeto político pedagógico. A sobrecarga de papéis faz com que muitos monitores fiquem dispersos nas suas atividades, envolvidos em uma rotina de dedicação exclusiva a escola, sendo considerados como ‘missionários’.

O trabalho de tempo integral dos monitores em sua maioria facilita o funcionamento da EFAP, mas os baixos salários e os múltiuplos afazeres, inclusive domésticos, ás vezes se torna desmotivador enquanto profissional, mas o envolvimento militante fez com que muitos monitores continuassem seus papéis sem as condições necessárias de cumpri-lo com dignidade.

A EFAP foi inaugurada nos dias 10 e 11 de fevereiro de 1996 e foram dias de festa e celebração pelos alunos e pais (agricultores familiares).

Figura 5 - Construções físicas da EFAP.

Fonte: Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008

Inicialmente, foram realizados os mutirões para construção do espaço físico, e depois de sua inauguração e funcionamento é que surgiu a criação da Associação Mantenedora da EFAP.

Enquanto não existia a associação mantenedora, as organizações sociais, como: Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Centro Comunitário de Serviço de Pintadas (CCSP) eram as principais entidades que canalizavam os recursos financeiros através de Instituições como o DISOP na Bélgica, que financiou a construção física e a manutenção para funcionamento da escola.

Na Escola Família Agrícola de Pintadas-EFAP foi implantado o ensino fundamental (5ª a 8ª séries), o qual desenvolvia experiência agrícola com objetivo de formação dos filhos dos agricultores, principalmente, buscar condições de melhoria de vida, especialmente diminuir o êxodo rural no município, através de uma educação contextualizada adequada ao semi-árido baiano, como diz um ex-aluno 1, entrevistado:

> Eu acredito que seja uma oportunidade para as pessoas que moram no campo, para manter o homem no campo mesmo, garantir a sustentabilidade das famílias no campo, construir uma educação diferenciada, que você tenha a realidade aqui na sua mão, que você estuda conteúdo que da sua própria vida. (Pesquisa de Campo, Ex-aluno 1 da EFAP).

Figura 6 - Cisterna para armazenar a água.

Fonte: Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008

A escola para funcionar efetivamente necessitava de uma associação que teria a responsabilidade de desenvolver todo o processo de mobilização das comunidades, manutenção e gestão da escola. Nesse estudo de caso, ficou evidente a importância do trabalho desenvolvido com a Rede de parceiros e outras organizações sociais, que mesmo dentro de um ambiente de participação, de forma efetiva tomavam as decisões, por e com eles, no processo de gestão da criação da EFAP.

Na forma como aconteceu, neste estudo de caso da EFA de Pintadas, para Calvó:

> Uma EFA é uma Associação de Famílias, Pessoas e Instituições que buscam solucionar a problemática comum, da evolução e do desenvolvimento local através de atividades de formação, principalmente dos jovens sem entretanto excluir os adultos. (CALVÓ, 1999, p. 17)

Segundo, os pressupostos trabalhados, a Associação Mantenedora das EFAs é composta por um grupo de famílias, pessoas e entidades que se unem para resolver os problemas da formação de adolescentes, jovens e adultos e ajudar no desenvolvimento sustentável do campo, no espírito da solidariedade. Por isso, é de fundamental importância a formação de seus dirigentes e jovens para desenvolverem as diversas atividades inerentes ao seu papel catalisador dentro do processo da promoção do desenvolvimento integrado sustentável.

A Associação Mantenedora é a gestora da EFA. Ou seja, a associação tem responsabilidade da gestão, como da escolha dos monitores e monitoras, coordenador ou coordenadora, dos funcionários em geral, bem como a autonomia para decidir sobre os objetivos, o calendário, o plano de formação dos alunos que dá a unidade do curso e os instrumentos metodológicos dão à unidade de cada alternância e estão organizados dentro do plano de formação.

Nos meses de abril e novembro de 1996, foram realizadas duas assembléias gerais, com objetivo de discutir e aprovar o regimento interno da escola, como também da importância de se fundar uma associação de pais e assegurar a participação destes nos diversos espaços de educativo de seus filhos, incluindo o tempo em que o aluno passa na família/comunidade desenvolvendo as atividades solicitadas no Plano de Estudo, como traz as leituras e analises das atas no anexo B:

> Assembléia de Pais realizada no dia 20 de abril de 1996, com a seguinte pauta: Apresentação do Regimento da EFAP; Prestação de contas da construção da escola; Situação interna dos alunos; Necessidade de criar a Associação de pais na escola “fácil para buscar recursos, opinar e decidir questões ligadas à escola e além do mais é um dos instrumentos da EFA indispensável para a sua caminhada”. E filiação da EFAP na UNEFAB. (Pesquisa Documental, Pintadas, 2008).

A história de organização da Escola Família Agrícola em Pintadas tem sua origem nas dificuldades que os agricultores enfrentavam, mas não foi fácil a

compreensão da proposta de uma escola diferenciada. Mesmo contemplando os seus sonhos, a idéia foi concebida por outras culturas e adequadas a sua realidade. Desde o início se construiu a idéia de serem mantidos por organismos internacionais, gerando dependência financeira. Segundo representante dos movimentos sociais:

> [...] eles tinham uma, certa dificuldade em absorver o conhecimento que estavam sendo trazidos naquela época pelos agrônomos, pelos técnicos que davam assessoria, acompanhamento técnico a essas famílias do projeto, então resolveram pensar nessa idéia de buscar a pesquisar experiência de educação diferenciada, contextualizada. (Pesquisa de Campo, 2008, representante dos movimentos sociais)

Levando em consideração as colocações de Forgeard (2004), um dos pilares fundamentais para a existência de uma EFA é a formação de uma associação responsável nos diversos aspectos: sociais, educacionais, econômicos, técnicos, jurídicos e, principalmente, de gestão participativa dos agricultores familiares. Segundo Forgeard (1999),

> A Associação, à qual a EFA pertence, é das famílias de agricultores e eventualmente outros segmentos do espaço rural podem ser sócios. Ela tem a responsabilidade da condução de todo o processo educativo e de gestão da Escola, mas forma também uma rede de responsáveis e de parceiros locais, tornando-se um lugar de interação, de interface, de sinergia, uma força proponente que agiliza o meio e valoriza uma região, buscando respostas para suas preocupações. Neste sentido, a EFA é a continuação da família (FORGEARD, 1999, p. 68-69.)

Para o mesmo autor, a existência de uma associação é anterior à criação da EFA. Na história da Escola Família Agrícola de Pintadas se deu de forma diferenciada em termos de funcionamento, pois primeiro iniciou a escola, sem a existência da Associação Mantenedora que foi constituída juridicamente e específica para este fim, e nas leituras e análises das atas no anexo B:

> Ata da Assembléia de Pais II realizada no dia 16 de novembro de 1996, com a seguinte pauta: Thierry representante da REFAISA fala sobre associativismo e o papel da UNEFAB; Estudo sobre a EFA e a “estrutura da visão tradicional sobre associação composta por presidente, diretoria e associados, onde o presidente tem todo o poder com uma única composição hierárquica. Paralelamente a essa associação da EFA

> apresenta uma estrutura participativa".; estudo sobre o Estatuto social: órgãos que compõem a associação, falando da assembléia que é composta de agricultores, pais de alunos, monitores parceiros (igrejas, movimentos populares, STR, ONGs); Thierry colocou quem pode fazer parte da diretoria, como: sócios, agricultores, monitores, ex-alunos e entidades, sendo que na sua maioria deve ser os agricultores, que compete a diretoria a gestão e administração da associação. (Pesquisa Documental, Pintadas, 2008).

Ao longo da caminhada, foram criadas várias comissões de trabalho, nas quais os movimentos sociais de Pintadas mobilizaram e articularam as comunidades que contribuíram de forma efetiva para a sua constituição, como coloca um ex-diretor e monitor 2, em entrevista.

> Não existia uma associação institucionalizada, formalizada, mais existia um grupo, eu diria assim, um coletivo que acompanhava todo o andamento e processo da escola, e era assim representado justamente pelas as entidades locais: aí tinha o representante do centro comunitário, o representante da paróquia, tinha representante de sindicato, a associação de mulheres, além das lideranças das comunidades, não tinha ela institucionalizada, mas existia um coletivo que direcionava, que colocava as diretrizes, as metas a serem estabelecidas. (Pesquisa de Campo, 2008, Ex-diretor e Monitor 2 da EFAP)

A Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas (AMEFAP) nasceu oficialmente, em 1997, conforme Estatuto Social,

> Artigo 1º - A AMEFAP (Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas), fundada em 09 de junho de 1997 por lavradores e agentes de promoção humana, é uma sociedade civil, filantrópica, beneficente, promocional e educativa sem fins lucrativos que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação civil.

Assim, um ano depois da escola que está localizada na Fazenda União na estrada de Pintadas a Capela, na zona rural, a 5 km da cidade, com os objetivos estatutários,

> Artigo 3º - A AMEFAP tem por finalidade incentivar as comunidades rurais da região, orientá-las e assessorá-las nos seus esforços de desenvolvimento, integrando os aspectos econômicos, sociais, culturais e religiosos, por meio de serviços polivalentes tais como: a) educação comunitária; b) assessoria agropecuária; c) educação integral envolvendo escola, família e comunidade; d) manter o funcionamento da Escola Família Agrícola de Pintadas (EFAP). (ESTATUTO SOCIAL, 2003, p. 1)

A Associação foi criada com objetivo de promover uma educação contextualizada no campo, com a participação dos agricultores, monitores, alunos, parceiros, representantes dos movimentos populares e da Igreja Católica. O quadro abaixo mostra a composição da primeira diretoria executiva eleita da AMEFAP para o exercício de 1997 a 1998. Os membros da diretoria são agricultores familiares, pais dos alunos da EFAP, entre eles, dois monitores, que ocuparam os cargos de 1º e 2º secretários e moravam em Pintadas:

Quadro 1 – Perfil dos Fundadores

Nome	Cargo
Rafael Gonçalves de Almeida	Presidente
Esmeraldo Ferreira de Almeida	Vice-presidente
Julieta Trindade de Almeida	1ª Secretária
Elieldo Carneiro da Silva	2º Secretário
Elias Oliveira Rios	1º Tesoureiro
Noeme Rodrigues dos Santos Souza	2º Tesoureiro

5.2 A TRAJETÓRIA DA PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS NA AMEFAP

O movimento das EFAs no Brasil teve inicio nas atividades com as famílias, principalmente com o envolvimento dos pais e das mães na educação dos seus filhos, como um dos primeiros pilares do processo de mobilização e articulação para o surgimento das EFAs. Isto traz um diferencial para as transformações sociais dos povos do campo, através das vivências no ambiente da educação, do desenvolvimento comunitário, da família, e principalmente, da gestão e da participação dos sujeitos sociais, como coloca em entrevista,

> Fui aluno da primeira turma da Escola Família, com a escola aprendi que é possível viver aqui na zona rural. Foi um veiculo de formação, então ficar aqui e continuar aqui no campo, buscando as transformações. Até hoje utilizo o que aprendi na EFA, e não tenho vontade de se desligar completamente da escola, mas de estar sempre participando. (Pesquisa de Campo, diretor 3, da EFAP, Pintadas, 2008)

Essa forma de organização consolida-se com o envolvimento dos sujeitos sociais, principalmente, as famílias e os jovens, filhos dos agricultores que estão inseridos na escola família. Eles são os protagonistas da sua própria história. São esses jovens alternantes que fazem movimentar a rede social e política das organizações sociais e Instituições públicas, ocupando os espaços do saber coletivo, como a escola, a família e a comunidade, contribuindo para desenvolvimento do meio em que vive.

Assim, os pais são os principais sujeitos envolvidos na administração da escola e da comunidade, eles acompanham e contribuem para a educação e o desenvolvimento dos jovens que vivem e moram no campo. Para isso, Calvó (1999), cita o objetivo da escola:

> Facilitar os meios e os instrumentos de formação adequados ao crescimento dos educandos, estes constituindo os principais protagonistas da promoção e do desenvolvimento integral (profissional, intelectual, humano, social, econômico, ecológico, espiritual) e de todo o processo de formação. (CALVÓ (1999, p. 17)

Em todos os momentos em que os filhos dos agricultores estão vivenciando na escola a sua realidade por meio dos conteúdos curriculares do ensino fundamental, são motivados também aos estudos práticos sobre agricultura, zootecnia, entre outros conhecimentos oriundos da convivência em família e comunidade, através das observações e reflexões da realidade na qual estão inseridos.

No momento em que estão aprendendo no espaço escolar (EFAP), começam a olhar a realidade com “outros olhos”, ou seja, com intenções de apreender do ambiente os principais conteúdos para sua aprendizagem em todas as suas dimensões. Esse momento de reflexão entre a teoria e a prática ocorre tanto no espaço escolar, como na propriedade familiar e comunitária.

A busca por alternativas viáveis para garantir a melhoria de vida e de continuidade dos agricultores familiares no campo tem na educação contextualizada, a perspectiva de compreender e transformar a realidade na qual estão inseridos, assim como fala a Diretora 2 da AMEFAP,

> A escola mostra que no campo dá pra sobreviver, todo mundo que estuda não quer ficar mais na zona rural, mas com a escola família não, ajuda a incentivar a ficar aqui, fazer horta, criar animais, incentiva a família permanecer na terra. (Pesquisa de Campo, Diretor 2, Pintadas, 2008).

As dificuldades de fazer acontecer o projeto político pedagógico da EFAP e atender às demandas e expectativas dos filhos dos agricultores das comunidades são reveladas no cotidiano de funcionamento da escola. Em 2008, a EFAP desenvolveu as suas atividades pedagógicas, tanto em sala de aula, como em práticas em técnicas agrícolas na propriedade da escola. Devido a vários fatores de gestão, entre os quais a pouca disponibilidade de tempo dos monitores para a escola especificamente, para acompanhar às comunidades rurais; a contribuição da escola na vida dos agricultores familiares foi lento.

Assim, os múltiplos envolvimentos dos monitores, apesar de regime integral de trabalho, contribuem para o afastamento dos mesmos do processo pedagógico, junto às famílias, fixando-se nas tarefas internas ao espaço físico da escola.

É importante ressaltar o papel das famílias na participação da gestão na escola, para acompanhar todo o processo pedagógico, que vai da gestão às atividades acadêmicas como um todo. No Brasil, esta participação vem sendo pouco valorizada e conhecida, como diz Forgeard (1999, p. 66):

> As famílias, os responsáveis, os eleitos, se mobilizam para recusar: o abandono do meio rural e de seus recursos; o insucesso das pessoas jovens ou adultos, sem formação de base ou profissional; o êxodo dos jovens em direção aos centros urbanos onde a esperança de viver melhor se concretiza na maioria das vezes por uma pobreza ainda maior ou condições de vida mais difíceis que no meio rural. Vocês devem saber sobre este assunto no Brasil. (FORGEARD, 1999, p. 66).

A família neste sentido é considerada o principal motivo para o qual a escola foi criada, por isso deveria participar de todos os momentos necessários à permanência dos seus filhos na escola, bem como acompanhando o desempenho escolar e as atividades de campo.

5.3 A GESTÃO DA AMEFAP E A ESCOLA

A percepção sobre as escolas famílias pelos sujeitos envolvidos na EFAP revela que a educação deve ser diferenciada, integrando a participação dos jovens com suas comunidades e famílias, mediadas por meio da Pedagogia da Alternância, que oportuniza o aprendizado do meio, segundo a afirmação do Pai de Aluno 1[36]:

> A educação do campo como já tinha outras experiências em outros municípios no estado da Bahia e em outros Estados, com a construção da escola em Pintadas em funcionamento, notou a diferença da educação da EFA no regime de alternância e a participação da família, da comunidade quando o aluno desenvolve todas as atividades educativas e também as práticas, e leva também para a alternância com a família. Eles ficam 15 dias na escola e 15 dias com a família e nessa alternância ele leva o trabalho que é feito com a participação da família e com a comunidade, tem todo esse envolvimento, por isso, que a educação é voltada ao filho do agricultor. (pesquisa de Campo, 2008, Pai 1)

O sistema de semi-internato da Pedagogia da Alternância não é fragmentado, pois é uma metodologia de formação integral, que não distingue os espaços família-escola-comunidade, permitindo uma interação entre os estudos teóricos e práticos e a orientação para o projeto de vida dos alunos na sua formação em todas as dimensões: intelectuais, técnicos, científicos, filosóficos, sociológicos, éticos, ecológicos, espirituais, humanos, profissionais, econômicos, artísticos, entre outros. Em entrevista com o Monitor 2, ele afirma:

> É uma educação, que estava voltada para homem do campo, e que de fato refletia com impacto no desenvolvimento social, econômico, religioso, cultural, em todos os aspectos da vida do homem do campo, trouxemos esta idéia para Pintadas, começamos a discutir coletivamente, daí surgiu à idéia o porque de não construir uma escola dessa natureza, já que ela atende aos aspectos do nosso projeto, que era Projeto Pintadas. (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008)

A Pedagogia da Alternância é concebida como metodologia adequada a realidade de Pintadas, mas baseada em outras experiências externas. A idéia é que

[36] Pai de alunos 1, ex-diretor e morador da AMEFAP.

a EFAP possa integrar conhecimentos vivenciados e acadêmicos. E, em entrevista com o Ex-Aluno 2, coloca sua experiência na EFAP:

> aquilo que aprendia na escola levava para a propriedade e comunidade, tanto que todos os planos de estudos, que é uma metodologia da EFA era destinado para ser realizado na comunidade. Então a gente marcava reunião no povoado, discutia com a comunidade, temas interessantes, ligados a convivência com a seca na própria comunidade, então foi muito interessante porque agente começou a ter uma visão diferente de como lidar as dificuldades da seca, de melhorar essa convivência. (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008)

Os monitores como principais sujeitos envolvidos nesse processo, participantes da AMEFAP e da EFAP, exercem uma dupla função entre a gestão nos espaços da EFAP e a gestão da Associação. Eles vivenciam em tempo integral na escola, assumindo as suas funções, e exercem também, outras atribuições na gestão da Associação, ou seja, a gestão informal associativa. Esta dupla função foi relatada na entrevista com o Monitor 1,

> A gestão assim, eu sempre coloco que na verdade seria a associação, que deveria fazer essa gestão, mas como a associação geralmente esta mais distante, mora cada um num lugar, então isso recai muito sobre a equipe de monitor, então eu acho que quase todas as EFAS, devem existir algumas que não, mas na verdade a gestão ela é feita mais pela equipe de monitores em discussão com a gestão também da associação, [...] inclusive no inicio fazia parte do estatuto que o secretário da associação deveria ser um monitor, justamente que fizesse essa ligação maior da vivência do dia-a-dia da escola com a associação, só que depois da reforma do estatuto, retirou porque o monitor geralmente é remunerado, e quem faz parte da gestão da associação não pode ser remunerado [...] mas de qualquer forma, não existe reunião de associação de Escola Família Agrícola sem a presença dos monitores.

Em complemento a definição formal dos monitores na gestão da EFAP, a ATA de 11/12/2000, esclarece:

> Modificações em artigos do estatuto social com objetivo da associação se inscrever no conselho nacional de assistência social; para isentar de alguns impostos e artigo relacionado a Gestão da Associação, definindo que monitor não poderá ser eleito por que é funcionário da entidade. (Livro de Ata II de 11/12/2000)

As contradições entre teoria/prática da gestão na EFAP demonstram a pouca participação dos agricultores no cotidiano da escola, mas não impediram o

desenvolvimento de uma identidade e responsabilidade coletiva, sentimento de pertença e participação interativa, mesmo que ás vezes distante do processo ensino-aprendizagem.

Os princípios que norteiam a Pedagogia da Alternância nas EFAs contribuem para uma metodologia específica a realidade das escolas do campo, no entanto, se faz necessário avaliar até que ponto é possível desenvolvê-los à luz da realidade e da participação efetiva dos principais sujeitos sociais que fazem parte da gestão da AMEFAP, visto que enfrentam conflitos, pelas dificuldades de todos participarem, de forma efetiva, na gestão associativa.

Sobre a participação efetiva na associação, DEMO (1999, p. 119) afirma que não basta ser sócio, é preciso ser membro e “membro significa parte integrante, consciente, compromissada, o verdadeiro membro e a autêntica origem da associação”.

Sobre o caráter dos membros, os documentos da AMEFAP apresentam em seu Estatuto Social, no Capítulo V, a definição do quadro de sócios,

> Artigo 9º - A AMEFAP terá uma única categoria social denominada sócio membro, que serão mencionadas simplesmente como membros. Artigo 10º - Serão membros, com direitos inerentes a sua condição sem discriminação de sexo, religião ou nacionalidade, todas as pessoas a seguir especificadas: a) pais de alunos e demais agricultores na área de atuação da EFAP; b) os técnicos e professores doravante nomeados de monitores que estejam a serviço da AMEFAP; c) os responsáveis eclesiásticos da Paróquia de Pintadas; d) dois representantes um de cada sexo de cada turma de alunos atualmente na escola e eleito anualmente pelos próprios, podendo ser reeleitos; e) um representante do Sindicado dos Trabalhadores Rurais de Pintadas e um Centro Comunitário de Serviço de Pintadas. (Pesquisa Documental, Pintadas, 2008).

A concepção que os pais têm de participação está relacionada com o trabalho conjunto e em parceria. Por entender a construção do projeto coletivo, e neste caso, de uma instituição educativa, o diretor 1/pai afirma em entrevista: “*O meu sonho é a escola participativa”.* Para ele, requerer participação, responsabilidade e compromisso, se constitui como elementos fundamentais nesse processo de construção.

Nesse sentido, a motivação da família em participar da gestão da associação, perpassa pela esperança e crença em uma escola diferenciada, como afirma Pai de aluno 1:

> A EFA é diferente das outras escolas, é uma escola que lida com associação, e tem uma associação que tem com o monitor toda essa gestão que é feita por essa interação e diálogo com a equipe de monitor e também com as famílias dos alunos, e é diferenciada a gestão. [....] por que há envolvimento com os pais que se tornam diretores da associação, de todo o processo educativo, de produção, tudo na escola tem a participação dos pais na vida da escola. (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008, Pai de aluno 1)

Na EFAP, o acompanhamento dos filhos e a educação entre diferentes gerações é muito importante. É o filho que ensina e os pais que aprendem; esse ponto aqui é crucial, mas foi observado resistência por parte de algumas famílias em abrir espaços para troca de saberes e mudanças de cultura, principalmente no que diz respeito ás técnicas agrícolas. Portanto, nem sempre, o que os filhos aprendem na EFA conseguem aplicar na propriedade familiar

O que se observa, em grande parte nas Organizações Sociais dos agricultores, é que existe certo “temor” de assumir a gestão, por diversas razões: medo de não corresponder às expectativas da comunidade, pelo fato de ter baixa escolaridade ou até mesmo por ser uma atividade voluntária e os agricultores já terem muitas atividades em sua propriedade.

O pensamento de que a escola é da comunidade faz com que muitos pais não percam o vínculo com esta, mesmo depois que os seus filhos concluem os estudos. O compromisso e a responsabilidade com uma prática de Educação voltada para o desenvolvimento comunitário sustentável mantêm estes pais como parceiros das EFAs, como enfatiza um Pai de ex- aluno 1:

> [...] por causa da EFA me tornei diretor da REFAISA. Ate hoje participo da importância da EFA para mim, meus filhos. Fui diretor, tesoureiro duas vezes, conselho fiscal um mandato. (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008, Pai de aluno 1)

Além desses papéis, no inicio da escola família, enquanto não havia criada a Associação Mantenedora, os monitores além de administrar a EFAP, também acompanhavam e gerenciavam o processo de criação da associação, bem como todo o processo de gestão em conjunto com Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP), que era a entidade responsável na gestão financeira junto ao DISOP. Monitora 1, diz:

> [...] a gestão financeira era o Centro Comunitário que fazia, então a primeira associação nossa era o CCSP, depois foi até uma exigência das EFAs, que a escola tenha uma associação de pais, agente criou em 1997, a associação de pais. Os pais participavam, eram sócios, mas não faziam a gerência, quem fazia era o Centro, até por que o primeiro projeto da Bélgica foi feito via CCSP, a gente permaneceu um tempo com ele [...]

As EFAs enfrentam muitas dificuldades com as lideranças que se dispõem a assumir a gestão associativa, pois os sócios e diretores são voluntários. Enfrentam dificuldades de recursos financeiros, dependem essencialmente de sua produção familiar para sobreviver e, principalmente, pela falta de conhecimentos de técnicas gerenciais, como também da baixa escolaridade (saber ler e escrever), esses aspectos dificultam a atuação de forma mais efetiva no cotidiano da gestão na manutenção da escola.

A participação dos agricultores passa necessariamente pela manutenção em primeiro lugar da família, na garantia de renda e da pequena produção agrícola. Na sua maioria, os pais dos alunos da EFAP estão envolvidos nas atividades agrícolas, tendo pouca disponibilidade de tempo para acompanhar as atividades de gestão da EFAP, isso traz sérios problemas para os funcionários da escola, que além de assumirem suas responsabilidades pedagógicas, ainda cuida da gestão administrativa escolar e associativista.

Aqui também vale lembrar que um dos princípios das EFAs é a criação da Associação Mantenedora com a participação efetiva dos agricultores na gestão associativa. Essa realidade acaba acontecendo, prejudicando o papel primordial dos sujeitos envolvidos na missão das EFAs, que acompanham de forma mais efetiva o seu cotidiano.

Além disso, se faz necessário refletir o papel das lideranças locais, dos Movimentos Sociais que também assumem o papel de colaboradores diretos na

gestão, e às vezes substituem a participação dos sujeitos que são responsáveis formal, jurídico e legítimo das EFAs.

Nesse caso de Pintadas, no inicio das atividades da EFAP, como não havia ainda uma Associação Mantenedora, foi repassado ao CCSP os recursos financeiros para que administrassem a construção física e a manutenção. E, mesmo, depois de criada a Associação, o CCSP ainda continuou por um período a gestão financeira dos recursos oriundos de parceiros externos. Isso, nos leva a refletir que há uma fragilidade por parte dos dirigentes em assumir as suas atribuições estatutárias, e de conhecimentos técnico-administrativos.

Assim, o que se analisa nessa trajetória de gestão é que, embora a AMEFAP tenha sido criada depois do funcionamento da EFAP, só um tempo depois os dirigentes conseguem assumir de fato a gestão associativa, principalmente a gestão financeira dos seus projetos.

As experiências de gestão têm demonstrado as dificuldades que os agricultores enfrentam por não conhecerem as técnicas e ferramentas para controles internos financeiros, bem como outros instrumentos administrativos. Esse tem sido um dos entraves da participação efetiva dos dirigentes nos processos de gestão associativa e escolar.

A realidade da gestão da EFAP demonstra a fragilidade da formação dos dirigentes, e um desafio para os próprios monitores na capacitação dos associados para assumir o seu papel e efetivar a participação mais ampla dos agricultores. Do outro lado, mais uma função para os monitores.

As EFAs contam também com as colaborações externas, que realizam serões, palestras, estudos relacionados aos interesses em questões diversas; realizam tutorias ou acompanhamentos personalizados. Também desenvolvem Projetos Profissionais como expressão de anseios, aspirações, capacidades, práticas e aptidões de empreendimentos para o jovem em formação. Os projetos são instrumentos concretos para inserção profissional, na perspectiva de ocupação e geração de renda.

Figura 7 - Entre os conhecimentos teóricos e práticos de ração animal.

Fonte: Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008

Figura 8 - Entre os conhecimentos teóricos e práticos de sanidade animal.

Fonte: Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008

Outra ferramenta importante é o caderno de acompanhamento da alternância, pois facilita as relações entre família, orientadores de estágio com os monitores em visitas técnicas às comunidades, pela equipe de monitores para acompanhar e orientar os estudantes em suas atividades sócio-profissionais. São realizadas avaliações processuais, tendo em vista o processo de desenvolvimento de forma integral do ser, do saber, do conviver, do fazer, do decidir e do gerenciar.

As EFAs realizam estágios que são atividades programadas nas propriedades agrícolas, empresas, entidades sociais, órgãos de pesquisa, de assistência e

serviços. E, por fim os cadernos didáticos ou fichas pedagógicas, enquanto instrumentos que aprofundam teoricamente, os temas dos planos de estudo.

A pedagogia da alternância com seus instrumentos são considerados pelos sujeitos, um diferencial nas EFAs, oportunizando aos filhos dos agricultores uma educação integral do educando e contribuindo para a formação de seus pais e da comunidade. Assim, as EFAs, e em especial a EFAP traz na fala dos sujeitos sociais a trajetória desses instrumentos da escola, como cita em entrevista o Monitor 1,

> Monitoria 24 horas na escola, cada dia tem um monitor que é o responsável do dia de acompanhar os educando, aí durante o dia todo ele acompanha na alimentação, no trabalho prático, nas salas de aula [...] e a noite ele faz uma atividade que agente chama de serão, que é uma atividade mais ou menos de uma hora e meia, que fica a critério do monitor do dia, ou ele traz alguém para fazer uma palestra, assisti um filme, um tema para discussão com os alunos. Então, o monitor do dia é quem acompanha mais de perto, não significa que os outros não fazem nada, é uma atividade conjunto [...] além desse trabalho na escola, a gente também faz o trabalho de visitas às famílias, reuniões nas comunidades, às vezes as visitas são duas ou três vezes por ano a cada família. (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008).

Os monitores encontram muitas dificuldades de colocar em prática todos os instrumentos da Pedagogia da Alternância. Apesar dos desafios, a experiência dos monitores e a importância que as EFAs têm na formação dos mesmos, qualificando-os para o mercado de trabalho na educação, eles são motivados a trabalhar em outros espaços. A rotatividade dos monitores prejudica a continuidade do projeto da Escola.

A complexidade da gestão das EFAs tem na Associação Mantenedora espaço comunitário de discussões e definições de políticas institucionais que definem os objetivos, os planejamentos e as práticas de gestão participativa e associativista,tendo em vista a direção das ações estratégicas no cotidiano da vida da escola-família-comunidade. Para Demo (apud Burghgrave, p. 26).

> O Associativismo representa um outro grande elemento impulsionador da participação social na luta pela conquista da cidadania. As experiências têm mostrado que a maneira mais própria de se começar um movimento participativo é a associação, contanto que essa responda a critérios de qualidade política, como representatividade, legitimidade, participação de base, auto-sustentação (DEMO, 2001, p.117)

Nesse caso da AMEFAP, essas práticas são exercidas em Assembléias Gerais de Pais, e a Associação, ao longo dos anos, realizou várias assembléias para tratar dos assuntos de interesses dos pais em relação ao funcionamento da escola, bem como ao acompanhamento pedagógico em alternância dos alunos da EFAP.

A trajetória histórica nos mostrou que, desde o início da criação da escola aconteceram muitas reuniões para a tomada de decisões exercidas em uma visão de gestão participativa na organização e funcionamento da escola. Considerando que nem todos são membros da mesma forma, Bordenave (1983) contribui na reflexão sobre qualidade na participação:

> [...] mesmo dentro da participação ativa, isto é, entre as pessoas que 'tomam parte', existem diferenças na qualidade de sua participação. Algumas, por exemplo, sentem parte 'ser parte' da organização, isto é, se consideram como 'tendo parte' nela e lhe dedicam sua lealdade e responsabilidade.[...] (BORDENAVE, 1983, p. 22 e 23)

Em todos os momentos da criação da Escola Família Agrícola, como da Associação Mantenedora, os sujeitos sociais assumiram os papéis diferenciados em qualidade e quantidade, seja em atividades comunitárias, assembléias, encontros, reuniões e formação de lideranças, monitores e parcerias.

5.4 ESTRATÉGIA DE VIABILIDADE E SUSTENTABILIDADE

As experiências das Escolas Famílias Agrícolas-EFAs estão disseminadas em nosso país, e embora ocupem um espaço significante para as populações rurais, ainda encontram muitas dificuldades para o seu funcionamento, visto que é uma entidade pública não estatal, e as políticas governamentais não priorizam a educação do campo, como uma das estratégias para a transformação dos povos do campo.

Uma recente conquista das EFAs na Bahia foi o Programa Estadual de Apoio Técnico-Financeiro às Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e Escolas Familiares Rurais (EFRs) do Estado da Bahia, que caracteriza as Organizações como aptas a

receber o apoio, na medida em que atenda as exigências contidas no artigo 1º, parágrafo único, inciso II:

> seja gerenciado por uma associação autônoma sem fins lucrativos, composta de pais, pessoas e entidades comprometidas com o desenvolvimento sustentável e solidário da agricultura familiar. (Pesquisa Documental, LEI Nº 11.352 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008)

Essa autonomia da associação que o Programa de apoio coloca como condição para receber o apoio do Estado é antes uma condição necessária para garantir o cumprimento dos princípios e finalidades dos Centros de Formação por Alternância. É, pois, de responsabilidade dos associados zelar para que a associação tenha autonomia política e pedagógica, independente dos acordos, apoios e parcerias que venha a estabelecer com organizações governamentais ou não-governamentais.

O que diferencia a gestão da Escola Família Agrícola é justamente o poder e a capacidade que os agricultores familiares têm de decidir sobre os rumos da educação de seus filhos. Estas conquistas não podem ser perdidas sob o risco destes perderem a essência do Movimento.

Os movimentos das EFAs contrapõem-se a concepção de educação que o Estado estabelece para as escolas rurais, bem como a forma de gestão nas EFAs são diferenciadas das escolas do Estado. De um lado, as EFAs trazem no seu bojo uma história de luta pela gestão participativa, democrática e preocupada com a formação da cidadania; do outro, o Estado conserva as relações de poder centralizadas, com recursos financeiros engessados que impossibilitam a participação e o envolvimento da população na gestão escolar.

Nesse estudo de caso da AMEFAP, observou-se que as relações de parceria com o apoio do poder público local surgiram de fato depois da eleição da Prefeita Neusa Cadore, contribuindo em vários aspectos para o funcionamento da escola família durante todo o período do seu mandato, bem como, após o seu mandato, houve contínuo apoio da Prefeitura Municipal. Em entrevista a ex-prefeita de Pintadas, diz:

> Sabíamos a importância de ter em Pintadas esse modelo de EFA, que é uma educação contextualizada. Então a prefeitura também dentro das possibilidades financeiras, porque o compromisso político com a proposta para nós é muito claro. Então, a partir do momento que assumimos a gestão local nos disponibilizamos apoiando a EFAP com o pagamento de: professores, alimentação, combustível. Nós tínhamos uma relação de parceiros, muito fraterna, de companheiros, inclusive porque as EFAs eram sustentadas por meio de parcerias, como as igrejas, os órgãos internacionais. Compromissos dos monitores da Associação mantenedora, muita gente doando seu tempo. A prefeitura fez o que foi possível compreendendo a importância, reconhecendo as pessoas que estavam no processo, enquanto gestora de recursos públicos [...] (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008)

A EFAP por muito tempo contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Pintadas e da Rede Pintadas que contribuíram com os trabalhos de implantação da escola e sustentaram-na até 2008, contou também com recursos financeiros externos de Instituições do exterior que ajudaram na construção física e na manutenção da escola.

A situação de viabilidade e sustentabilidade da EFAP vem se agravando ao longo dos anos, pois perceberam que os alunos do ensino fundamental estavam chegando à escola muito novos, com a faixa etária de 9 a 11 anos, e os objetivos da EFAP não estavam sendo atingido, pois uns dos objetivos é que os jovens e adolescentes sejam uma liderança na comunidade com capacidade de mobilização e participação nas Organizações Sociais.

Do ponto de vista pedagógico e de gestão, um dos desafios a ser enfrentado é a implantação do ensino médio. O Pai de aluno 1 comenta em entrevista:

> Hoje, o principal desafio é funcionar a escola de 2° grau, é o sonho há mais de 5 a 6 anos da comunidade de Pintadas. Como não temos políticas públicas especificas, voltadas para a educação do campo, por isso, precisamos conseguir um projeto no Estado para que tenha um apoio para EFAP. O maior desafio é esse, fazer o 2° grau com o curso profissionalizante é o anseio de toda comunidade. Assim, a realidade do aluno da EFAP hoje é que em 4 ou 5 anos, com 10 anos já esteja concluído a 4 série, como um aluno desse na escola é complicado pela questão da convivência em grupo. Então o certo na verdade é estar com o 2°grau por que vai atender o anseio da comunidade, que os alunos têm capacidade de levar o retorno para as comunidades. (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008)

O monitor 1 afirma que a faixa etária de alunos que têm chegado à escola tem sido de crianças e adolescentes que enfrentam dificuldades e resistências por parte

dos dirigentes das comunidades e lideranças mais velhas, devido a idade e poucas experiências dos alunos, que também têm dificuldades em adaptar-se a rotina da EFA. Outras dificuldades ameaçam a continuidade de alunos que chegam à escola, tais como: os conteúdos são considerados pelo monitor 1 avançados para crianças e adolescentes, a distância da família com sistema de semi-internato.

A falta de recursos financeiros para manutenção é apontado pelos informantes como paralisante e, atualmente, a AMEFAP resolveu encerrar as atividades da escola em 2009. Foi uma decisão tomada depois de muita discussão pela Assembléia Geral da Associação em 2008. (Ver ANEXO B)

O Diretor 2,explicita estas dificuldades e desafios:

> Um dos desafios para funcionamento é a falta de recursos para manutenção da escola, pagamento de salários dos professores, dependência de ajudas e doações. A necessidade de uma reforma na construção física da escola. (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008)

A paralisação, segundo monitor 1, teve cinco motivos: 1) falta de recursos financeiros; 2) transformar a escola de Ensino Fundamental para o Ensino Médio; 3) reforma do prédio escolar; 4) esperar liberação das verbas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) aprovado em 2008; 5) Elaborar e Organizar os documentos para autorização no Conselho Estadual de Educação.

As EFAs do Estado da Bahia, incluindo a EFAP, têm dificuldades prementes de auto-sustentabilidade por conta da insegurança financeira e da dependência de recursos externos. Diante disso, o sonho da Escola diferenciada fica distante.

Para viabilizar as EFAs, na percepção dos sujeitos da pesquisa, o Estado é o principal veículo de manutenção financeira, patrimonial, técnico e pessoal. A comunidade em contrapartida fornece víveres alimentícios e trabalho voluntário, mas não conseguiu a sustentabilidade com as ações desenvolvidas de forma coletiva.

Na propriedade da escola, o que produz complementa a alimentação dos alunos e monitores que ficam em sistema de internato. As práticas agrícolas desenvolvidas são utilizadas apenas como material didático, e o pouco excedente é comercializado, mas não é suficiente para a sustentabilidade.

Nessa nova conjuntura, a AMEFAP estava planejando recomeçar suas atividades pedagógicas em 2010, dependendo da reforma das instalações físicas e da documentação para autorização de funcionamento para Escola de Ensino Médio Profissionalizante no Conselho Estadual de Educação, que avaliará ser possível a sustentabilidade do funcionamento da escola com financiamento do Estado da Bahia, de acordo com a lei que incentiva cursos médios, na Educação do Campo.

5.5 POSSIBILIDADES E LIMITES DA GESTÃO E DA PARTICIPAÇÃO DA AMEFAP NA EFAP

A Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas contou ao longo desses anos com a participação dos sujeitos que integram os Movimentos Sociais Organizados na Rede Pintadas, para a concretização de seus objetivos e finalidades, juntamente com as parcerias locais como a Prefeitura Municipal, com as entidades representativas REFAISA e UNEFAB.

A AMEFAP nesses 13 anos de existência buscou desenvolver a sua missão na promoção de uma educação do campo, contextualizada no Semi-árido Baiano no Território da Bacia do Jacuípe, contribuindo para a formação profissional dos filhos e dos agricultores familiares que possibilitasse mudanças substancias na vida dos sujeitos sociais.

A EFAP pode proporcionar uma nova visão de mundo e de sociedade para os jovens que residem no campo. Alguns depoimentos realizados durante as entrevistas, como do Ex-Aluno 2, expressam a importância dos seus estudos na escola,

> [...] Escola Família Agrícola pra mim, foi uma porta que se abriu para conquistar um espaço grande na vida, como profissional e familiar, a partir daí, criou um leque de relações com os Movimentos Sociais do Município. Em seguida, comecei a trabalhar com os Parceiros da Terra, assim conheci diversas organizações na Bahia. O que aconteceu pra mim foi um ponto de partida, porque se a Escola Família não tivesse chegado lá em 96, se as pessoas não procurassem para ser alunos, talvez eu ainda tivesse na comunidade, ou provavelmente tivesse migrando para outro Estado. [...] talvez não iríamos aprender a técnica de sobrevivência com o semi-árido, íamos continuar praticando as mesmas coisas. [...] muitos estudaram da 1ª até 4ª série, foram para São Paulo, provavelmente meu destino seria São Paulo ou outra metrópole em busca de recursos. A Escola Família fez com

> que eu permanecesse e continuasse no meio rural durante esse tempo e depois buscasse outros caminhos. (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008, Ex-aluno 2)

Nesse depoimento fica evidente a importância da EFAP para os jovens que vivem no campo, com a valorização de suas vidas em todas as suas dimensões: educacionais, sociais, culturais, políticas, que foram proporcionadas através da formação integral, cujo objetivo pretendeu valorizar o campo como espaço do saber, das trocas, das relações sociais solidárias, na busca de uma formação profissional qualificada para o mundo do trabalho e para a vida.

As possibilidades na educação do campo, na EFAP, trouxeram resultados através de em uma atuação mais efetiva nas comunidades e nos espaços que estão sendo ocupados.

Outro depoimento sobre a importância da EFAP, pode ser percebido na fala do Ex-Aluno 3,:

> Acho que a escola teve uma importância muito grande na minha vida pessoal e profissional, principalmente na vida da comunidade. Hoje nós temos vários ex-alunos participando de uma série de organizações. Enquanto diretor, funcionário, colaborador, então a gente percebe que a escola contribuiu muito com a comunidade. [...] a escola trouxe uma contribuição muito grande para o município, acho que aqueles que realmente se identificaram com a escola, quiseram e tiveram a ousadia de dar continuidade ao processo de aprendizagem que foi iniciado na escola, essas pessoas continuaram [...] então acho que a escola foi de grande valia, foi e continua sendo, apesar desse ano, ela não está oferecendo aulas, mas ela foi de grande importância para o município. (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008, Ex-aluno 3)

Apesar da importância da EFAP para o desenvolvimento dos jovens e das comunidades, as escolas famílias ainda enfrentam muitas dificuldades para o seu funcionamento e para uma participação mais efetiva dos agricultores na gestão associativista.

Os agricultores familiares sobrevivem basicamente da produção agrícola e do criatório de pequenos animais em suas pequenas propriedades com isso, passam maior parte do seu tempo dedicado às tarefas de produzir e criar. Alguns dirigentes da AMEFAP assumem outros trabalhos como agentes comunitários e ainda participam de outras Organizações Sociais no município.

Os limites citados acima, na participação efetiva dos dirigentes da AMEFAP e na direção da EFAP, mostram as dificuldades de participarem diretamente do cotidiano da gestão da Escola Família Agrícola. Os desafios da gestão da AMEFAP passa não apenas por tempo para participar das reuniões em realizar as Assembléias, mas, sobretudo o que estão relatados nos depoimentos dos entrevistados, que trazem em suas falas os principais entraves de gestão da EFAP,

Na aplicação da pedagogia da alternância, o desafio fundamental é ir além dos conteúdos técnicos apresentados na escola, mas, sobretudo. se pensar em desenvolver a gestão de forma mais participativa para os sócios, dirigentes, alunos, e, principalmente, na formação de novos sujeitos sociais que possam participar do cotidiano da EFAP.

Outros desafios da gestão da escola passam necessariamente pela sua reestruturação física, implantação do ensino médio profissionalizante e a continuidade da participação e do sentimento de pertencimento à escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em reflexão sobre as questões levantadas sobre Gestão e Participação: um estudo sobre a Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas-AMEFAP, a investigação deste estudo de caso chegou as seguintes considerações finais:

As EFAs têm se destacado no Brasil pelo trabalho que vêm desenvolvendo junto aos agricultores familiares, através da formação profissional e cidadã de seus filhos. Este trabalho traz na sua essência a marca de uma educação contextualizada e diferenciada para a transformação social e solidária na busca de uma melhor qualidade de vida.

Essas experiências demonstram a importância da formação dos jovens para continuar no campo e criar condições de qualificação para inserir-se nas Organizações sociais e no mundo do trabalho.

O estudo sobre a gestão das EFAs nos proporcionou muitos desafios que tivemos que percorrer em busca de referenciais teóricos, que contribuíssem com o objeto de pesquisa, principalmente, por não encontrar muitos teóricos na linha do objeto de estudo.

A pesquisa contribuiu para entender melhor a gestão e a participação dos sujeitos sociais que fazem parte da EFAP, em seu contexto local. Apontou que os caminhos trilhados no município de Pintadas foram de muita participação das comunidades que ajudaram a criar a escola família a partir de luta de várias mãos: dos agricultores, de lideranças, de Movimentos Sociais, das comunidades Eclesiais de Bases e de missionárias.

Para compreender a trajetória histórica da EFAP, é necessário conhecer primeiro o *locus* onde está inserida. Nesse sentido, Pintadas traz na sua história os mistérios das relações sociais como um campo minado ao aprendizado de tantas experiências vivenciadas por todos que se envolvem nas lutas construídas coletivamente.

Esse estudo proporcionou a riqueza das descobertas dos mistérios da complexidade da gestão social em ambiente escolar, e as reflexões de como a participação ocorre em sentidos de mão e contra mão, mesmo que sem perceber os papéis que ora se separam e ora se misturam para que os planejamentos, as ações, e, principalmente, a escola família não deixem de funcionar.

A gestão é concebida politicamente de forma participativa e envolvente, embora nas práticas cotidianas ela acaba às vezes sendo assumida por poucos que acabam se sobrecarregando em suas funções. Nesse estudo, ficou evidente a participação efetiva dos monitores, que por se encontrarem diretamente ligados ao cotidiano escolar, entram na mão e contra mão da gestão escolar e associativa, ou seja, mesmo existindo uma gestão formal pela Associação Mantenedora da EFAP, e nos documentos estatutários as atribuições dos dirigentes são definidas na Associação.

A participação dos agricultores não é tão próxima da Associação Mantenedora e do cotidiano escolar, dificultando a participação dos mesmos no processo de pensar estratégias de assegurar o tempo disponível para a gestão, sem, no entanto, prejudicá-los nas atividades de suas propriedades agrícolas.

A falta de um rendimento financeiro para a sustentação de suas famílias dificulta a dedicação dos agricultores em seu papel enquanto dirigente atuante e conhecedor de suas atribuições na gestão Associativa Escolar. No caso de estudo, em Pintadas, ainda se tem o desafio de preparar novas lideranças para assumir esses papéis organizacionais, que desenvolvam a gestão da complexidade entre o fazer da educação e o fazer associativo.

Durante a trajetória da pesquisa de campo, foram realizados momentos ricos de entrevistas com os sujeitos sociais, evidenciando-se o papel de cada um na trajetória histórica da EFAP, concebida na educação do campo como uma das principais alternativas viáveis para a formação dos jovens e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

As EFAs em sua trajetória educativa têm apresentado resultados importantes na educação profissional dos filhos dos agricultores familiares pela crença na promoção do desenvolvimento sustentável e solidário dos seus territórios.

De todo trabalho realizado pela EFAP e a AMEFAP, encontrou-se nas falas dos sujeitos, o surgimento de novas lideranças comunitárias que dariam continuidade a sustentabilidade da escola e a outros processos de organização e desenvolvimento do município com o fortalecimento dos Movimentos Sociais, mais engajados nos seus costumes, tradições e manifestações culturais.

As escolas trazem a amplitude da concepção de uma educação que valoriza o homem e a mulher do campo, com espaços de formação, qualificação, profissionalização, de valorização da vida dos povos do campo.

Os resultados das EFAs no Brasil são imensuráveis, pois se fôssemos avaliar o número de jovens envolvidos na construção de um novo Projeto de Educação Profissional para o Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Campo, teríamos uma noção da abrangência e multiplicidade da proposta. Entre os principais resultados são a elevação da escolaridade que vem sendo desenvolvida no ambiente escola-família-comunidade e na profissionalização dos jovens para o mundo do trabalho.

Os desafios para manter uma EFA no Brasil, na Bahia e Pintadas são muitos, especialmente pela falta de interesse do poder público local e estadual, e principalmente pela falta de recursos financeiros que garantam a continuidade das atividades pedagógicas no campo.

A proposta da EFA de Pintadas, apesar de ter sido construída com participação ampla das famílias, encontrou dificuldades em desenvolver participação ativa e reflexiva dos agricultores, pela concepção importada de outras culturas e adequadas a realidade do semi-árido baiano. Apesar disto, os documentos exaltam a participação em todo processo dos sujeitos sociais locais, junto as parcerias e motivados pelas experiências Nacionais e Internacionais.

A pesquisa de campo demonstrou que durante o percurso histórico e político dos sujeitos sociais locais envolvidos na criação da EFAP, tanto na construção física do espaço escolar, quanto nos trabalhos realizados nas comunidades para o funcionamento da EFAP, principalmente nos passos dados em direção as mobilizações de estruturação da escola, se deram no ambiente de muito engajamento dos movimentos de base e participação efetiva das lideranças locais,

dos agricultores, pais, alunos, monitores e colaboradores, nos processos de tomada de decisões.

Sem financiamento externo, seria difícil a implantação da EFA em Pintadas, o que ao mesmo tempo viabilizou a sua implantação e ao mesmo tempo criou dependência financeira de organismos internacionais e locais, não conseguindo autonomia em todo o processo de implantação e gestão.

No caso de Pintadas, há dificuldades na gestão, especialmente nos trabalhos desenvolvidos pelos monitores, o que dificulta a vivência da proposta da Alternância de forma integral e seus dispositivos. Primeiro, por falta de recursos financeiros suficientes para acompanhar diretamente os alunos em suas comunidades; segundo, por a escola dispor de um número, muitas vezes pequeno de monitores que sentem dificuldades de acompanhar o número de alunos das escolas e, finalmente, há os professores que trabalham nas EFAs e ministram as aulas e não fazem o trabalho de campo, ou seja, acompanhamento direto dos alunos.

A pesquisa apresentada demonstrou que os espaços acadêmicos têm oportunizado os estudos e reflexões com os sujeitos envolvidos na sistematização de suas histórias, principalmente nos desafios que seus resultados proporcionam no desenvolvimento social, cultural e educacional, e oferece ainda perspectivas de novos saberes aos povos do campo, que ao longo dos anos foram esquecidos pelos ambientes acadêmicos.

Assim, outro olhar na concepção de gestão e de participação dos envolvidos nas Organizações Sociais deve refletir as políticas institucionais e interinstitucionais de envolvimento dos sujeitos.

7 REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, P. P. Associativismo. In: CATTANI, A.D**.** (org.) **A outra economia.** 1. Ed, Porto Alegre: Veraz, 2003.

ARAUJO, Sandra Regina Magalhães de. **Escola para o Trabalho, Escola para a Vida:** O Caso da Escola Família Agrícola de Angical – Bahia. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação – Campus I, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2005.

ARAUJO, Suzethe da Silva. **A práxis da gestão e da autogestão na Cooperativa Agroindustrial de Pintadas–COOAP**: Um Estudo de Caso. Monografia, Viçosa: UFV, DER, 2006.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). Por uma Educação do Campo, Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 2008.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS MOVIMENTOS DE FAMÍLIAS DE FORMAÇÃO RURAL. Disponível em: <http://www.aimfr.net/>. Acesso em: julho de 2009.

ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PINTADAS PROCAL – Projeto de Caprinocultura Leiteira: 1998.

BAPTISTA, Naidson de Quintella. **Relatório Diagnóstico do Município de Pintadas.** MOC, Feira de Santana, 2004.

BAZIN, Frédéric. **O Projeto Pintadas:** do apoio à agricultura familiar aos desenvolvimento territorial. Pintadas, 2002.

BEGNAMI, J. B. Pedagogia da Alternância como sistema educativo. IN: **REVISTA FORMAÇÃO POR ALTERNANCIA,** Ano 1, nº. 2, Brasília: CEFAS, 2006.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BORDENAVE. Juan E. Díaz. **O Que é Participação.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participativa.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Resolução CNE-CEB, nº. 1, abril, 2002.

CALVÓ, Pedro Puig. Centros Familiares de Formação em Alternância. In: **UNIÃO NACIONAL DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO BRASIL**. I Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento. Salvador: UNEFAB, 1999, p. 17.

CARVALHO, Sônia Lima. **Ensino Público Fundamental em contexto de exclusão social:** Diagnóstico e Situações de Fracasso Escolar de meninas**.** Dissertação de Mestrado, CELAEE (Centro Latino Americano de Educação Especial-CUBA) e UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana). Feira de Santana, 2002.

CATTANI, A. D. (org.). **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. **A escola família agrícola do sertão:** entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais. Tese de Doutorado Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

COELHO, Jorge Tadeu Pinheiro. **Conselhos Municipais de Educação: Resistências e Mudanças**: Um estudo de caso dos municípios de Pintadas e Valente-BA, Dissertação de Mestrado. Salvador: UNEB, 2005.

COMISSÃO ECUMÊNICA DOS DIREITOS DA TERRA- CEDITER, PROJETO DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA NA REGIÃO DE IRARÁ: Feira de Santana, 2006.

CUNHA, S. S. **Histórico da Rede Pintadas**: Salvador: UFBA, 2003.

DAMASCENO, M. N.; Beserra, B. Estudo sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. In: **Educação e pesquisa**, São Paulo: v. 30, n. 1, p. 73-89, jan/abr. 2004.

DE BURGHGRAVE, Thierry. **Autoformação e participação no meio sócio-profissional:** abordagem biográfica de dois agricultores do Movimento das Escolas Famílias Agrícolas. Mestrado Internacional em Ciências da Educação. Universidade Nova de Lisboa – Portugal. Faculdade de Ciências e Tecnologias da Educação. Universidade François Rabelais Tours – França, 2003.

DEMO. Pedro. **Participação é Conquista:** noções de política social participativa. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (Orgs.). **Gestão da Educação:** impasses, perspectivas e compromissos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FERREIRA, N. S. C.; **Gestão Democrática da Educação:** ressignificando conceitos e possibilidades**.** In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (Orgs.). **Gestão da Educação:** impasses, perspectivas e compromissos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar.** 8. ed., Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, José Farias Filho. **Crianças e Adolescentes no Semi-Árido Brasileiro**, Recife: UNICEF, 2003. 80 p.

GRIFE, Yves Lenior. **Pequeno glossário de termos e expressões ligadas à pesquisa científica**. Apostilha, 1995.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber.** Manual da pesquisa em Ciências Humanas, Porto Alegre-Minas Gerais: Artes médicas-Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

LIBÂNEO, J.C; OLIVEIRA, J.F; TOSCHO, M. S.. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIVROS DE ATAS NÚMEROS I E II DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DA EFAP E AMEFAP, Pintadas, 1994.

LUDKE, M. e ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas, São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1989.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.

NASCIMENTO, A. D.; FIALHO, N. H.; HETKOWSKI, T. M. (orgs.). Educação, Estado, sociedade civil e desenvolvimento sustentável no estado da Bahia – Brasil. In: **Desenvolvimento sustentável e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: EDUFBA, 2007.

NASCIMENTO, Antônio Dias. **Contemporaneidade**: educação, etnocentrismo e diversidade. In: LIMA, Arnaud Soares de; HETKOWSKI, Tânia Maria (orgs.).

Educação e contemporaneidade: desafios para a pesquisa e a pós-graduação – Rio de Janeiro : Quartet, 2006.

NASCIMENTO, Antônio Dias. **Organização de Base:** Reinvenção de participação popular. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1985.

NUNES, Débora. **Pedagogia da Participação**: trabalhando com comunidades. Ed. UNESCO, Salvador: Quarteto, 2002.

PEREIRA, G. A.; COSTA, N. M. N. O Estudo de Caso: Alternativa ou Panacéia? In: BIANCHETTI, L.; MEKSENAS, P.(Orgs.). **A Trama do Conhecimento**: Teoria, Método e Escrita em Ciência e Pesquisa. Campinas, SP : Papirus, 2008, p. 169-188.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL, SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. DISPÕE SOBRE AS TERRAS DEVOLUTAS DO IMPÉRIO, Palácio do Rio de Janeiro, 1850.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS – PROINF, MDA, SDT, Prefeitura Municipal de Pintadas PROJETO DE AMPLIAÇÃO, REFORMAS E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PINTADAS, 2007.

PROJETO CONEXÃO LOCAL, ANO II. NOÇÕES E PERCEPÇÕES SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA REDE PINTADAS. São Paulo, FGV: 2006.

PROJETO EDUCAÇÃO RURAL – PROJER. Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas: 1997.

QUIVY e CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RELATÓRIOS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PINTADAS – EFAP. Pintadas: 1996 – 1997.

REVISTA FORMAÇÃO POR ALTERNANCIA, Ano 1, nº. 2, Brasília: CEFAS, Julho, 2006.

REVISTA FORMAÇÃO POR ALTERNANCIA, Ano 1, nº. 2, Brasília: CEFAS, 2006.

REVISTA FORMAÇÃO POR ALTERNANCIA, Ano 2, nº. 3, Brasília: CEFAS, Dezembro, 2006.

REVISTA FORMAÇÃO POR ALTERNANCIA, Ano I, nº. 1, Brasília: CEFAS, Setembro, 2005.

ROCHA, E. N.; PASSOS, J. C.; CARVALHO, R. A. Educação do Campo: Um olhar panorâmico. **II Conferência Nacional da Educação do Campo, 2004.**

ROSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Apresentação e comentários de Jea-François Braunstei; Tradução de Iracema Gomes Soares e Maria Cristina Roveri Nogle. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Ática, 1989.

SILVA, M. S. Diretrizes Operacionais para Escolas do Campo: Rompendo o silêncio das políticas educacionais. In: BAPTISTA, M. F. C. e BAPTISTA, N. Q. (ORGs). **Educação rural**: sustentabilidade do campo. Feira de Santana: MOC, UEFS, SERTA, 2003.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e participação**. 4. ed. São Paulo : Cortez, 1991.

TEIXEIRA, E. S.; BERNAR, M. L.; TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: Revisão de Literatura e perspectivas para pesquisa. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. p. 34, n. 2. p. 227-242, maio/ago. 2008.

TENÓRIO, Fernando G. (org.). **Gestão de ONGs** : principais funções gerencias. 4. ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2000.

UNIÃO NACIONAL DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO BRASIL. I Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento. Salvador: UNEFAB, 1999.

UNIÃO NACIONAL DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO BRASIL. II Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância: Formação da alternância e desenvolvimento sustentável. Brasília: UNEFAB, 2002.

ZAMBERLAN, Sérgio. **O lugar da família na vida institucional da escola-família – participação e relações de poder**. Dissertação de Mestrado Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Nova de Lisboa. Universidade François Rabelais de Tours – França, 2003.

ZAMBERLAN, Sérgio. **Pequena História das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil**. CF-MEPES, Piúma: ES-Brasil, 1991.

ANEXOS

ANEXO A- ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

ANEXO B- LEITURAS DAS ATAS DA AMEFAP

ANEXO C- ESTATUTO SOCIAL DA AMEFAP

ANEXO D- ANEXO DQUADRO DE COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

ANEXO E- ATA DE FUNDAÇÃO DA AMEFAP

ANEXO F- LEI Nº 11.352 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008

ANEXO G- FOTOGRAFIAS

ANEXO A

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PROREITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC/CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS - DIRETORES E CONSELHO FISCAL:

I - Identificação

Qual o seu nome?

Qual sua função na Associação?

II - Visão dos agricultores sobre a educação do campo.

- Como iniciou a sua história na Escola Família Agrícola?
- Como se sente aprendendo com seu filho conteúdos que não sabia e lhe ensinar?
- O Senhor se lembra de alguma experiência que seu filho trouxe da escola?
- Que contribuição a EFA traz para o jovem do campo?

III - Participação dos dirigentes na gestão da EFAP

- Como foi sua participação na gestão da EFA?
- Quais os principais motivos que levou o senhor a participar da associação?
- Quais são os desafios para o funcionamento da associação e da escola?

IV - Conselho Fiscal

- Qual a o papel do conselho fiscal?
- Como membro do conselho fiscal qual o trabalho desenvolvido na associação?
- Quais os desafios para a gestão da associação e da escola?

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PROREITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC/CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS - PAI DE ALUNO:

I - Identificação

Qual o seu nome?

Como foi sua participação na AMEFAP?

II – Visão dos Pais sobre a EFAP.

- Qual a sua trajetória na EFAP?
- O que pensa sobre a Educação do Campo?

III – Participação na gestão da EFAP.

- O Senhor já foi diretor na AMEFAP?
- Como vê a gestão da EFAP?

IV – Participação na EFAP como pai de aluno:

- Quanto tempo seus filho ficaram na escola?
- E o que seus filhos estão fazendo hoje?
- Qual é a contribuição, que a educação da EFA, deixou para os seus filhos, na formação?

V – Quais os principais desafios da EFAP?

- Quais os principais desafios da EFA.
- Qual foi a relação do Centro e da Rede Pintadas, no período da sua gestão com a EFA?
- Depois que criou associação como era feita a gestão desses recursos financeiros?

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PROREITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC/CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS - EX-ALUNOS :

I - Identificação

Qual o seu nome?
Como foi sua participação na AMEFAP?

II – História de vida sobre EFAP?

- Conte sobre a sua história de vida na EFAP?
- O que você pensa sobre as experiências de educação nas Escolas Famílias Agrícolas?

III – Quais as contribuições da EFAP para a formação dos jovens?

- E qual contribuição que a escola deu para sua formação?
- Qual foi a contribuição que escola família deu para sua vida profissional? Você hoje tem que formação?
- E o que você pretende fazer no futuro?
- Como foi o acompanhamento dos seus pais, aqui na EFAP?
- Seus pais já assumiram a gestão, da associação da AMEFAP?
- Qual é o depoimento que você deixa para outras pessoas, a respeito da Escola Família Agrícola?

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PROREITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC/CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS - MONIOTORES DA EFAP:

I - Identificação

Qual o seu nome?

Como foi sua participação na AMEFAP?

II - Visão dos Monitores sobre a EFAP

- Fale sobre a história da EFAP.
- E como você a importância da educação do campo, da Escola Família Agrícola, para o município de Pintadas e para região?
- Qual a trajetória e funcionamento da escola?

III - Participação na gestão da EFAP

- E como vocês foram escolhidos para o trabalho?
- Quais são os papéis, atribuições e atividades que os monitores devem desenvolver na escola família agrícola?
- Como você percebe a participação dos monitores na gestão da escola família agrícola?
- Como é que você vê os grandes desafios hoje pra escola família precisa enfrentar para funcionar, tendo a participação dos gestores, da associação, dos diretores, junto com os monitores?
- Qual a relação da EFAP com o Poder Público Local?
- Que fatos que marcaram sua vida na EFAP?
- Quais os desafios para o funcionamento da Associação da Escola?

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PROREITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC/CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS - REPRESENTANTE DE MOVIMENTO SOCIAL:

I - Identificação

Qual o seu nome?

Como foi sua participação na AMEFAP?

II - Visão dos Movimentos Sociais

- Visão da educação do campo?
- História de criação da EFAP?
- Trajetória dos movimentos sociais na criação da escola?

III - Participação na gestão da EFAP

- Qual o papel dos movimentos sociais nas ações de criação da EFAP?
- Qual a participação na Gestão da Associação Mantenedora e na Escola?
- Relação da EFAP com o Poder Público Local?
- Quais os desafios para o funcionamento da Associação da Escola?
- Como você vê a Rede Pintadas e a EFA, nesta questão do desenvolvimento local?

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PROREITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC/CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS - PODER PÚBLICO:

I - Identificação

Qual o seu nome?

Como foi sua participação na AMEFAF?

II – Visão do Poder Público

- Qual foi sua relação com a EFA, antes de ser Prefeita?

III – Trajetória histórica da relação do poder público com a EFA

- Quais os desafios enfrentados para dar apoio à EFA, enquanto poder público?

- Como era a articulação dos parceiros, prefeitura municipal, EFA e Rede Pintadas com vistas no desenvolvimento local?

- Quais as contribuições do mandato de Neusa Cadore para as EFAs no contexto atual?

- Qual a relação entre poder público, sociedade civil e EFA?

- Quais as contribuições do poder público para o desenvolvimento local?

ANEXO B

I. LEITURAS E SÍNTESES DOS ASSUNTOS NAS ATAS

LIVRO DE ATAS I

Data	Assuntos em Pauta	Participantes
30/10/1994	Ata da Reunião Ordinária da Comissão Ampliada Pró Escola Família: - Construção da presa e da cerca na área da EFA; - compra de terra na AJUP; - Mutirões; - Criou a equipe de divulgação da Escola; - Definições de papéis para controles de gestão da EFA (tesouraria, contrapartida e secretariar as reuniões).	21
09/12/1994	Ata da reunião Pró EFAP: - Preparação de Assembléia para dia 11/12/94 para mobilizar a comunidade.	10
11/12/1994	Ata da Assembléia sobre EFAP: - Reflexão bíblica e dramatização da Parábola dos bichos; - Memória da Assessoria de Thierry; - Discussão de critérios e a função da Associação Mantenedora: reuniões periódicas na EFAP; serviços burocráticos; viagens sempre que necessário; discussão de projetos; convênios; administração de bens; serviços e patrimônios; acompanhamento aos empregados, reuniões com pais, comunidades; Assembléias; controle financeiro; conta bancárias e prestação de contas – organização de grupos de trabalhos – pessoas com qualidades para assumir as responsabilidades (pessoas disponíveis, responsáveis, de conhecimento, de atuação nos movimentos, de coragem, ética, ser de confiança e compromisso com a comunidade e que permaneçam na região) e número de pessoas da Associação; - Prestação de Contas.	16 comunidades
07/01/1995	Ata da comissão pró EFAP: - Prestação de Contas; - Planejamento de atividades (mutirões para organização e construção da escola).	13
09/01/1995	Ata da reunião ordinária da Comissão da EFAP: - Monitores da EFAP (ajuda das comunidades para formação e manutenção do monitor).	Membros da comissão
30/01/1995	Ata da reunião ordinária da Comissão da EFAP: - Criação da Associação – nomes para compor a diretoria da Associação; - Mutirões e Cronograma de atividades.	
06/02/1995	Cronograma dos trabalhos da EFAP: - Há muita morosidade no andamento dos trabalhos, por não ter ainda definido a diretoria da Associação; - Necessidade de agilizar os trabalhos nas comunidades; - Equipe de elaboração do Estatuto; - Equipe de divulgação da EFAP nas comunidades;	15 comunidades e membros da comissão.

11/02/1995	Reunião da Comissão ampliada para discutir critérios para a seleção dos alunos e programação das visitas às comunidades e outras atividades;	
19/02/1995	- Planejamento da visita de Geraldo para o dia 15/03; - Visitas as EFAs de Alagoinhas e Cícero Dantas;	
26/02/1995	Fundação da Associação que vai gerir a EFAP; - Levantamento da finalidade da Associação; - Definição do nome – AEFAP – Associação Escola Família Agrícola de Pintadas; - Comissão provisória da Escola para elaboração do Estatuto.	14 comunidades e sede de Pintadas
14/03/1995	Reunião para programar as atividades da EFAP e Mutirões.	
15/03/1995	Reunião da EFAP com Thierry e Geraldo - Discutiu-se sobre os monitores que trabalham na EFAP; - Infraestrutura na escola; - Falta de apoio da prefeitura com a escola; - Papel dos Assessores na EFAP; - Importância da REDE, embora as EFAs tenham autonomia; - Investimentos na EFAP.	14 pessoas
01/04/1995	Reunião de repasse da visita à EFA de Alagoinhas: - Experiência do funcionamento da EFA Alagoinhas (gestão da Associação é composta por 2 agricultores, 2 monitores e 1 padre); - Planejamento das ações da EFAP; - Campanha para monitores participar de Formação em Espírito Santo;	Monitores e comissão
20/04/1995	Campanha e levantamento das despesas para os monitores viajar para o Espírito Santo;	Equipe pensante
28/05/1995	- Reunião de Avaliação e planejamento de arrecadação de fundos e mutirões para aterrar a construção;	Comissão
17/05/1995	Avaliação e replanejamento de mutirões e outras atividades para funcionamento da EFA;	Comissão
17/07/1995	Discussão sobre matrícula dos alunos para o próximo ano; prestação de contas e reuniões com Secretaria de Educação;	Comissão
24/07/1995	Divulgação e programação de visitas às escolas e prestação de contas do projeto;	Comissão e alguns professores
06/10/1995	Reunião com pais e futuros alunos da EFAP na sede da Escola para conhecer a escola e seu funcionamento;	Pais, comissão e futuros alunos.
02/08/1996	Reunião da diretoria do CCSP e a equipe da EFAP; - Relacionamento entre a equipe da EFAP e do CCSP; - Afastamento do CCSP de propósito na visão de um membro, para dar autonomia à equipe da EFAP; - Planejamento da equipe em sistema de rodízio para funcionamento da EFAP; - Necessidade da criação da Associação para manutenção da EFAP; - Daniel Mendes – coloca que o CCSP não pode se afastar definitivamente da administração dos recursos financeiros, por conta da experiência do CCSP, e que a Associação talvez não tenha condições de gerenciar sozinha; - Necessidade do CCSP, capacitar outras pessoas para evitar acúmulo para Manuel; - Encontro das EFAs em Cícero Dantas: Projetos das EFAs	7 pessoas

	com SETRAS, Programa SIMFR; Regimento Interno da REFAISA e visita de Thierry a EFAP com objetivo de fazer uma reunião com os pais, para falar da importância da Associação de pais; - Processo de autorização da EFAP em andamento – questão de documentação e mudança da Lei de 63 para a 62 (ou seja, informação); - Mutirão para cerca;	
12/12/1996	- Reunião da diretoria do CCSP e equipe de monitores da EFAP; - Avaliação do ano letivo na EFAP; - Balanço e reforma na EFAP; - Parceria para construção com o STR e a Igreja Católica; - Projeto para sustentação com a Prefeitura: - fazer convênio com a Prefeitura – Neusa Cadore;	
19/04/1997	- Buscar apoio da Prefeitura Municipal; - Incentivo financeiro da prefeitura para EFAP; - Projeto da Bélgica; - Responsabilidade da REFAISA com as EFAs; - Produção na Escola; - Projetos produtivos para criatórios de pequenos animais para manutenção da escola; - Possibilidade de contratação de profissionais pela Prefeitura em 1998. (Prefeita coloca que no concurso público municipal serão incluídas vagas para EFA).	Monitores, funcionários e algumas lideranças comunitárias Prefeita Neusa
09/06/1997	- Assembléia de Aprovação do Estatuto e Fundação da AMEFAP	36
10/12/1997	- Dificuldades financeiras da EFA; - Apresentação de balanço financeiro; - Projeto da Bélgica; - Prefeitura oferece ajuda para: materiais didáticos, alimentação, merenda escolar, funcionários, manutenção do carro. Para pagar as contas de água e luz – fazer um convênio com a Prefeitura (depende dos vereadores assinarem o convênio); - Buscar recursos internos na EFA (Daniel diz que nem sempre iremos receber recursos de fora); - Projeto para CAR, para criação de caprinos; - Novos alunos.	Monitores, AMEFAP, CCSP, STR, Pais e pessoas da comunidade Prefeita Neusa
28/02/1998	- Situação financeira da EFAP; - Papel da Associação, alunos, monitores, família e comunidade; - Monitores sentem a falta da presença da Associação na escola acompanhando as atividades; - Gestão pelas Associações das EFAs de Correntina e Monte Santo; - EFAP quem administrar os recursos é o CCSP; - Envolver os pais, entidades, comunidades e outras associações para busca de recursos para manter a EFAP; - Na Europa os pais sustentam a EFA, aqui alguns pais contribuem uns mais outros menos; - Diretoria do CCSP e da AMEFAP tem que mobilizar recursos para EFA; - Monitores cuidarão da parte pedagógica e a Associação, comunidade e entidades da manutenção da EFA. - Convocação de pais para Assembléia Extraordinária.	Monitores, Diretores da AMEFAP

18/07/1998	- Planejar ações da EFAP; - Divulgação da EFA; - Equipe de Monitores e acompanhamento técnico nas famílias para criatórios de galinhas e distribuição de mudas de árvores frutíferas; - Salários de Monitores; - Convênio com a Prefeitura; - Utilidade Pública; - Reunião com a REFAISA; - Convênios com EMBRAPA e UNEB.	AMEFAP EFAP CCSP E convidados
28/11/1998	- Visita de intercâmbio para conhecer as EFAs do Brasil; - Explicaram que na França a formação de monitores é feita em serviço, sendo obrigatório mesmo que a pessoa já seja doutor. - João Corró – Diz que a EFA é um ensino diferente que prepara o jovem para trabalhar na terra e lida o dia-a-dia com as atividades do campo; - Noeme – A escola prepara o jovem para a vida e a conviver bem com a família; - Projeto Pintadas – Francês Filipe – agrônomo – motivou a viagem dos agricultores para conhecer o funcionamento da EFA de Alagoinhas; - As EFAs na França são financiadas pelo Estado através de Lei; - A maior dificuldade das EFAs do Brasil é manter o quadro de funcionários.	Visita de Thierry da REFAISA, Pedro Put e casal Francês
26/02/1999	- Contribuições da Prefeitura para EFAP; - Afastamento do Movimento da EFA; - Explicação de Julita de afastamento devido ao número reduzido de pessoas; - Necessidade das entidades se reunirem de dois em dois meses para discutir, planejar, dar sugestões; - Agilizar convênio com a Prefeitura.	AMEFAP Equipe de Monitores e Prefeitura
21/06/1999	Assembléia Extraordinária para Eleição e Posse da nova diretoria da AMEFAP	27 pessoas
29/03/2000	- Buscar soluções financeiras para o andamento das atividades da EFA; - Prestação de Contas; - Entidades que estarão contribuindo para o funcionamento da EFAP: SICOOB-Sertão; CCSP; ACBE, STR, DISOP, PMP, famílias, produção local da EFAP e doações; - Relatórios propondo algumas mudanças e implantação de projetos produtivos; - Entidades reunirem-se de dois em dois meses para acompanhar o trabalho da EFAP.	SICOOB Sertão Associação Beneficente Paróquia, ASA, COOAP, DED, EFAP, AMEFAP
03/01/2005	Assembléia Geral Extraordinária da AMEFA para alteração e aprovação do Estatuto baseado na legislação do novo código civil	30 pessoas
16/07/2005	Ata Ordinária da Assembléia de Pais para Eleição e Posse da Nova Diretoria da AMEFAP	
08/07/2007	- Assembléia de Pais para eleição e posse da nova diretoria da AMEFAP	23 pessoas
01/04/2008	- Reunião da diretoria da AMEFAP para tratar da venda de uma terreno pertencente à AMEFAP.	7 pessoas

26/05/2008	- Escolher e indicar membro para o conselho comunitários de Segurança Pública do Município de Pintadas.	AMEFAP 14 pessoas

LEITURAS DE ATAS II

Data	Assuntos em Pauta	Participantes
20/04/1996	Ata da Assembléia de Pais I Reunião de pais - Leitura Bíblia I Coríntios 11:12-26; (Arievaldo-monitor) Apresentação do Regimento da EFAP; (Julieta) Prestação de contas da construção da escola; (João Gonçalves – presidente do CCSP); Situação interna dos alunos (Milton); Necessidade de criar a Associação de pais na escola "fácil para buscar recursos, opinar e decidir questões ligada à escola e além do mais é um dos instrumentos da EFA indispensável para a sua caminhada." ; Filiação da EFAP na UNEFAB;	11
16/11/1996	Ata da Assembléia de Pais II: - Abertura da reunião pelo monitor Arievaldo; - Thierry representante da REFAISA fala sobre associativismo e o papel da UNEFAB; - Estudo sobre a EFA e a "estrutura da visão tradicional sobre associação composta por presidente, diretoria e associados, onde o presidente tem todo o poder com uma única composição hierárquica. Paralelamente a essa associação da EFA apresenta uma estrutura participativa." - Estatuto social; - órgãos que compõem a associação, falando da assembléia que é composta de agricultores, pais de alunos, monitores parceiros (igrejas, movimentos populares, STR, ONGs); - Thierry colocou quem pode fazer parte da diretoria, como: sócios, agricultores, monitores, ex-alunos e entidades, sendo que na sua maioria deve ser os agricultores, que compete a diretoria a gestão e administração da associação.	23
05/04/1997	Ata da Assembléia de Pais - Fundação da associação; - Regimento da REFAISA;	46
09/06/1997	Ata da Assembléia Geral de Aprovação do Estatuto e Fundação da AMEFAP;	36
01/12/1997	Ata da Assembléia de Pais - Avaliação da EFA; - Projetos enviados para CAR e CEBEMO; VITAE; - Pagamento de taxas as entidades REFAISA E UNEFAB; - Mensalidades dos associados; - Prestação de contas – Milton – monitor; - Prefeitura se comprometeu em enquadra os funcionários da EFA no concurso público, e os vereadores cortaram dois técnicos;	23
09/03/1998	Ata da Assembléia Extraordinária de Pais - Dificuldades financeiras da EFA por atraso da verba da Bélgica - explicação da análise da prestação de contas de todas as EFAs; - Taxas de pais por alunos para ajudar nas despesas da escola;	37

17/05/1998	Ata da Assembléia de Pais - Estudo sobre o surgimento das EFAs na França, Brasil, Bahia e mundo; - Seminário na EFA de Cícero Dantas: Como funciona uma EFA; Como elaborar projetos; - Prestação de contas;	20
19/10/1998	- Comportamento dos alunos; - Necessidade de firmar convênio da AMEFAP com a Prefeitura	Diretoria da AMEFAP, pais e monitores.
06/03/1999	- Abertura da reunião – presidente da AMEFAP – Rafael Gonçalves; - Arievaldo coordenou a reunião fazendo um trabalho em grupo com os pais sobre a importância da EFA; - Relação da EFA com outras entidades, como: CCSP, STR, Igreja; - Escola de 2º grau – Arievaldo coloca que precisa primeiro estruturar a escola de 1º grau; - Plano de Formação para os alunos – mestres de estágio; - Prestação de contas; - Roças comunitárias e mutirões;	21
21/06/1999	- Eleição e posse da nova diretoria;	27
31/01/2000	Ata da Assembléia de Pais - Inicio das aulas; - Participação dos pais na vida da EFA; - Pagamento de sessões; (falta de recursos externos) - Participação dos pais em mutirões da escola; (Estatuto da AMEFAP diz que é dever dos pais participarem de dois mutirões por ano) - Solicitar ajudar do BN;	39
11/12/2000	Ata ordinária da assembléia de pais para alteração de alguns artigos do Estatuto Social da AMEFAP e Avaliação da EFAP - Pai coloca que não é bom o aluno não poder dar continuidade aos estudos na mesma linha pedagógica, por conta da escola só ter o ensino fundamental; Modificações em artigos do estatuto social com objetivo da associação se inscrever no conselho nacional de assistência social; para isentar de alguns impostos e artigo relacionado a gestão da associação, definindo que monitor não poderá ser eleito por que é funcionário da entidade;	6 Pais, monitores e associação
02/04/2001	Ata Ordinária da Assembléia de Pais: - Arielvado ex-diretor convida a todos para fazer uma avaliação do ano de 2000;	4 Pais, monitores e diretores da associação
23/07/2001	Ata Ordinária da Assembléia de Pais: Eleição e posse da nova diretoria	19
18/03/2002	Ata da Assembléia de abertura do ano letivo: Presença da Prefeita de Pintadas – Neusa Cadore; Participação de representante na reunião da UNEFA	13
18/08/2002	Assembléia de Pais: - Alunos na EFAP	14
07/07/2002	Assembléia de Pais: - Saída dos professores para estudo em Riacho de Santana; - Adiada a eleição da nova diretoria por falta de quorum para o	18

	dia 30 de agosto; - A importância de uma escola de 2º grau em Pintadas com a Pedagogia da Alternância; - Participação dos pais na EFAP;	
11/08/2003	Reunião das Associações para formação do conselho gestor para o programa fome zero;	16
30/08/2003	Ata da Assembléia de pais para eleição e posse da nova diretoria da AMEFAP;	21
07/06/2004	Ata da Assembléia Ordinária da AMEFAP: - Avaliação dos trabalhos e balanço financeiro; - Projetos em andamento;	28
16/07/2005	Ata da Assembléia de Pais para Eleição e posse da nova diretoria da AMEFAP	23
30/07/2006	Ata da Assembléia Extraordinária da AMEFAP: - Assinaturas de conta bancária para a comercialização de mel e ração;	10
05/08/2006	Ata da Assembléia de Pais: - Atividades com alunos; - Dificuldades de manutenção da EFAP; - Projetos com a EFAP;	14

ANEXO C

ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PINTADAS-AMEFAP

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º - A AMEFAP (Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas), fundada em 09 de junho de 1997 por lavradores e agentes de promoção humana é uma sociedade civil, filantrópica, beneficente, promocional e educativa sem fins lucrativos que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação civil.

Art.2º - A sede da Associação está situada na Rua Castro Alves nº 146, na cidade de Pintadas, estado da Bahia. Sua duração é por tempo indeterminada.

Art. 3º - A AMEFAP tem por finalidade incentivar as comunidades rurais da região, orientá-las e assessorá-las nos seus esforços de desenvolvimento, integrando os aspectos econômicos, sociais, culturais e religiosos, por meio de serviços polivalentes tais como:

a) Educação comunitária;
b) Assessoria agropecuária;
c) Educação integral envolvendo escola, família e comunidade;
d) Manter o funcionamento da Escola Família Agrícola de Pintadas (EFAP).

Parágrafo Único: A Assembléia Geral poderá criar e extinguir serviços para melhor atingir os objetivos.

CAPÍTULO II – DOS ASSOCIADOS

Art. 4º - São considerados associados todos aqueles, que sem impedimento legal, forem admitidos como tais, mediante preenchimento da respectiva proposta, sejam aprovados pela Diretoria da Associação, observando o Estatuto e as deliberações da mesma. Os associados são divididos em:

a) SÓCIOS FUNDADORES: os que participaram da assembléia de fundação assinando a ata de constituição;

b) SÓCIOS COLABORADORES: são aqueles que ajudam diretamente nas atividades da Associação, ou então colaboram mensalmente ou anualmente com uma quantia determinada;

c) SÓCIOS BENEMÉRITOS: os que fazem doações especiais à Associação ou tenham marcado significativamente a Entidade.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral ordinária ou extraordinária aprovará os nomes dos sócios beneméritos.

Parágrafo 2º - Todos os sócios fundadores e colaboradores terão direito a voto.

Parágrafo 3º Os membros da Associação não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da mesma.

CAPITULO III – DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Os associados gozarão dos seguintes direitos:

a) I - Participar das atividades, reuniões e eventos promovidos pela Associação
b) Participar das Assembléias Gerais.
c) Votar e ser votado para os cargos da Diretoria e Conselho Fiscal.

Art. 6º - È dever de todo associado:

a) Cooperar para o desenvolvimento e prestígio da Associação.
b) Comparecer às Assembléias Gerais e acatar suas decisões;
c) Exercer com dedicação as funções que lhe forem atribuídas.
d) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, e demais Regulamentos e resoluções.

CAPÍTULO IV – PENALIDADES DOS ASSOCIADOS

Art. 7º - Será demitido do Quadro Social, pela Diretoria, o associado que:

a) Solicitar, por escrito, sua demissão.
b) Por infração a que não seja aplicada pena de exclusão, enumerada neste estatuto mediante notificação da diretoria.

Art. 8º - Será excluído do quadro Social o Associado que:

a) Praticar qualquer ato contrário a este estatuto ou que o desabone ou, ainda, que possa prejudicar o conceito ou a idoneidade da Associação;
b) Manchar pela conduta, no meio social, atentar contra o patrimônio ou conceito da Associação
c) Sócio excluído não terá direito à restituição de Contribuição paga, nem à indenização de qualquer espécie, paga ou na iminência de recebimento.
d) Casos omissos, se for reconhecida a existência de motivos graves será deliberado pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim;
e) Incorrer em atraso sucessivo de cinco mensalidades;

CAPÍTULO V – DO QUADRO SOCIAL

Art. 9º - A AMEFAP terá uma única categoria social denominada sócio membro, que serão mencionadas simplesmente como membros.

Art. 10º - Serão membros, com direitos inerentes a sua condição sem discriminação de sexo, religião ou nacionalidade, todas as pessoas a seguir especificadas:

a) Pais de alunos e demais agricultores na área de atuação da EFAP;
b) Os técnicos e professores doravante nomeados de monitores que estejam a serviço da AMEFAP;
c) Os responsáveis eclesiástico da Paróquia de Pintadas;
d) Dois representantes um de cada sexo de cada turma de alunos atualmente na escola e eleito anualmente pelos próprios, podendo ser reeleitos;
e) Um representante do Sindicado dos Trabalhadores Rurais de Pintadas e um Centro Comunitário de Serviço de Pintadas.

CAPÍTULO VI – DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 11º - São órgãos da AMEFAP

a) Assembléia Geral;
b) Diretoria;
c) Conselho Fiscal.

SESSÃO I – DA ASSEMBLÉIA GERAL:

Art. 12º - A Assembléia Geral é constituída dos Membros enumerados no artigo 4º e se reunirá ordinariamente uma vez ao ano no primeiro semestre de cada ano e extraordinariamente sempre que for convocada pela diretoria, pelo conselho fiscal ou por um terço dos membros.

Parágrafo único: Nas Assembléias Gerais podem participar pessoas convidadas por membros da AMEFAP quando previamente aprovados pela diretoria sem direito a voto.

Art. 13º - Em qualquer das hipóteses do artigo anterior a convocação deverá ser feita:

a) Com quinze dias de antecedência mediante fixação de editais na sede da entidade e aviso através dos meios de comunicação local;
b) As convocações serão feitas, ou ordinariamente pelo secretário, ou extraordinariamente pelo presidente, por dois membros da diretoria, pelo presidente do conselho fiscal ou ainda por um dos membros escolhido por um terço da Assembléia Geral que estiver convocando.

Art. 14º - A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação no formado artigo 12º com a presença de dois terço de seus membros.

Parágrafo Único – A Assembléia Geral deliberará em segunda convocação uma hora depois da primeira com um terço de seus membros quites.

Art. 15º - O mandato dos membros eleitos na Assembléia Geral é de dois anos, (exceção feitas para os membros a que se referem o item e) do artigo 4º.

Art. 16º - Os membros da Assembléia Geral podem ser reeleito por dois mandatos consecutivos.

Art. 17º - A Assembléia Geral é órgão máximo de decisão da AMEFAP competindo-lhe:

a) Eleger os membros da diretoria e do conselho fiscal ou dispensá-los;
b) Examinar, debater e aprovar o plano orçamentário e de trabalho como também examinar as contas e aprovar balanços;
c) Examinar e aprovar os programas e relatórios, suas execuções e criar ou extinguir serviços conforme o artigo 3º;
d) Dispensar membros da Assembléia Geral ou da diretoria por motivos graves atingindo o conceito ou o funcionamento da Associação;
e) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
f) Modificar o presente Estatuto.

Art. 18º - A Assembléia Geral deliberará com um terço conforme artigo 12º.

SESSÃO II – DA DIRETORIA

Art. 19º - A Diretoria é composta de seis membros, sendo um Presidente, um vice-presidente, um secretário, um segundo secretário, um tesoureiro e um segundo tesoureiro, sendo quatro deles escolhido entre os membros da Assembléia Geral que se referem ao itens (a, c, d ou e) do artigo 10º do presente Estatuto. Todavia não poderá fazer parte da diretoria funcionários da AMEFAP.

Parágrafo 1º - Em caso de impedimento prolongado, renúncia ou morte dos membros da diretoria, assumirá o seu substituto.

Parágrafo 2º - Em caso de destituição de mais de três membros da diretoria, convocar-se-á uma assembléia extraordinária que elegerá uma nova diretoria para cumprimento do mandato.

Art. 20º A Diretoria se reunirá ordinariamente seis vezes por ano sendo dois em dois meses e extraordinariamente quando convocada pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros e deliberará por maioria simples dos votos sendo que o voto do Presidente servirá de desempate.

Art. 21º - Compete a diretoria além do que já lhe é atribuído no presente Estatuto:

a) Preparar os projetos, planos orçamentários e de trabalho e apresentá-los a Assembléia Geral;
b) Submeter a Assembléia Geral as prestações de contas, os balanços e relatório das atividades executadas;
c) Convocar e presidi as reuniões da Assembléia Geral;
d) Contratar e demitir os funcionários da Associação mediante aprovação da maioria dos sócios e baseado nos critérios da REFAISA (Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semi-árido), a qual a EFAP está ligada;
e) Executar os projetos da Associação e as decisões tomadas pela Assembléia Geral;
f) Resolver os problemas que porventura possam surgir com alunos e funcionários;
g) Prestar contas ou informações solicitadas pela Assembléia Geral ou pelo Conselho Fiscal;
h) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e resolver os casos omissos.

Art. 22º - Compete ao Presidente:

a) Representar a AMEFAP ativa e passivamente perante qualquer repartição pública federais, estaduais, municipais e autárquicas, representar a entidade judicial e extra – judicialmente;
b) Orientar a administração da Associação;
c) Exercer o voto de desempate;
d) Emitir e endossar junto com o tesoureiro cheque e ordens bancárias;
e) Prestar contas a Assembléia Geral.

Art. 23º - Compete ao Vice-presidente:

a) Substituir o Presidente em caso de impedimento deste.

Art. 24º - Compete ao tesoureiro:

a) Fazer os pagamentos autorizados pela diretoria, verificar os saldos em caixa e banco, solicitar os saldos de conta e mensalmente os extratos bancários, aplicar as decisões da diretoria na administração financeira da Associação e ter escritura contábil em condições de ser submetida a uma imediata fiscalização.
b) Emitir e endossar cheques e ordens bancárias junto com o presidente.

Art. 25º - Compete ao Vice – tesoureiro:

a) Substituir o Tesoureiro em caso de impedimento deste.

Art. 26º - O Secretário será alguém eleito pela Assembléia Geral desde que não seja funcionário da AMEFAP.

Art. 27º - compete ao secretário:

a) Lavrar as atas das reuniões, redigir as correspondências, tornar pública as reuniões;
b) Cumprir e fazer o plano orçamentário e de trabalho indicado pela diretoria;

c) Prestar informação solicitada pela Assembléia Geral, pelo Conselho Fiscal ou pela Diretoria.

Art. 28º - Compete ao segundo secretário:

a) Substituir o secretário em caso de impedimento deste.

SESSÃO III – CONSELHO FISCAL

Art. 29º - O Conselho Fiscal será composto de três (03) membros efetivos e três suplentes, eleitos conjuntamente para o mandato de dois anos sem remuneração, podendo ser reeleito por igual período e automaticamente empossados na Assembléia que os eleger.

Art. 30º O Conselho Fiscal reunir-se-à, ordinariamente, na semana que antecede à Assembléia Geral Ordinária, para exame das contas e do balanço que será apresentado na mesma.

Art. 31º Compete ao conselho Fiscal:

a) Examinar os balanços financeiros da diretoria, emitindo pareceres a respeito na Assembléia Geral. Como também examinar a qualquer tempo bens, contas, valores, escritas, aplicações de recursos e conferir estoques;
b) Denunciar à Assembléia geral Erros ou fraudes;
c) Convocar a Assembléia Geral extraordinariamente se necessário for.

Parágrafo Único: os membros do conselho fiscal, caso necessário, podem convidar técnicos para assessorar-lhes nas suas tarefas.

CAPÍTULO VII – DO PATRIMÔNIO

Art. 32º - O Patrimônio Social da Associação é constituído por seus bens móveis e imóveis de sua propriedade ou posse.

a) Pelos donativos, auxílios e subvenções de pessoas físicas ou jurídicas (nacionais ou estrangeiras), ou rendas gerados por aplicações financeiras, de recursos recebidos;
b) Por Convênios com entidades de direito público ou privado e por quaisquer bens que Associação vier a adquirir;
c) Por donativos de Associados;

Art. 33º - as receitas por ventura apuradas e os saldos no fim de cada exercício deverão ser integralmente aplicados na realização dos objetivos da AMEFAP conforme artigo 3º.

Parágrafo 1º A AMEFAP não distribui lucros, dividendos, bonificações, ou vantagens a seus membros e nem será remetido dinheiro para fora do país e anualmente será publicado demonstração de receitas de despesas e o balanço.

Parágrafo 2º nenhum membro da diretoria receberá, como tal, qualquer remuneração;

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.

Art. 34º - O presente estatuto poderá ser alterado mediante proposta, da Diretoria, que discutida em Assembléia Geral será votada pela mesma.

a) Somente pode ser alterado, absorvendo o quorum mínimo de $^{2}/_{3}$ dos presentes observando o art. 12º quanto a instalação da Assembléia.

Art. 35º - os membros da EFAP e os membros da diretoria da AMEFAP, não respondem nem solidária, nem subsidiariamente pelos compromissos assumidos em nome da Associação, salvo nos casos em que não consiga explicar com clareza os compromissos assumidos.

Art. 36º - Aprovada a proposta pela Assembléia Geral, será a mesma encaminhada às entidades oficiais, para a devida homologação.

Art. 37º - A critério da Diretoria e a fim de que possa realizar os objetivos da Associação poderão ser feitos convênios com finalidades educativas e comunitárias.

Art. 38º - Em caso de dissolução ou extinção, da AMEFAP, por deliberação de dois terços dos sócios, ou por decisão judiciária, respeitadas as doações condicionais por acaso a ela feita, seu arquivo e patrimônio, passarão a outra instituição não governamental de Pintadas que os manterá em Custódia até que possa ser restabelecida esta entidade, ou que outra entidade congênere possa ser organizada na mesma circunscrição.

Art. 39º - Anualmente será apresentado um Balanço Geral, acompanhado das respectivas demonstrações contábeis.

Art. 40º - Esse Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral.

Alterado pela Assembléia Geral extraordinária em 03 de janeiro de 2005.

ANEXO D

QUADRO DE COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

DIRETORIA DA AMEFAP

Período: 1997 – 1998

Nome	Cargo
Rafael Gonçalves de Almeida	Presidente
Esmeraldo Ferreira de Almeida	Vice-presidente
Julieta Trindade de Almeida	1ª Secretária
Elieldo Carneiro da Silva	2º Secretário
Elias Oliveira Rios	1º tesoureiro
Noeme Rodrigues dos Santos	2º Tesoureiro

Período: 1999 – 2000

Nome	Cargo
Gerson Fernandes Gomes	Presidente
Maria de Almeida Santiago	Vice-presidente
Julieta Trindade de Almeida	1ª Secretária
Milton Aparecido Ramos	2º Secretário
Elias de Oliveira Rios	1º tesoureiro
Maria Neuza Gomes de Almeida	2º Tesoureiro

Período: 2001 – 2002

Nome	Cargo
Esmeraldo Ferreira de Almeida	Presidente
João das Neves Almeida	Vice-presidente
Maria de Almeida Santiago	1ª Secretária
Florisbela Lima Gonçalves	2º Secretário
Marlene Sampaio do Nascimento	1º tesoureiro
Miraci de Almeida Santiago	2º Tesoureiro

Período: 2003 – 2004

Nome	Cargo
Esmeraldo Ferreira de Almeida	Presidente
Simário Oliveira Rios	Vice-presidente
Maria de Almeida Santiago	1ª Secretária
Rosângela dos Santos Sampaio	2º Secretário
Marlene Sampaio do Nascimento	1º tesoureiro
Clarice Oliveira Lima	2º Tesoureiro

Período: 2005 – 2006

Nome	Cargo
Marlene Sampaio do Nascimento	Presidente
Belarmino Lima das Mercês	Vice-presidente
Jacilene Ferreira Macedo	1ª Secretária
Iete Pinheiro da Silva	2º Secretário
Silvandira Lima Macedo	1º tesoureiro
Esmeraldo Ferreira de Almeida	2º Tesoureiro

Período: 2007 – 2008

Nome	Cargo
Esmeraldo Ferreira de Almeida	Presidente
Marlene Sampaio do Nascimento	Vice-presidente
Iete Pinheiro da Silva	1ª Secretária
Amenaide Lima Gonçalves	2º Secretário
Joedson Lima Gonçalves	1º tesoureiro
Simário de Oliveira Rios	2º Tesoureiro

ANEXO E: ATA DE FUNDAÇÃO DA AMEFAP

REGISTRADO

Ata da Assembléia de Aprovação do Estatuto e Fundação da AMEFAP (Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas

Aos nove (09) dias do mês de junho de hum mil novecentos e noventa e sete (1997), ás nove horas e trinta minutos (9:30), no Centro Comunitário de Serviço de Pintadas, reuniram-se os pais de alunos e monitores da EFAP (Escola Família Agrícola de Pintadas) para leitura e aprovação do Estatuto da AMEFAP, feita pela Comissão Provisória eleita na última assembléia. Elias O. Rios tesoureiro da Comissão provisória, faz a abertura explicando o objetivo da assembléia. Em seguida Elielde G. da Silva monitora da EFAP apresenta a comissão provisória aos presentes e faz a leitura do Estatuto explicando cada artigo para melhor entendimento dos presentes. Após lido e feito algumas alterações o Estatuto foi aprovado em unanimidade. Em seguida Edny marcos F. Mendes monitor da EFAP convida a todos para fazer a eleição para escolha da diretoria Permanente ficando os que já estavam na comissão provisória e elegendo novas pessoas para os demais cargos A Diretoria ficou assim composta: Presidente Rafael Gonçalves de Almeida, Vice-Presidente Osmevaldo Ferreira de Almeida, primeira secretária Julieta Trindade de Almeida, segundo secretário Elielde Barreiro da Silva, Tesoureira Elias Oliveira Rios (2ª) segunda tesoureira Nelma Rodrigues dos Santos Souza, Conselho Fiscal Jaime Gonçalves de Oliveira, Maria Sebastiana de Almeida Mascarenha e Neide Silva Almeida Oliveira, Suplentes Anizael Bastos de Almeida, Antonio Mendes de Almeida e Gildásio Gomes de Freitas. Não havendo mais nada mais a tratar a Assembléia foi encerrada e eu Julieta Trindade de Almeida Gonçalves, secretária da comissão Provisória lavrei a presente Ata que após lida e aceita será assinada por mim e todos que se fizeram presentes.

Julieta Trindade de Almeida

Rafael Gonçalves de Almeida
Esmeraldo Ferreira de Almeida
Elieldo Carneiro da Silva.
Elias Oliveira Rios
Noeme Rodrigues dos Santos Souza
Jaime Gonçalves de Oliveira
Maria Salange de Almeida Mascarenhas
Neide Silva Almeida Oliveira
Anizou Bastos de Almeida
Antonio Mendes de Almeida
Gilberto Gomes de Freitas
Maria Aparecida Ferreira de Almeida
Zunita Ferreira Bastos
Jozeu Ferreira de Oliveira
Jolmi Ferreira de Souza
Carmosita Almeida do Carmo
Edite Almeida Barbosa
Edelzuito Santos Almeida
João Bas Gonçalves
Tudo Bazaal Carmo
Mizael Inacio Soares
Dyanora Bastos de Almeida
Eduardo Cordeiro Mascarenhas
Amenaide Lima Gonçalves
Maximiano Maia Rios
Laindaura Araujo de Freitas
Jesuino Carneiro de Oliveira
Maria Carneiro Rios
Maria de Almeida Santiago
Joania Mendes de Almeida Rios
Terezinha Pedreira de Oliveira
Evaldo Rios de Almeida
Pedro da Silva Oliveira
Rozinda Lima dos Santos

Aurelina Rios Almeida

Cartório do Reg. de Títulos e Documentos
Registrado no Livro "B" sob nº 12 492
fls. 114
Ipirá 01 agosto 1997
Oficial do Registro

Poder Judiciário
Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas
Comarca de Ipirá-Bahia
Glicio Souza Dultra
OFICIAL

Registro referente a Ata da Assembleia de Apr
e Estatuto e Fundação da AMEFAB.

Poder Judiciário
Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas
Comarca de Ipirá-Bahia
Glicio Souza Dultra
OFICIAL

ANEXO F

LEI Nº 11.352 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008

Institui o Programa Estadual de Apoio Técnico-Financeiro às Escolas Família Agrícola - EFAs e Escolas Familiares Rurais - EFRs do Estado da Bahia, através de entidades sem fins lucrativos, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Estadual de Apoio Técnico-Financeiro às Escolas Família Agrícola - EFAs e às Escolas Familiares Rurais – EFRs do Estado da Bahia, que consiste em projetos e ações integradas de iniciativa comunitária para proporcionar, em caráter suplementar, educação nos níveis fundamental e médio, educação profissional e formação inicial e continuada a adolescentes, jovens e adultos no campo.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Lei considera-se Escola Família Agrícola ou Escola Familiar Rural o centro educativo comunitário que atenda, cumulativamente, as seguintes exigências:

I - funcionamento autorizado pelo Conselho Estadual de Educação que inclua a oferta de cursos gratuitos de ensino fundamental da 5ª a 8ª série, de ensino médio e/ou educação profissional técnico de nível médio, formação inicial e continuada, qualificação ou re-qualificação profissional, com conteúdos curriculares e metodológicos apropriados às reais necessidades e interesses do campo, norteados pelos princípios básicos da Educação do Campo, Educação Profissional e da Educação Ambiental;

II - seja gerenciado por uma associação autônoma sem fins lucrativos, composta de pais, pessoas e entidades comprometidas com o desenvolvimento sustentável e solidário da agricultura familiar;

III - aplique os princípios e a metodologia da Pedagogia da Alternância, observando-se no calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas de cada região;

IV - tenha como objetivo a formação integral da pessoa humana, o trabalho como princípio educativo, com a construção coletiva e a disseminação de conceitos, conteúdos e métodos do desenvolvimento integrado e sustentável acumulados pela Sociedade Civil Organizada e Poder Público;

V - tenha sido declarado de utilidade pública por lei.

Art. 2º - Compete ao Poder Executivo Estadual:

I - firmar convênios, termos de cooperação técnica e similares com entidades sem fins lucrativos mantenedoras das escolas previstas no artigo 1º desta Lei, visando contribuir para a manutenção e o funcionamento das Escolas Família Agrícola e das Escolas Familiares Rurais do Estado;

II - fiscalizar a correta aplicação dos recursos repassados e analisar a prestação de contas de modo a contribuir para que as Escolas Família Agrícola e as Familiares Rurais do Estado possam atingir os objetivos da educação do campo.

Art.. 3º - Compete aos pais que compõem as associações autônomas a fiscalização da aplicação dos recursos destinados às associações, mediante prestação de contas mensal.

Art. 4º - Compete às associações autônomas previstas no inciso II do artigo 1º desta Lei:

I - promover, anualmente, encontros de formação continuada para a integração de experiências;

II - encaminhar, anualmente, à Secretaria da Educação do Estado, cadastro atualizado das Escolas Família Agrícola e das Escolas Familiares Rurais, das quais sejam mantenedoras, contendo dados relacionados aos alunos, professores e demais funcionários administrativos, equipamentos, demandas, iniciativas didático-pedagógicas e outras informações necessárias ao acompanhamento das Escolas.

Parágrafo único - Será suspenso o repasse de verbas para entidade que não apresentar, tempestivamente, as informações constantes do caput deste artigo, até o seu envio à Secretaria da Educação.

Art. 5º - O Programa será subsidiado por recursos orçamentários específicos das Secretarias da Educação, do Meio Ambiente, de Ciência, Tecnologia e Inovação, da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária e de Desenvolvimento e Integração Regional do Estado da Bahia, bem como por recursos provenientes de transferências a estas Secretarias de Programas de fortalecimento institucional do Estado.

Parágrafo único - Sem prejuízo dos repasses de recursos, as Secretarias deverão dispensar tratamento prioritário às EFAs e EFRs nos seus projetos de interiorização de ações educativas e valorização da cidadania.

Art. 6º - Os recursos repassados às entidades sem fins lucrativos com as quais o Estado tenha realizado convênio ou termo de cooperação técnica devem ser destinados exclusivamente ao custeio de:

I - despesas de administração e docência;

II - despesas de manutenção das estruturas físicas e prestação de serviços essenciais ao funcionamento da escola;

III - atividades-piloto de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e do meio ambiente, exclusivamente para demonstração didático-pedagógica.

§ 1º - Em caráter excepcional, havendo disponibilidade orçamentária, poderão ser financiados investimentos e fomentos na área técnico-pedagógica, incluindo laboratórios experimentais e unidades demonstrativas de técnicas e tecnologias aplicadas ao desenvolvimento local integrado e sustentável.

§ 2º - Os bens permanentes adquiridos deverão ser registrados no sistema de controle de patrimônio do Estado.

§ 3º - Na aquisição de bens e serviços será observada a legislação vigente de compras públicas.

Art. 7º - O Poder Executivo Estadual regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte), contados da data de sua publicação.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 23 de dezembro de 2008.

JAQUES WAGNER
Governador
Carlos Palma de Mello
Secretário da Casa Civil, em exercício
Adeum Hilário Sauer
Secretário da Educação
Edmon Lopes Lucas
Secretário de Desenvolvimento e Integração Regional
Ildes Ferreira de Oliveira
Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação
Roberto de Oliveira Muniz
Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Juliano Sousa Matos
Secretário do Meio Ambiente

ANEXO G

FOTOGRAFIAS

(Pesquisa de Campo, 2008, alunos da EFAP)

(Pesquisa de Campo, 2008, acompanhamento ao cultivo da produção na EFAP)

(Pesquisa de Campo, 2008, aula prática de monitor aos alunos da EFAP)

(Pesquisa de Campo, 2008, casa do mel da AMEFAP)

(Pesquisa de Campo, 2008, aprisco na casa do agricultor da AMEFAP)

(Pesquisa de Campo, 2008, análise de documentos da AMEFAP)

(Pesquisa de Campo, 2008, reunião com alunos EFAP)